



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

VITELMO DA SILVA VIEIRA

Religião, educação e laicidade:

a atuação adventista através do Projeto Adote um Leitor.

SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE

2026

VITELMO DA SILVA VIEIRA

Religião, educação e laicidade:

a atuação adventista através do Projeto Adote um Leitor.

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Dra. Maria Jeane dos Santos Alves

Coorientador: Dr. Marcos Vinicius Freitas Reis

SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE

2026

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

V658r Vieira, Vitelmo da Silva
Religião, educação e laicidade : a atuação adventista através
do Projeto Adote um Leitor / Vitelmo da Silva Vieira ; orientadora
Maria Jeane dos Santos Alves. – São Cristóvão, SE, 2026.
102 f. : il.

Dissertação (mestrado em Ciências Religião) – Universidade
Federal de Sergipe, 2026.

1. Religião. 2. Educação. 3. Laicismo. 4. Igreja e educação. 5.
Adventistas de Sétimo Dia. 6. Igreja e Estado. I. Alves, Maria
Jeane dos Santos, orient. II. Título.

CDU 279.14:028

VITELMO DA SILVA VIEIRA

Religião, educação e laicidade:

a atuação adventista através do Projeto Adote um Leitor.

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe.

APROVADA EM: 29 / 01 / 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Maria Jeane dos Santos Alves (UFS)
(Orientadora)

Prof. Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis (UNIFAP)
(Coorientador)

Prof. Dr. João Everton da Cruz Santos (UFS)
(1º Examinador/Membro Interno)

Prof. Dr. Diovani Furtado da Silva (UEMA)
(2º Examinador/Membro Externo)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por tornar esse sonho possível. À minha esposa, Andreza e à minha filha, Melissa, por terem sido compreensivas durante a jornada de estudos e escrita.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus todo poderoso, Criador do Céu e da Terra, cuja presença e força me guiaram e sustentaram na jornada rumo à realização deste sonho acadêmico.

À minha esposa, Andreza, por seu apoio, paciência e compreensão durante a trajetória de estudos, especialmente nas longas noites de escrita da dissertação.

À minha filha, Melissa, que em muitos momentos durante a escrita, dispensou a companhia do pai para brincar, dormir, fazer atividades da escola, assistir um filme ou jogar.

Aos amigos Osias Rodrigues e Dr. Adenilton Aguiar por terem sido instrumentos de Deus para despertar o sonho adormecido e por terem aberto o caminho para torná-lo real.

Ao amigo Reginaldo Carmos por ter apoiado meu ingresso na UFS.

Ao colportor Uelinton Gonçalves pelo apoio quanto ao compartilhamento das informações, fotos e vídeos do Projeto, além da vibração pelo objeto da pesquisa.

À amiga Dra. Ester Fraga V. B. C. do Nascimento que incentivou e apoiou desde o primeiro momento, me permitindo aprender com seu grupo de pesquisas.

À Igreja Adventista do Sétimo Dia, especialmente à Missão Sergipe e à União Leste Brasileira pela autorização para ingressar no programa.

Aos meus pais, Vieira e Telma, meus irmãos e demais familiares que acreditaram no sonho e vibraram com cada etapa vencida.

Ao meu coorientador, professor Dr. Marcos Vinícius por ter aceitado me orientar desde o processo seletivo e por ter sugerido o tema da pesquisa num contexto bem próximo de minha realidade. Além de ter permanecido até o fim, mesmo se desligando do PPGCR/UFS durante a trajetória.

À minha orientadora, professora Dra. Maria Jeane que me acolheu no meio do caminho e nunca deixou de incentivar e mostrar maneiras de cumprir os requisitos e conseguir escrever a dissertação mesmo com tempo curto. Também foi de grande importância seu incentivo para participar dos congressos internacionais e preparar as comunicações.

Aos demais professores pelos conhecimentos transmitidos e pelos conselhos e orientações dados em sala de aula, com destaque para o Dr. Luiz Américo.

À Kate Paranhos, secretária do PPGCR, pelo apoio e orientações de maneira sempre calma e serena. Por fim, não posso deixar de agradecer aos colegas de turma pela convivência, em especial ao colega Wendson Sacramento, que se tornou um amigo. Valeu pelas dicas e parcerias nos trabalhos e em sala de aula!

RESUMO

O presente estudo analisou a atuação da Igreja Adventista do Sétimo Dia através do Projeto Adote um Leitor, desenvolvido na Escola Municipal José Antônio dos Santos, na cidade de Lagarto/SE, no biênio 2021-2022, analisando seus resultados educacionais e sociais e suas implicações com a laicidade. O objetivo geral consistiu em analisar de que maneira a atuação da igreja por meio do projeto dialoga, impacta ou tensiona o princípio da laicidade escolar. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza interpretativa-compreensiva, fundamentada na abordagem hermenêutica, conforme apresentada por Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur. O corpus foi composto por materiais já existentes relacionados ao projeto como documentos da instituição, materiais pedagógicos impressos, registros audiovisuais e depoimentos de algumas mães de crianças envolvidas, representantes da escola e patrocinadores. O referencial teórico trouxe os conceitos de secularização, a partir de Peter Berger, e de laicidade, através das contribuições de Marília Domingos e Sergio Junqueira e Marcos Vinícius Reis. Os resultados indicaram que o Projeto Adote um Leitor foi bem acolhido pela comunidade escolar e percebido positivamente pela sociedade como uma ação de apoio educacional com forte desenvolvimento na leitura, na socialização e na ampliação de expectativas pessoais e sonhos futuros por parte das crianças beneficiadas, sem evidência de proselitismo aberto. Entretanto, o estudo revelou que a inserção de uma denominação religiosa em escola pública pode naturalizar essa presença e gerar uma tensão com a laicidade do Estado, o que requer vigilância permanente.

Palavras-chave: Secularização; Laicidade; Igreja Adventista; Projeto.

ABSTRACT

This study analyzed the actions of the Seventh-day Adventist Church through the Adote um Leitor Project, implemented at José Antônio dos Santos Municipal School, in the city of Lagarto, state of Sergipe (Brazil), during the 2021–2022 period, analyzing its educational and social outcomes and its implications for the principle of secularity. The general objective was to examine how the Church's involvement through this project engages with, impacts, or potentially tensions the principle of secularity within the public school context. Methodologically, this is a qualitative study of an interpretative-comprehensive nature, grounded in a hermeneutical approach as articulated by Hans-Georg Gadamer and Paul Ricoeur. The corpus consisted of pre-existing materials related to the project, including institutional documents, printed pedagogical materials, audiovisual records, and testimonies from mothers of participating children, school representatives, and sponsors. The theoretical framework draws on the concept of secularization as developed by Peter Berger, as well as on discussions of secularity based on the contributions of Marília Domingos and Sérgio Junqueira and Marcos Vinícius Reis. The findings indicated that the Adote um Leitor Project was well received by the school community and positively perceived by society as an educational support initiative, promoting significant improvements in reading development, socialization, and the expansion of personal expectations and future aspirations among the children benefited, without evidence of explicit proselytism. However, the study also revealed that the presence of a religious denomination within a public school may contribute to the naturalization of this institutional presence and generate tensions with the principle of state secularity, thereby requiring ongoing and careful vigilance.

Keywords: Secularization; Secularity; Adventist Church; Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gestor escolar e parecer da escola autorizando o uso do nome e confirmando a parceria.....	75
Figura 2 - Termo de participação do patrocinador.....	76
Figura 3 - Material impresso usado: Kit Vencedores (maleta + fascículos)	77
Figura 4 - Material impresso usado: Revista Nosso Amiguinho	79
Figura 5 - Mosaico com imagens de alguns patrocinadores	80
Figura 6 - Cópia do voto da IASD autorizando um orçamento para realização do evento	81
Figura 7 - Cópia da planilha de gastos do evento.....	81
Figura 8 - Mosaico com algumas imagens do evento de culminância	82

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Dados gerais da IASD no mundo	47
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABCFM	<i>American Board of Commissioners for Foreign Missions</i>
ACMS	<i>Adventist Church Management System</i>
ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
BFBS	Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeria
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAAJU	Colégio Adventista de Aracaju
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
EUA	Estados Unidos da América
IASD	Igreja Adventista do Sétimo Dia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IRLA	<i>International Religious Liberty Association</i>
LWC	<i>Lightweight Coated</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PPGCR	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião
UFS	Universidade Federal de Sergipe
WHO	<i>World Health Organization</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 RELIGIÃO E LAICIDADE NO BRASIL: PARA ALÉM DOS CONCEITOS	19
1.1 Religião	20
1.2 Secularização	23
1.3 Laicidade e Laicismo.....	32
1.4 Laicidade no Brasil.....	38
2 IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA (IASD)	43
2.1 A origem da Igreja Adventista do Sétimo Dia	44
2.2 A chegada do adventismo ao Brasil.....	48
2.3 A chegada do adventismo em Sergipe	54
2.4 A chegada do adventismo na cidade de Lagarto	60
2.5 A IASD, a liberdade religiosa, de consciência e a laicidade do Estado .	64
3 PROJETO ADOTE UM LEITOR.....	70
3.1 O projeto social, seus objetivos e funcionamento.....	70
3.2. Análise hermenêutica do Projeto Adote um Leitor à luz da secularização e da laicidade.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

A pesquisa em Ciências da Religião busca compreender a religião não apenas como prática devocional, mas como fenômeno social complexo que interage com questões de identidade, poder, moralidade e suas implicações na sociedade atual. Nesse campo de investigação, ela é escrutinada em suas variadas dimensões – simbólicas, institucionais, discursivas, práticas, bem como em suas interações com outras esferas sociais, como a política, a educação, a cultura e a economia. Como declarou Greschat (2005, p. 17), “a palavra religião é um labirinto”. E de fato é! Mas essa realidade não torna o pesquisador impossibilitado de escutinar suas teorias, ideias, mitos, textos, ritos, símbolos, linguagens, doutrinas, comportamentos e conceitos. Afinal de contas, “onde há seres humanos, a religião está por perto” (Greschat, 2005, p. 23).

O autor desta pesquisa é formado em teologia desde 2008, adepto do cristianismo e membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Com o desejo de ampliar o conhecimento para além da teologia e do aspecto confessional, bem como dialogar mais com públicos diversos incluindo outros grupos religiosos, e com o anseio de compreender o aspecto ético e social da religião, surgiu o desejo de aprofundar mais o conhecimento em Ciências da Religião. Tal linha de pensamento encontra apoio em Usarski (2013, p. 51), ao afirmar que “a investigação de elementos religiosos empiricamente acessíveis tem como único objetivo aprofundar e aperfeiçoar o conhecimento sobre os fatos da vida religiosa”.

Nesse sentido, é importante esclarecer que, embora o autor deste trabalho tenha uma experiência religiosa interna (como *êmico*¹), não encontra problema algum em também ser um pesquisador ou questionador quanto a um fenômeno religioso específico, desde que assuma o que Frank Usarski (2013) chamou de ‘ateísmo metodológico’, que se trata de analisar um fenômeno religioso sem preconceitos ou julgamentos de valor. De fato, se percebe na literatura benefícios dessa proximidade. Segundo Rodrigo Portella (2006), é fundamental para o pesquisador da área antropológica e etnográfica compreender que o estudo de uma sociedade ou comunidade religiosa não se faz de fora, mas presente, no campo religioso. Essa abordagem evita, assim, a construção apressada de perfis que

¹ O termo *êmico* (do inglês *emic*) refere-se à visão de dentro de uma cultura, grupo ou sistema social. Trata-se da perspectiva do próprio nativo, participante ou membro do grupo pesquisado.

possam representar essas comunidades de forma homogênea e generalizada. Conclui-se que o segredo está em manter o 'agnosticismo metodológico'². Sobre esse ponto, Usarski (2013, p. 51) ampliou a compreensão dizendo que "o cientista da religião exclui da sua agenda a questão da 'última verdade' e não se permite avaliar aspectos religiosos em comparação com as normas de outra religião ou com quaisquer outros critérios ideológicos". Greschat ainda amplia essa explanação pontuando que

Cientistas são seres humanos. Apesar disso, quando exercem sua profissão, não se devem deixar influenciar por sentimentos como "chato", "horroroso" ou "fascinante". Eles têm de se dedicar ao objeto, mesmo que o tema religião aborreça-os. Certamente, tal aborrecimento atrapalharia o trabalho dos cientistas da religião. (Greschat, 2005, p. 23).

Greschat (2005) ainda acrescenta que, quando se fala do objeto, a perspectiva dos cientistas da religião difere da perspectiva de outros observadores bem como do olhar profissional de outros cientistas. Para os primeiros, o objeto religião é visto como totalidade e é observado como uma totalidade viva, em constante transformação.

Com essa base teórica, surgiu o interesse deste pesquisador em analisar um fenômeno religioso específico: O Projeto Adote um Leitor, desenvolvido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD). O referido projeto foi executado em uma escola municipal, desenvolvido em sala de aula, usando material impresso, editado pela denominação, entretanto, num ambiente que deveria haver neutralidade religiosa, pois se considera o Estado Laico. A partir disso, surgem as perguntas: Como a atuação do Projeto Adote um Leitor, desenvolvido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia na Escola Municipal José Antônio dos Santos (Lagarto/SE), no período de 2021-2022, dialoga, tensiona ou impacta o princípio da laicidade escolar? Quais são as características organizacionais, pedagógicas e religiosas do Projeto Adote um Leitor no contexto da escola pública analisada? Quais motivações institucionais, religiosas, educacionais ou sociais levaram a Igreja Adventista do Sétimo Dia a implementar o Projeto Adote um Leitor em uma escola pública? Quais efeitos, impactos ou contribuições o projeto gerou para os estudantes, sua família e a comunidade escolar, considerando o ambiente de uma instituição pública laica?

Tem se apresentado como motivo de intensos debates a relação entre religião e educação em um Estado laico, especialmente em contextos em que entidades

² Expressão sinônima de ateísmo metodológico cunhada por Frank Usarski (2013), e se trata de analisar um fenômeno religioso sem preconceitos ou julgamentos de valor.

religiosas realizam projetos em instituições públicas. A atuação da Igreja Adventista do Sétimo Dia, por meio do Projeto Adote um Leitor na Escola Municipal José Antônio dos Santos, levanta questões sobre a compatibilidade de tais atividades com o princípio da laicidade do Estado. A problematização desta pesquisa consiste em investigar como a atuação do Projeto Adote um Leitor, desenvolvido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia na Escola Municipal José Antônio dos Santos, produz impactos educacionais e sociais na comunidade escolar e, simultaneamente, pode gerar tensões com a neutralidade religiosa prevista para instituições públicas de ensino, especialmente no que se refere à presença de práticas ou elementos interpretáveis como proselitismo.

Diante de tais questões, estão elencadas as seguintes hipóteses: 1) Pode haver algum interesse proselitista no discurso da Igreja Adventista do Sétimo Dia para com os alunos da escola; 2) Pode haver um compartilhamento doutrinário no material impresso deste projeto; 3) Pode haver um despertar como estratégia missional da Igreja Adventista para o público vulnerável do ponto de vista cultural, econômico, social e religioso; 4) Pode ser apenas um projeto de cunho social sem pretensões proselitistas.

Para constituição deste objeto o pesquisador considerou algumas justificativas com relevância científica, social e pessoal, a saber: 1) Lacuna na literatura científica sergipana: escassez de estudos que analisem a atuação de igrejas evangélicas em escolas públicas; 2) Ausência de pesquisas na UFS: o estudo é inédito no PPGCR e busca observar cientificamente o fenômeno e sua relação com a laicidade; 3) Expansão para futuros estudos: a pesquisa pode inspirar outras investigações sobre ações religiosas em instituições públicas de ensino.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a atuação da Igreja Adventista do Sétimo Dia, por meio do Projeto Adote um Leitor, na Escola Municipal José Antônio dos Santos, em Lagarto/SE, no período de 2021-2022, identificando de que maneira essa atuação dialoga, impacta ou tensiona o princípio da laicidade no contexto da escola pública. Quanto aos três objetivos específicos, são: a) fundamentar teoricamente a pesquisa, discutindo os conceitos de religião, secularização, laicidade e laicismo, bem como suas implicações para o contexto educacional brasileiro; b) contextualizar a presença e a atuação da Igreja Adventista do Sétimo Dia, levando em conta sua organização, história e posicionamento institucional acerca da liberdade religiosa e da laicidade do Estado; c) descrever e

analisar o Projeto Adote um Leitor, examinando seus recursos pedagógicos, depoimentos e documentos, além de avaliar suas contribuições para o desenvolvimento educacional das crianças participantes no período de 2021-2022 e sua relação com a laicidade.

Este trabalho está inserido no campo das ciências humanas e adotou uma abordagem qualitativa fundamentada na hermenêutica. Isso significa que o objetivo não é apenas descrever os fatos sobre o projeto, mas interpretar e compreender os sentidos que o envolvem de forma profunda e contextualizada. Conforme afirma Chizzotti (2014, p. 28), a pesquisa qualitativa tem como finalidade “interpretar fenômenos e reconstruir significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações e ao mundo vivido”.

Sobre a hermenêutica, Hans-Georg Gadamer explica que não se limita a uma técnica de leitura, mas representa um modo de compreender a realidade humana a partir da historicidade, da linguagem e da fusão de horizontes entre intérprete e texto. Para Gadamer (2011, p. 323), compreender é sempre um acontecimento situado, no qual o intérprete “se deixa interpelar pelo texto, revisando continuamente suas pré-compreensões”. Assim, a análise hermenêutica exige abertura ao diálogo, reconhecimento da tradição e consciência da inserção histórica do pesquisador.

Paul Ricoeur expande esse conceito ao afirmar que interpretar um texto é ingressar no “mundo que ele propõe”, reconhecendo-o como mediação entre linguagem, ação e cultura (Ricoeur, 2013, p. 115). Para Ricoeur, textos, discursos e registros audiovisuais funcionam como objetivações simbólicas da ação humana, e por isso demandam um tratamento hermenêutico atento às camadas de sentido que emergem de sua forma e de seu conteúdo.

O corpus desta pesquisa é constituído exclusivamente por materiais já existentes relacionados ao projeto, compreendidos, em sentido hermenêutico, como conteúdo a ser interpretado. Em primeiro lugar, serão analisados depoimentos em vídeo, sejam vídeos institucionais de apresentação do Projeto Adote um Leitor ou depoimentos dos envolvidos ou responsáveis pela iniciativa, bem como registros audiovisuais das ações realizadas no âmbito da Escola Municipal José Antônio dos Santos. Esse material audiovisual permitirá identificar a forma como o projeto é apresentado ao público, justificado no contexto legal e publicizado nas redes sociais, tanto pela Igreja Adventista do Sétimo Dia quanto pelos envolvidos. Na sequência, serão examinados documentos institucionais relacionados ao projeto, como textos

oficiais produzidos pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, materiais destinados à organização e execução das atividades, além de votos de comissões ou eventuais registros administrativos relativos à parceria.

Por fim, serão incluídos no *corpus* os materiais impressos utilizados diretamente com as crianças, a saber, o Kit Vencedores e a Revista Nosso Amiguinho. Esses materiais permitirão observar de que maneira a proposta é traduzida em práticas pedagógicas, quais conteúdos são veiculados e como elementos religiosos e educativos se articulam no cotidiano escolar.

Para aprofundar a discussão da relação entre religião, sociedade e educação, especialmente no contexto da secularização, recorreu-se às teorias do sociólogo Peter L. Berger, cujas análises sobre a modernidade e a religião ofertam um robusto panorama teórico para entender as dinâmicas entre práticas religiosas e a educação em um Estado laico.

O que fundamenta este trabalho nas Ciências da Religião é a abordagem de que a religião é uma totalidade, abordando o fenômeno religioso em sua complexidade. Essa perspectiva inclui a consideração de outras disciplinas cruciais como a Sociologia, Antropologia, História, Psicologia e Geografia Humana, que examinam a interação entre o ser humano e o espaço. Esse aspecto multidisciplinar oferece variados caminhos para o estudo da realidade, aproximando os pesquisadores de diferentes metodologias de investigação científica. Como disse Greschat (2005, p. 91), “vivenciar significa ao mesmo tempo ver, ouvir, cheirar, tocar e saborear [...], o pesquisador deixa-se cercar pela totalidade viva de uma religião alheia”.

Considerando tudo isso, dentro dessa multidisciplinaridade, um tema alvo de estudos e discussões é a relação entre religião, sociedade, política, educação e, dentro desse guarda-chuva, a laicidade, estado laico e secularização. Percebe-se que em Sergipe não há registro de trabalhos acadêmicos abordando o assunto da laicidade a partir de projetos de igrejas evangélicas em escolas públicas. Mostra-se, dessa forma, que esse estudo em Sergipe é inédito. Por certo, será uma contribuição positiva para o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UFS. Além disso, é uma porta que se abre para futuras contribuições sobre o assunto, bem como sua ampliação.

Considerando esse percurso teórico-metodológico, organizou-se esta pesquisa em três capítulos. O primeiro discute os principais conceitos que fundamentam a

pesquisa: religião, secularização, laicidade e laicismo, com ênfase no contexto brasileiro. O segundo capítulo apresenta a Igreja Adventista do Sétimo Dia contextualizando sua história, desde sua origem e expansão nos níveis mundial, nacional, estadual e na cidade de Lagarto, que sedia o fenômeno estudado, bem como seu posicionamento relacionado à liberdade religiosa e à laicidade do Estado. O último capítulo é dedicado à apresentação do Projeto Adote um Leitor e à análise hermenêutica da iniciativa à luz da secularização e da laicidade, buscando encontrar o equilíbrio entre uma prática social legitimada pelos envolvidos e a atenção crítica e vigilância quanto à preservação da laicidade no âmbito educacional público.

1 RELIGIÃO E LAICIDADE NO BRASIL: PARA ALÉM DOS CONCEITOS

A relação entre religião, educação e política necessita de conceitos claros, haja vista a existência de ignorância, mal compreensão e confusão em torno do assunto. Como afirmou Greschat (2005, p. 19), “mal-entendidos nascem de termos imprecisos”. Portanto, este capítulo prioriza delimitar conceitos, esclarecer distinções e situar historicamente as bases que sustentam esta pesquisa. Aqui, ao apresentar os conceitos, não se busca objetivamente definir termos de maneira abstrata, mas de compreender seus sentidos, usos e implicações no contexto educacional público, bem como seu aspecto social e nos diálogos sobre a laicidade do Estado.

Inicialmente apresenta-se o conceito de religião à luz de autores clássicos e contemporâneos que são autoridades em Ciência de religião e na sociologia, como Greschat, Karl Marx, Durkheim, Weber, Beckford, Peter Beyer, Rodney Stark, Bittencourt e Ricardo Mariano. A partir deles, encontra-se as chaves para interpretar e compreender a religião como fenômeno plural nos contextos social, simbólico e institucional.

Em seguida, é apresentado o conceito de secularização recorrendo a autores como Peter Berger, Comte, Pierucci, José Casanova, Junqueira, Teixeira, Manzoni, César Júnior, Wilson, Machado, entre outros. Neste ponto, além do conceito, o texto trará um pouco da história da secularização em ambiente europeu e no Brasil, bem como suas implicações para a reorganização das relações entre religião, Estado e sociedade.

Na sequência, outro conceito exposto é o da laicidade, aceita como princípio estruturante do Estado moderno, sem a qual, não é possível desfrutar de liberdade religiosa e pluralidade de crenças. Aqui, se busca nos autores Reis, Junqueira, Giumbelli, Silva e Mariano as definições necessárias, enfatizando a laicidade não como negação da religião, mas como um marco regulador das relações. Por fim, é posto o conceito de laicismo, distinguindo-o cuidadosamente da laicidade, a partir de autores como César Júnior e Domingos e suas características distintivas em relação a laicidade.

Ao apresentar esse capítulo conceitual, busca-se oferecer uma base teórica sólida que facilite a compreensão dos capítulos seguintes, sobretudo a análise do Projeto Adote um Leitor e suas tensões, diálogos ou desafios frente a laicidade do Estado.

1.1 Religião

Greschat (2005, p. 17) afirmou que a palavra religião é um labirinto. Essa é uma grande verdade! Mas essa realidade não torna o pesquisador impossibilitado de escrutinar suas teorias, ideias, mitos, textos, ritos, símbolos, linguagens, doutrinas, comportamentos e conceitos. Afinal de contas, “onde há seres humanos, a religião está por perto” (Greschat, 2005, p. 23). Asserção apoiada por Bittencourt (2016, p. 95) quando pontua que “cerca de 90% da população mundial é religiosa”.

Do aspecto conceitual, Ricardo Mariano (2013, p. 232) citando os sociólogos Calhoun, Juergensmeyer e Antwerpen, afirma que a religião é um conceito moderno, formado em oposição ao secular e consolidado no Iluminismo como um sistema de crenças clerical e vinculado a uma comunidade de culto, distinto da esfera pública. Por sistema de crenças clerical, entenda-se como um conjunto organizado de princípios religiosos, estruturado e transmitido por seus respectivos líderes, que estabelecem normas de fé e rituais. Mesmo diante desta afirmação sobre a modernidade do conceito religião, Bittencourt (2016, p. 99) afirma que “a religião é a mais antiga e importante organização social do mundo”.

Para Beckford (2003, p. 15) “a religião não pode ser vista como um fenômeno unitário, e homogêneo relativamente não problemático e nem comparada no tempo e no espaço sem considerar seu caráter multifacetado e socialmente construído”. Ele ainda acrescenta que a “religião é um constructo social e cultural com significado altamente variável” (Beckford, 2003, p. 5). Peter Beyer (2012, p. 111) adiciona a esta definição que “não há essências, apenas desenvolvimentos históricos contingentes”. É interessante observar também o conceito apresentado por Clifford Geertz. Ele entende religião como

um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de factualidade que as disposições e motivações pareçam singularmente realistas (Geertz, 2008, p. 104-105).

Ampliando o conceito de Clifford Geertz, Guerriero (2013, p. 250) afirma, ao comentar uma citação do antropólogo holandês Hanegraaff, que “religião é qualquer sistema simbólico que influencia as ações humanas pela oferta de formas ritualizadas de contato entre o mundo cotidiano e um quadro metaempírico mais geral de significados”. Já Rodney Stark teorizou religião à luz da compensação religiosa.

Sua ideia é de que a religião compensaria vontades e desejos que permanecem não realizados. As pessoas podem desejar a vida eterna ou, mais concretamente, uma felicidade sem fim (ou, como nas tradições asiáticas, o fim do sofrimento). Isso é um desejo que não será realizado na terra; mas a imagem do céu ou do Nirvana promete realizar esses desejos na vida após a morte. Os indivíduos podem, assim, alcançar a realização desses "bens" que não estão disponíveis para eles na terra tendo uma vida religiosa, ou, em linguagem econômica, "acumulando um capital religioso". Nesse sentido, a religião "refere-se" a sistemas de compensadores gerais baseados em suposições sobrenaturais." (Stark e Bainbridge, 2004, p. 45).

Para Berger (1985), a religião é um dos sistemas de símbolos fundamentais dos seres humanos. É uma enorme construção simbólica criada pelos seres humanos, que para eles parece se sobrepôr à realidade da vida cotidiana, assegurando-lhe uma nominação única. Para ele, a religião consiste na "ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo" (Berger, 1985, p. 41).

Mariano (2013) afirma que a religião ocupou um papel central nas análises teóricas e históricas que marcaram o desenvolvimento da Sociologia entre o final do século XIX e o início do século XX. Entre os fundadores da Sociologia, afirma Mariano (2013), Durkheim e Weber foram os que mais se dedicaram a investigar os fenômenos religiosos e seu impacto sociocultural e econômico. Ambos associaram a modernidade ao declínio da religião no Ocidente europeu, refletido na perda de influência das estruturas hierocráticas sobre indivíduos e instituições, que se tornaram mais autônomas, e na redução do papel religioso na coesão e regulação social. As estruturas hierocráticas citadas, referem-se a sistemas de poder e autoridade em que o governo ou a organização social são controlados por líderes ou instituições religiosas. Essas estruturas podem ser vistas em sociedades teocráticas, como o governo dos papas na Idade Média, o Irã contemporâneo, onde líderes religiosos exercem poder político, ou outras formas históricas onde a religião desempenhava um papel central na administração do Estado e na regulamentação da vida social.

Após a Segunda Guerra Mundial, diversos fatores contribuíram para o avanço da ciência e do declínio da influência religiosa na sociedade. A globalização e o pluralismo religioso também expuseram os indivíduos a uma diversidade de crenças, incentivando uma postura mais crítica e menos dogmática em relação à religião. Esses fatores, combinados, resultaram em uma sociedade mais secularizada e menos influenciada por instituições religiosas. Nas palavras de Júnior (2009, p. 100), "muitos cientistas sociais acreditavam que com a modernidade e o avanço da

ciência e da técnica, a dimensão religiosa iria eclipsar-se. O projeto da modernidade previa o fim do religioso, percebido como uma sombra e um resíduo de tempos arcaicos”.

Mariano (2013, p. 234) destacou um importante diagnóstico atribuído a Durkheim ao perceber uma “perda da relevância da religião (cristã) como prática social e, sobretudo, como base normativa, fator de coesão e solidariedade social na era moderna”.

O sociólogo Max Weber (2005) apresentou o papel do protestantismo no capitalismo. Ele observou que o protestantismo, especialmente o Calvinismo³, incentivou valores como trabalho duro, disciplina e poupança. Esses valores ajudaram a moldar o que ele chamou de "espírito do capitalismo", ou seja, a mentalidade que favorece o crescimento econômico e o lucro. Com o avanço da ciência, da burocracia e do capitalismo, as pessoas começaram a buscar explicações racionais para o mundo, em vez de recorrer a crenças mágicas ou religiosas. Esse processo é chamado de desencantamento do mundo, pois elimina a visão mágica ou sobrenatural da realidade. Com o tempo, áreas como economia, direito e política foram se tornando independentes da religião. Isso significa que as decisões nesses campos passaram a ser tomadas com base em regras e leis, e não mais em princípios religiosos. Portanto, com todas essas mudanças, a religião perdeu parte de sua influência na sociedade. Embora continue existindo, ela não é mais a única referência para explicar o mundo ou para tomar decisões importantes. Em suma, o protestantismo ajudou a criar o espírito do capitalismo, mas, ao mesmo tempo, o avanço da ciência e da racionalidade reduziu a influência da religião na sociedade moderna.

Para Berger (1985), durante a maior parte da história humana, os estabelecimentos religiosos existiram como monopólios na sociedade, monopólios de legitimação última da vida individual e coletiva. As instituições religiosas eram, de fato, instituições propriamente ditas, isto é, agências reguladoras do pensamento e da ação.

³ O calvinismo é um sistema teológico protestante derivado do pensamento de João Calvino, que enfatiza a soberania absoluta de Deus na salvação. Defende que a graça divina é eficaz e que a eleição dos salvos ocorre segundo a vontade soberana de Deus, não baseada em méritos humanos. Seus princípios foram posteriormente sistematizados nos chamados Cinco Pontos do Calvinismo, especialmente após o Sínodo de Dort (1618–1619). Trata-se de uma das principais correntes da Reforma Protestante (Calvino, 2006).

Essa relação entre modernidade e enfraquecimento da religião teve um impacto significativo na construção da interpretação sociológica sobre a evolução da sociedade moderna. Como bem destacou Mariano (2013, p. 234), “o processo de modernização em curso nas demais sociedades reproduziria, cedo ou tarde, os mesmos efeitos da modernização europeia, entre eles a secularização do Estado, da política, do ensino público e da cultura”.

Mariano (2013) ainda argumentou que, com o avanço do pensamento humano, as superstições religiosas seriam gradualmente substituídas por explicações metafísicas, que buscavam compreender a realidade por meio de conceitos filosóficos abstratos. No entanto, essa fase também seria transitória, pois, com o progresso da razão e da ciência, o conhecimento baseado em observação e experimentação acabaria por superar tanto as crenças religiosas quanto as metafísicas, consolidando a primazia do pensamento científico na compreensão do mundo.

1.2 Secularização

O conceito de secularização não é único nem linear, mas envolve diversas dimensões e interpretações conforme o campo de estudo e a realidade analisada. Como afirmou Júnior (2008, p. 68), “a secularização é um conceito polissêmico e multifacetado”. Em outras palavras, o termo secularização pode ter diferentes interpretações, dependendo do contexto. Pode referir-se à separação entre religião e Estado, à perda da influência religiosa na cultura, ou até a mudança da religiosidade para formas mais individualizadas. Ela também é multifacetada porque não ocorre de maneira uniforme em todas as sociedades ou instituições. Ela pode afetar a política, a educação, a moralidade, a arte e até a forma como os indivíduos enxergam o mundo, podendo ter impactos variados em diferentes contextos históricos e sociais.

Mariano (2011) corrobora com tal pensamento ao afirmar que a secularização abrange diversos processos sociais, culturais, jurídicos e políticos, marcados pela redução da influência das instituições, crenças e práticas religiosas.

Outro aspecto que merece destaque como aponta Júnior (2008) é que o fenômeno da secularização está relacionado com o avanço da modernidade. Na

modernidade, a religião se torna um assunto privado, perdendo espaço na esfera pública e reduzindo sua influência social. Para ele, esse fenômeno, que enfraquece valores, símbolos e instituições religiosas, é chamado de secularização.

Para Pierucci (1997), o declínio da religião é uma forte característica da secularização. A religião no mundo moderno perde força e autoridade sobre a vida privada e cotidiana. Em concordância a esta assertiva, Júnior (2008) diz que os preceitos religiosos já não são mais, nas modernas sociedades secularizadas, a base da organização social. Nesse processo de secularização, dentre suas variadas consequências sociais, destaca-se a perda do monopólio religioso da Igreja Católica, no caso brasileiro e de grande parte dos países Ibero-americanos e do sul da Europa, que conduziu a liberdade religiosa e ao surgimento do pluralismo religioso.

O sociólogo José Casanova (1994, p. 211) sintetizou as diversas formulações da teoria da secularização, caracterizando-a como composta de três proposições distintas e não integradas: "(1) secularização como diferenciação de esferas seculares das instituições e normas religiosas; (2) secularização como declínio das crenças e práticas religiosas; e (3) secularização como marginalização da religião para a esfera privada".

Entre as várias teorias da secularização, a que foi publicada originalmente em 1967, contida no livro *O dossel sagrado*, escrito por Peter Berger, foi a mais influente e popular, inclusive no Brasil, como defende Mariano (2013). Essa obra, por décadas, foi considerada referência paradigmática na Sociologia da Religião.

Dentro do contexto das investigações sociológicas sobre religião conduzidas em países anglo-saxônicos, Berger se destaca como sendo de suma importância. Peter L. Berger (1929–2017), foi um sociólogo austríaco-americano, reconhecido por suas contribuições ao estudo da religião, modernidade e teoria social. Embora seja um autor contemporâneo, ele se destaca ao ponto de ser colocado entre os grandes clássicos da sociologia da religião. As profundas considerações de Berger sobre a essência da realidade social e suas explorações na sociologia da religião foram desenvolvidas entre 1963 e 1970. Berger é autor de obras influentes, incluindo o renomado clássico *A Construção Social da Realidade*, publicado originalmente em 1966, que explora os fundamentos da sociologia do conhecimento e o livro *O dossel sagrado*, publicada em 1967.

Mariano (2016) analisando a produção de Peter Berger – *O dossel sagrado* – apresenta uma visão geral da obra relacionando modernização, secularização e

pluralismo religioso. Em um contexto de mudanças socioculturais intensas, Berger argumenta que o judaísmo e o cristianismo contribuíram para o desencantamento do mundo, reduzindo a presença da magia e da religião na esfera pública. O protestantismo ascético aprofundou esse processo ao enfatizar a racionalização da conduta e a autonomia individual. Com o avanço da modernidade, o monopólio religioso medieval foi desfeito, permitindo a emergência do pluralismo religioso e tornando a fé uma questão de escolha pessoal. A religião, antes estruturante da sociedade, perdeu força cognitiva e institucional, sendo deslocada para a esfera privada e submetida à lógica de mercado e concorrência. Mariano destaca que o autor do livro sugere que a secularização fragmentou a religião, relativizando suas crenças e promovendo um ambiente onde o Estado e a ciência assumiram o papel de reguladores da vida social.

Na obra supracitada, Berger (1985) afirma em linhas gerais que a secularização põe fim ao domínio exclusivo das tradições religiosas e, conseqüentemente, leva a um contexto de pluralismo. O pluralismo religioso enfraqueceu a religião ao transformar a fé em uma escolha individual, dissolvendo seu caráter obrigatório e tradicional. Ele também multiplicou crenças concorrentes, relativizando e privatizando os discursos religiosos, o que levou ao aumento do ceticismo e da indiferença.

Nas palavras do próprio Berger (1985, p. 117-118), “o termo secularização tem tido uma história um tanto aventureira. Foi usado originalmente, na esteira das Guerras de Religião, para indicar a perda do controle de territórios ou propriedades por parte das autoridades eclesiásticas”. Ainda ampliou a definição ao abordar as conotações positiva e negativa do conceito secularização.

O termo secularização, e mais ainda seu derivado secularismo, tem sido empregado como um conceito ideológico altamente carregado de conotações valorativas, algumas vezes positivas, outras negativas. Em círculos anticlericais e progressistas, tem significado a libertação do homem moderno da tutela da religião, ao passo que, em círculos ligados às Igrejas tradicionais, tem sido combatido como descristianização, paganização e equivalentes. Essas duas perspectivas ideológicas, que dão aos mesmos fenômenos empíricos índices de valor opostos, podem ser observadas de maneira interessante nas obras de sociólogos da religião inspirados pelos pontos de vista marxista e cristão respectivamente (Berger, 1985, p.118).

Pelo exposto até aqui, a secularização é o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura se desvinculam da influência religiosa, reduzindo o controle das Igrejas sobre o Estado, a educação e as instituições. Além de estrutural, ela

impacta a cultura, diminuindo a presença da religião nas artes, filosofia e ciência. Também há um aspecto subjetivo, pois cada vez mais indivíduos no Ocidente moderno interpretam o mundo sem recorrer à religião. Logo, nesse contexto, os grupos religiosos transformam-se de monopólios em competitivas agências de mercado.

Ademais, Hervieu-Léger (2008, p. 34) define a modernidade religiosa secularizada no Ocidente como a época em que “a religião deixa de fornecer aos indivíduos e grupos o conjunto de referências, normas, valores e símbolos que lhes permitem dar um sentido à sua vida e suas experiências”.

Curiosamente, vale destacar que na sociedade moderna e secularizada, há um aspecto de individualidade, pessoalidade e subjetividade muito latente. O sagrado tem sua origem na sociedade, que exerce autoridade sobre o indivíduo ao estabelecer e impor um sistema de valores coletivos. Mas na modernidade, a religião se restringe ao âmbito pessoal. Como destaca Machado (2013), na sociedade moderna, o foco se desloca do bem coletivo para a valorização do indivíduo, que passa a ser visto como essencial na consciência coletiva. Essa nova perspectiva, fundamentada na dignidade pessoal, incorpora princípios como justiça social e igualdade de oportunidades, que também ganham status de valores sagrados. Ela destaca essa mudança de paradigma social com a chegada da modernidade nas seguintes palavras: “Se a sociedade moderna atribui ao indivíduo um caráter sagrado e essa representação coletiva é frequentemente reposta na ordem social, o individualismo moral pode ser interpretado como uma nova forma de religiosidade” (Machado, 2013, p. 207).

Mariano (2013), ao analisar a obra “a era secular” de Charles Taylor, relaciona o crescimento da individualização e da subjetividade das crenças à revolução cultural da década de 1960, interpretada como um movimento que enfatizou a autonomia pessoal. Esse processo fortaleceu um individualismo expressivo, tornando a auto orientação um fenômeno coletivo e enfraquecendo estruturas sociais e políticas, como comunidades, famílias, partidos, sindicatos e instituições religiosas. Essa virada provocou uma perda significativa na influência e capacidade reguladora da religião institucional sobre a vida do religioso e suas condutas individuais.

Nas palavras de Berger (1985), a secularização permitiu que o homem compreendesse a realidade sem depender da religião. Este fenômeno moderno

afeta os grupos sociais de maneira diversa, conforme a importância simbólica da religião em cada sociedade.

A secularização, como um processo histórico ocidental, afetou várias áreas da sociedade moderna ligadas ao cristianismo, sociedade marcada pela segunda revolução industrial que ocorreu entre 1850 e 1914 e que trouxe avanços significativos em vários setores, além da expansão das transformações industriais que começaram na primeira Revolução Industrial⁴.

De acordo com Junqueira e Teófilo (2012), o termo secularização surgiu no final do século XVI, na França, no contexto jurídico-político, para indicar a diminuição da atuação dos clérigos em favor do Estado laico. Posteriormente, passou a ser empregado para descrever a expropriação dos bens e direitos das igrejas. No século XIX, o termo secularização ganhou sentido filosófico e ideológico, referindo-se à diminuição significativa do impacto da religião e das igrejas na educação, cultura e demais áreas sociais, impulsionada por grupos intelectuais e sociedades culturais europeias. Entretanto, vale lembrar que o processo de secularização europeu difere do latino-americano, embora sua história remonte os tempos do padroado e do regalismo desde a Europa.

Para abordar a secularização no Brasil, é fundamental reconhecer a influência marcante da Igreja na história do país. “O Estado Imperial Português surgiu, em terras brasileiras, unido à Igreja, de regime monárquico, estabelecendo uma relação entre poder civil e poder eclesiástico” (Junqueira e Teófilo, 2012, p. 87). Desde a chegada dos colonizadores portugueses, a instituição religiosa desempenhou um papel central na colonização, na educação e na formação dos valores morais, éticos e religiosos da sociedade. Como se vê.

O processo de secularização entre Estado e Igreja no Brasil tem um aspecto peculiar, além de ser considerado longo, lento e pacífico. Os excessos na ingerência do chefe de Estado em questões religiosas no

⁴ A Primeira Revolução Industrial provocou intensas transformações no sistema produtivo. Surgiram as indústrias e um novo modo de produção: a manufatura deu lugar à maquinofatura. Houve aumento da mão de obra e sua consequente desvalorização. Novas relações de trabalho de surgiram mediante a existência de duas classes: a burguesia e o proletariado. Os trabalhadores passaram a exercer funções específicas. Os salários recebidos eram baixos e as cargas horárias extenuantes. A Inglaterra industrializou-se em um primeiro momento e posteriormente outras nações. A máquina introduzida nas fábricas possibilitou o aumento da produção em menos tempo, aumento dos lucros e o desenvolvimento da economia. Nessa fase, foram utilizadas as máquinas de fiar nas indústrias têxteis; o tear mecanizado para a produção de tecidos e a máquina a vapor utilizada nas indústrias têxteis, nas usinas de carvão e de ferro, nos meios de transporte, como o navio a vapor e a locomotiva (Sousa, 2025). SOUSA, Rafaela. Primeira Revolução Industrial. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/primeira-revolucao-industrial.htm>. Acesso em: 03 de março de 2025.

Império são denominados de “Regalismo”. Então, é movido pelo regalismo que as autoridades do Império vão buscar legitimar o seu “Padroado”, ou o direito de conferir benefícios eclesiásticos, sendo o defensor, o protetor, ou o patrono (Junqueira e Teófilo, 2012, p. 87).

O regalismo, no contexto do padroado, refere-se à política pela qual o Estado tinha controle sobre a Igreja e sua administração. Santirocchi (2013) destaca que o regalismo buscava reduzir o poder da Igreja, restringindo a autoridade do Papa em assuntos temporais e espirituais, e negando seu poder absoluto sobre questões eclesiásticas nacionais, argumentando que isso prejudicava os direitos episcopais. A diminuição da autoridade papal facilitaria a submissão dos superiores eclesiásticos à autoridade civil e seus direitos.

No Brasil, essa política foi influenciada pelo regalismo português. O nascimento do regalismo no Brasil, “teve a sua mais alta e curiosa figura na pessoa do padre Diogo Feijó” (Filho, 1938, p. 40). Padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843) foi um sacerdote e político brasileiro que desempenhou um papel significativo no período regencial do Brasil. Como apresentado por Vieira (2010), ele nasceu em São Paulo e destacou-se por suas posições liberais e por sua defesa do regalismo. Sua atuação como Ministro da Justiça e, posteriormente, como Regente Uno do Império (1835-1837), foi marcada por esforços para reduzir a influência da Igreja Católica nas questões políticas e administrativas do país, promovendo a secularização e a autonomia do Estado em relação às instituições religiosas.

De igual forma, a origem do padroado brasileiro, deriva do padroado português, que de acordo com Hoornaert (1979) suas origens remontam ao século IV. Nos primeiros três séculos do cristianismo, a Igreja Católica foi excluída da vida pública e social, tanto no judaísmo quanto na civilização helênica. Os romanos não aceitavam os cristãos e suas práticas e instituições. Era necessária uma negociação. É nesse contexto que o padroado surgiu, como resultado de um acordo estabelecido entre a Igreja Católica e os monarcas da Espanha e de Portugal. Como apresenta Filho (1938, p. 17), “foi assim que o padroado, de uma simples concessão da Santa Sé, se transformou em tutela permanente do direito majestático exercido pelos reis”.

O padroado régio permitia ao Estado nomear bispos, controlar a administração eclesiástica, construir igrejas, manter o clero e recolher o dízimo, prevalecendo os interesses do Estado sobre os da Igreja. Para Oliveira (2017, p. 79), “o monarca português tornou-se detentor do priorado da Ordem de Cristo, erigida sob a extinta ordem dos Templários, no século XV, obtendo um amplo espectro de atribuições

político-administrativas que o autorizavam”. De acordo com Santirocchi (2013), a Ordem de Cristo, herdeira dos Templários, foi a mais importante das ordens religiosas-militares em Portugal, que desempenhou um papel significativo no padroado, um sistema de controle e administração da Igreja Católica pelo Estado português. O padroado da Ordem de Cristo envolvia uma série de privilégios e deveres por parte da monarquia lusitana, incluindo a concessão de benefícios eclesiásticos e a intermediação das relações entre as elites coloniais e o centro político do Império português. Esse sistema permitiu à Coroa Portuguesa recompensar serviços prestados pelos colonos e atrair lealdades diversas, mesmo entre os eclesiásticos. E só para efeito de registro, conforme afirmou Filho (1938), o padroado não significava uma usurpação da Coroa portuguesa, mas sim de uma forma típica de aliança entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal.

Como colônia, o Brasil herdou naturalmente a tradição portuguesa do regalismo ou da intervenção do Estado sobre a Igreja. Filho (1938) registra que durante o período colonial, as ações eclesiásticas no Brasil mostraram a identidade da Igreja como instituição religiosa, mas também como um organismo vinculado a um projeto maior de conquista de novas terras. Dessa forma, era necessário que ela retornasse os investimentos feitos pela Coroa Portuguesa. Havia, então, uma relação de troca ou dependência entre Igreja e Estado.

Junqueira e Teófilo (2012, p. 88) destacam que “na evangelização do Brasil, ao lado do processo de colonização, a conotação para a implantação do padroado na Colônia se fundamentava no interesse pela expansão das fronteiras e na propagação da fé católica”. No Brasil, assim como no contexto português, esse processo demorou. O catolicismo imperou no Brasil por muito tempo.

Durante séculos a Igreja Católica no Brasil era a única forma de culto oficial entre os brancos. Porém, em 1808, os portos brasileiros começaram a receber embarcações alemãs, francesas, inglesas, norte americanas. A chegada de povos de outras nações promoveu uma mudança em todos os sentidos, inclusive ao catolicismo no Brasil, pois passou a receber as influências desses povos, além de não ser mais a única religião, uma vez que o protestantismo entrou com os primeiros imigrantes. O Brasil foi influenciado por um conhecimento de outro mundo além daquele português e católico (Junqueira e Teófilo, 2012, p. 89).

É nesse cenário que se dá a Proclamação da Independência do Brasil, ou sua emancipação política. D. Pedro I, formado sob as influências ideológicas do regalismo, consolidou a independência negociando com a Santa Sé a transferência do grão-mestrado para a coroa brasileira. Como argumenta Heinsfeld (2020), após a

independência do Brasil em 1822, D. Pedro I buscou consolidar a autonomia do país, incluindo a administração eclesiástica. Uma das medidas foi a negociação com a Santa Sé para transferir o grão-mestrado das ordens militares para a coroa brasileira, reforçando a autoridade imperial sobre assuntos religiosos. Essas negociações envolveram debates acalorados no Parlamento, refletindo a complexidade das relações entre Igreja e Estado no novo império. A transferência do grão-mestrado para D. Pedro I e seus sucessores como imperadores do Brasil foi um passo significativo na afirmação da soberania nacional, permitindo ao imperador exercer controle sobre as ordens militares e religiosas, anteriormente subordinadas à autoridade papal.

Vieira (2007) acrescenta relevante informação sobre esse contexto ao dizer que o artigo 5º da Carta Magna outorgada por D. Pedro I, declarava o catolicismo como religião oficial do Império. As demais religiões eram permitidas apenas em âmbito privado, sem templos visíveis, enquanto o culto católico era reconhecido como um direito fundamental dos brasileiros. Isso significou a perda da autonomia e liberdade da Igreja, bem como a perda da laicidade do Estado. Ele ainda acrescenta.

No artigo 102, estava posto como atribuição do Imperador, como Chefe do poder executivo, nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos bem como quaisquer outras constituições eclesiásticas. Assim o Imperador era a primeira autoridade eclesiástica do Brasil e o Papa ficou relegado a um soberano estrangeiro (Vieira, 2007, p. 49).

O processo de secularização ficou evidente quando, conforme citado por Vieira (2007), o Império interveio ao extinguir Ordens Religiosas, limitar novos membros e restringir a posse de bens por instituições religiosas, enfraquecendo o clero e a estrutura eclesiástica. Isso esvaziou os conventos e diminuiu o clero no Brasil. Somente na República as organizações religiosas passaram a ter personalidade civil. Isso significa dizer que no período de 1500 até a Proclamação da República em 1889 todos tinham que ser católicos. Junqueira (2008, p.16) salienta que “ser católico não era uma opção pessoal, mas uma pré-condição para a cidadania brasileira”. Com a Proclamação da República, o Brasil assume concepção de Estado laico.

Ao analisar o conceito de secularização no contexto político, bem como jurídico, no Brasil, observa-se que esse processo foi caracterizado por ambiguidades. Conforme apresentado por Junqueira e Teófilo (2012), isso ficou latente no reconhecimento da autoridade canônica na primeira Constituição

Brasileira, de caráter confessional, que permitia a liberdade religiosa; na restrição do clero pelo Estado para implementar um projeto educacional secular; e na participação excessiva do clero em cargos políticos estatais, entre outros aspectos.

Devido a constatações empíricas, Berger chegou à conclusão de que a teoria da secularização era frágil e revisou sua posição original lançando sua teoria do pluralismo religioso na década de 1990, conforme descrito em seu livro *Os múltiplos altares da modernidade*. Ele admite na introdução do livro: “nós interpretamos mal estes fatos” (Berger, 2017, 10). Nessa fase, Berger reconhece que a modernização não leva necessariamente ao declínio da religião, mas sim ao pluralismo religioso, onde diferentes crenças coexistem e competem, tornando a fé uma escolha individual em vez de uma imposição social. Berger (2017, 10) revelou em 1999 que após 25 anos, os dados mostraram que o mundo continuava tão religioso quanto antes, provando que a teoria da secularização se tornara empiricamente insustentável. Essa mudança e diferenciação entre as teorias é apontada com clareza nas palavras de Gabriel Peters.

Enquanto a primeira pressupunha que a modernidade provoca necessariamente um declínio da religião, tanto na ordem institucional como nas consciências individuais, a segunda sustenta que a transformação fundamental provocada pela modernização é uma adaptação multiforme da religião à pluralidade moderna de discursos, visões de mundo e esferas institucionais. Em vez de cenário de uma tendência ao desaparecimento da religião, a modernidade seria marcada pela coexistência entre o discurso secular e diferentes discursos religiosos, os quais se apresentam aos indivíduos como opções a serem escolhidas, não como pressupostos naturais e autoevidentes (Peters, 2019, p. 296).

Muito relevante a assertiva de Teixeira (2017) ao mencionar que a consciência moderna traz consigo um efeito relativizador, questionando e reformulando antigas certezas. Surge um cenário com múltiplas possibilidades e diferentes formas de interpretar a realidade, tornando a escolha um fator central. Com isso, as bases de sustentação das crenças se tornam mais instáveis, enfraquecendo as comunidades que antes compartilhavam significados sólidos. Diante da incerteza, os indivíduos buscam segurança na subjetividade ou em comunidades estáveis. A fragilidade das crenças favorece contradições cognitivas, tornando o questionamento da realidade mais intenso. Conceitos antes evidentes, como vida, sociedade e identidade, são problematizados. Nenhuma interpretação é mais vista como absoluta. Com o desenvolvimento da relativização, surge a possibilidade da crise de sentido e desorientação tanto para indivíduos quanto para grupos inteiros. Ademais, é posto

pelo próprio Berger uma crise que afeta a religião, fruto desse ambiente relativista, instável, incerto e subjetivo.

A crise de credibilidade que acompanha a situação pluralista afeta igualmente a religião. A situação pluralista, ao acabar com o monopólio religioso, faz com que fique cada vez mais difícil manter ou construir novamente estruturas de plausibilidade viáveis para a religião. As estruturas de plausibilidade perdem solidez porque não podem mais apresentar a sociedade como um todo para servir ao propósito da confirmação social. Em termos simples, sempre há todos os outros que se recusam a confirmar o mundo religioso em questão (Berger, 1985, p. 162).

A complexidade do pluralismo exige discernimento, pois traz consigo tanto efeito relativizador quanto crises de sentido. Berger reconhece esse desafio e destaca a necessidade de reflexão para compreender e acolher o pluralismo como um fenômeno global inevitável, minimizando um possível impacto negativo para os envolvidos, diante de tanta incerteza persistente.

O pluralismo cria uma condição de incerteza permanente com respeito ao que se deveria crer e ao modo como se deveria viver; mas a mente humana abomina a incerteza, sobretudo no que diz respeito ao que se conta verdadeiramente na vida. Quando o relativismo alcança uma certa intensidade, o absolutismo volta a exercitar um grande fascínio (Berger, 1994, p. 48).

Na sua análise sobre o pluralismo, Berger procura evitar duas tendências: o relativismo e o fundamentalismo, pois estas representam perigos evidentes na modernidade. "Se o risco que o relativismo impõe a uma sociedade estável é um excesso de dúvida, o risco do fundamentalismo é a falta de dúvida" (Teixeira, 2017).

1.3 Laicidade e Laicismo

O terceiro conceito a ser abordado neste capítulo é o de laicidade. A secularização, apresentada no tópico anterior e a laicidade são processos distintos e não homogêneos, apesar de surgirem na modernidade e promoverem a independência das esferas sociais em relação à influência religiosa.

Laicidade é um princípio central que garante a separação entre o Estado e as instituições religiosas. É a separação da esfera pública da esfera privada. No contexto político, a laicidade garante que decisões governamentais sejam tomadas com base em critérios racionais e universais, livres de influências religiosas específicas, proselitistas, assegurando que todos os cidadãos, independentemente de sua fé, sejam tratados com igualdade e respeito. Ela desempenha uma função vital no campo da educação, no preparo de cidadãos críticos e informados. Ao

manter a educação pública afastada de doutrinas religiosas, assegura-se que o ensino seja inclusivo e plural, respeitando a diversidade de pensamentos e crenças dos estudantes. Portanto, a laicidade é um alicerce essencial para a construção de uma sociedade democrática e justa, onde a política, a educação e a religião coexistem de forma equilibrada, sem que uma esfera influencie indevidamente a outra. A análise deste princípio é fundamental e é isso que se fará neste tópico.

Como afirmou Domingos (2009) a laicidade é um dos fundamentos dos Estados Modernos, entre eles, o Brasil. Esse termo é de grande importância nessa relação tripartite Religião-Educação-Política. Essa relação é percebida nas palavras de Junqueira e Reis (2020, p. 26), ao valerm-se dos estudos de Giumbelli (2002), e afirmarem que “a laicidade é compreendida como um sistema que defende a exclusão da influência da religião no estado, na cultura e na educação”. Bittencourt (2016) enriquece esse entendimento ao mencionar que os ideais da laicidade só serão experienciados na prática, quando forem ensinados nas instituições políticas, religiosas, educacionais e culturais. Ademais, Junior (2008, p. 63) explana que “a laicidade é um processo social estreitamente relacionado com a esfera política. Refere-se à formação de um Estado desvinculado de qualquer grupo religioso e de um espaço público neutro em matéria religiosa”. Ele ainda argumenta que esta neutralidade, pode ser vista de duas maneiras distintas: “a exclusão da religião do Estado, bem como da esfera pública e a imparcialidade do Estado com respeito às religiões” (Junior, 2008, p. 63).

Como é notório, a laicidade se dá num contexto público, ou seja, no âmbito político. Junior (2008) ainda acrescenta com retumbância que a laicidade é um fenômeno político. Corroborando com Junior, Reis (2016, p. 92) salienta que “a noção de laicidade está ligada à regulação política, jurídica e institucional das interações entre religião e política, Igreja e Estado em contextos pluralistas”. Sob seu guarda-chuva está a liberdade e a autenticidade religiosa, assegurando a independência das instituições religiosas e a imparcialidade do Estado em assuntos relacionados à religião.

Reis e Silveira (2016, p. 11), mencionam uma assertiva relevante feita por Junqueira numa entrevista pessoal. Na ocasião ele advogou que “a laicidade não é um combate à religião, à cultura [religiosa]. É, antes, o contrário. É a possibilidade de todos terem liberdade [de culto e de manifestação da sua religião]”.

O sentido original do termo tinha que ver com algo que pertencia ao povo cristão, desvinculado da estrutura organizacional da Igreja. Sobre a etimologia da palavra, Catroga (2006) explica que a laicidade deriva do termo laico, vindo do grego *laós* (povo), passando por *laikós* e *laicus*. Os termos laico e leigo indicam oposição ao religioso e ao clerical.

No entanto, o processo de laicização não foi nem simples e nem rápido, como pode parecer. Nem mesmo sem resistência. Foi uma trajetória longa, envolvendo alguns séculos e vários atores.

Fruto da separação entre Estado e Igreja, onde esta é excluída do poder político e administrativo e, em particular, do ensino, o Estado laico nasceu de um longo processo de laicização, de uma emancipação e construção progressiva, através de um afastamento dos dogmas, do clero e, sobretudo, do poder da Igreja Católica, ganhando vulto sob o influxo da Reforma Protestante, da filosofia de Rousseau, do Iluminismo, apenas para citar alguns exemplos (Domingos, 2009, p. 47).

Adicionalmente, Júnior (2008) pontua que o processo de laicização da Espanha ocorreu em um contexto violento durante os anos 30, resultando na perda dos privilégios anteriormente detidos pela Igreja Católica no país. Na França, o processo foi gradual, complicado e cheio de conflitos. A laicização no país teve início com a Revolução Francesa em 1789. Após quase cem anos de um regime concordatário que mantinha os laços entre o Estado e as religiões, a separação efetiva ocorreu finalmente em 1905, após muitas batalhas, tensões e debates acalorados.

Domingos (2009) explana com muita propriedade um panorama histórico da separação entre Estado e religião que remonta desde o tempo greco-romano, quando no século V, o Papa Gelásio I formulou a doutrina dos dois gládios, que diferenciava a autoridade política da autoridade religiosa. Depois, três pensadores da filosofia começaram a debater a questão da laicidade, foram eles: Descartes, Condorcet e Comte. A ideia de separação é lançada por Descartes. Condorcet abrange uma concepção laica da educação e distingue educação e ensino, separando a ordem da razão da ordem dos valores. Por fim, Comte sugere que a religião de um Deus transcendente seja trocada pela religião centrada na humanidade.

Ainda nesse panorama histórico, Domingos (2009) apresenta o ano de 1792 como sendo o ano do aparecimento da primeira instituição leiga, na França, que surge com a instituição dos atos civis. Já a palavra laicidade aparece em 1871 associada ao ensino público francês e em 1887 o verbete é incluído no “Novo

Dicionário de Pedagogia e de instrução primária” (Domingos, 2009, p. 48). O processo culmina com a Lei francesa de 9 de dezembro de 1905, relativa à separação das Igrejas e do Estado, cujos princípios seriam posteriormente incorporados às Constituições francesas de 1946 e 1958, consolidando a laicidade como princípio constitucional. Diante desse cenário, é importante considerar que “será a influência francesa que irá marcar a história da laicidade no Brasil” (Domingos, 2009, p. 49). Isso vai ser abordado num tópico mais à frente.

Ainda sobre a história, Silva (2019) corrobora afirmando que a formação do conceito de laicidade estatal, conforme atualmente entendido, teve suas raízes estabelecidas na Europa dos séculos XVIII e XIX. Esse desenvolvimento foi fortemente influenciado pelas discussões e reflexões de filósofos, além da atuação de grupos iluministas e liberais.

A laicidade promove inerentemente o respeito e a tolerância para com os outros, pois há uma relação estreita com a alteridade, que enfatiza o reconhecimento e a valorização da diversidade. O respeito à liberdade de consciência e de pensamento existe em ambos os conceitos. Esse é um direito juridicamente assegurado pelo artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que diz: “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião” (Nações Unidas, 2025). O mínimo que se espera de um Estado laico, é que se tenha respeito e tolerância às variadas formas de expressões religiosas, bem como àqueles que escolheram não professar religião, haja vista que o “Estado laico é aquele onde o direito do cidadão de ter ou não ter religião é respeitado” (Domingos, 2009, p. 51). Em consonância, Bittencourt (2016, p. 93) escrevi que “o equilíbrio da relação entre religião e Estado perpassa, obrigatoriamente, pelo livre exercício da liberdade religiosa e da tolerância”.

Portanto, a laicidade não se trata de uma aversão ao que é religioso. Muito menos um sentimento de repulsa por outrem que confessa uma religião diferente. Domingos (2009, p. 46) corrobora ao pontuar que “a laicidade não é o antirreligioso na sociedade, mas o arreligioso na esfera pública.” Ainda acrescenta que “o princípio da laicidade é, ao mesmo tempo, o de afastamento da religião do domínio político e administrativo do Estado, e do respeito ao direito de cada cidadão de ter ou não ter uma convicção religiosa e de professá-la” (Domingos, 2009, p. 50). Ademais, ela ratifica

A laicidade não exclui, no entanto, as religiões e suas manifestações públicas, nem o ensino religioso, muito menos deve interferir nas convicções pessoais daqueles que optam por não professar nenhuma religião. A laicidade garante também aos cidadãos que nenhuma religião, crença ou igreja poderá cercear os direitos do Estado ou apropriar-se dele para seus interesses. Esta separação entre Igreja e estado é que garante a “pacificação” entre as diversas crenças religiosas, uma vez que não privilegia nenhuma delas. Assim, podemos apontar três princípios contidos no princípio da laicidade: a neutralidade do estado, a liberdade religiosa e o respeito ao pluralismo (Domingos, 2009, p. 51).

Laicidade dialoga com liberdade. Assim, pode-se entender que a laicidade garante a liberdade individual de escolher ter ou não uma religião, e de praticar livremente seu culto. Nesse sentido, as religiões não devem interferir em assuntos públicos, e o Estado também não deve intervir nas questões internas das religiões. Ademais, o Estado é neutro em matéria sobre religião, não concedendo privilégios a uma religião em detrimento da outra (Junqueira, 2020). Como destacou com retumbância Domingos (2009, p. 58) “o que a laicidade restringe é a posse do espaço público pelas religiões”.

Nessa relação com a liberdade, Domingos (2009) afirma que a laicidade assegura que a prática da religião, do ateísmo ou do agnosticismo seja opcional. Ela pressupõe a imparcialidade do Estado e das instituições em relação a crenças religiosas, garantindo um tratamento equitativo a todos os cidadãos. As diferenças são respeitadas e não negadas. “A laicidade promove a união dos homens sem valorizar aquilo que os divide” (Domingos, 2009, p. 61). Vale ainda destacar que a neutralidade do estado em relação à religião impede qualquer tipo de hostilidade às crenças pessoais.

Outrossim, a laicidade representa um princípio fundamental na promoção da coesão social, ao não privilegiar elementos que possam gerar divisões entre os indivíduos. Trata-se de um conceito que privilegia a igualdade e o respeito mútuo, independentemente das crenças ou convicções particulares de cada pessoa. Dessa forma, a laicidade funciona na prática como um agente unificador, ao fomentar a convivência harmônica e a colaboração entre todos os membros da sociedade, sem destacar aspectos que possam ser motivo de discordância ou segregação. Num Estado laico, não há uma religião oficial, nem bandeira religiosa em destaque, nem espaço para hierarquização de denominações.

Ainda fazendo uso das palavras de Domingos (2009, p. 57), registre-se que “é a laicidade que permite o pleno e livre exercício da religiosidade, seja de forma institucionalizada ou individualizada”. Em outras palavras, na laicidade não existe

ojeriza ao que é religioso. Isso tem outro nome: laicismo. Embora exista uma confusão entre as palavras laicidade e laicismo, seus significados são bem distintos. Mesmo sendo palavras que têm a mesma origem e radical comum, assumiram significados diferentes.

Junior (2008, p. 70) apresenta o laicismo como “uma forma agressiva, combativa de laicidade que procura eliminar, extirpar a religião da vida social. O laicismo se mostrou na história política de diversos países ocidentais como fortemente anticlerical e antirreligioso”. Para Domingos (2009, p. 49), “o laicismo é a doutrina que proclama o afastamento total e absoluto das instituições sociopolíticas, culturais e educativas de toda influência da Igreja”. Os apologistas do laicismo exigem a independência em relação à religião, defendendo a separação das instituições religiosas do exercício do poder político e administrativo. Além disso, trabalham para que as Igrejas sejam excluídas da organização e gestão do sistema de ensino público.

Fazendo uma analogia com o corpo humano, o laicismo carrega em sua identidade, uma digital agressiva, intolerante, inegociável, inflexível e opositora a tudo que tem relação com o sagrado ou transcendente. Seu bojo identitário está carregado de elementos filosóficos e ideológicos relacionados ao humanismo. É tão forte em sua apresentação e ações que em sua forma mais extrema, tem a reputação é de uma militância como destacado por Domingos.

O laicismo levado ao exagero tem aparecido como uma militância que se opõe tanto às procissões quanto aos toques de sinos das igrejas, conclamando os fiéis para as festas religiosas ou missas; tanto aos elementos religiosos em prédios públicos quanto às datas festivas do calendário referentes a datas religiosas. Pode mesmo ser considerado, de forma mais agressiva, um proselitismo laico, agressivo, que ofende à liberdade de consciência e à própria proibição do proselitismo em espaço público. Muitos laicistas são mesmo associados a uma luta antirreligiosa explícita, que considera as religiões como obscurantismo e alienação (Domingos, 2009, p. 64 e 65).

O laicismo é uma herança da Revolução Francesa (1789-1799), que desempenhou um papel crucial na sua consolidação como princípio filosófico e político. Ao promover a separação entre Igreja e Estado, os revolucionários franceses estabeleceram as bases para um Estado laico, onde a religião foi relegada à esfera privada dos indivíduos. Este movimento foi influenciado pelos ideais iluministas, que enfatizavam a razão e a autonomia individual, buscando libertar o homem das amarras religiosas que limitavam sua liberdade de pensamento. Assim, o laicismo emergiu como uma ideologia humanista, excluindo qualquer vínculo

obrigatório entre a esfera pública e as convicções religiosas pessoais. Entretanto, merece atenção e cuidados vigilantes, pois como disse Domingos (2009, p. 64), “o laicismo fere alguns direitos fundamentais do Homem, dentre eles o de possuir, e manifestar sua religião”.

1.4 Laicidade no Brasil

Por longo tempo, a Igreja Católica protagonizou o cenário religioso no Brasil. Para se ter uma ideia de como era predominante o catolicismo, Reis (2025, [24min45s]) afirma que “ser brasileiro era ser católico” e acrescenta que “até 1990, quase 90% da população brasileira era católica”. Basta revisitar a história da colonização do Brasil e perceber a relação entre política e Igreja. Foi o próprio Estado Português quem proibiu qualquer tipo de crença, culto ou práticas religiosas fora do catolicismo e o instituiu como religião oficial. Trabalhar em repartições públicas era uma opção relegada apenas aos devotos da fé católica. Como bem sinalizou Fonseca (2011), durante o período colonial, apenas indivíduos vinculados ao catolicismo tinham permissão para entrar e se estabelecer no território brasileiro.

De acordo com Oro (1996), do período colonial até o imperial (de 1500 até 1889), não havia liberdade de culto no Brasil e a única religião legalmente aceita era o catolicismo. A religião funcionava como uma forma de dominação social, política e cultural. A Igreja Católica exercia fortes influências e mantinha uma relação íntima com o Estado. Não obstante, estava subordinada a ele.

Mesmo diante da coordenação e orientação da constituição imperial de 1824 o catolicismo continuou com seus privilégios junto ao Estado. De acordo com Fonseca (2011) foi em 1870 que houve uma separação formal do Estado, ainda assim não foi uma separação considerada como um rompimento definitivo das relações. Já na constituição de 1891, ocorreram algumas mudanças que atenderam a reivindicações que diminuíam o poder da Igreja Católica sobre a sociedade. Por exemplo o casamento civil. Antes, o casamento só era reconhecido se realizado pela Igreja Católica. Com a nova constituição, passou a existir o casamento civil, independente de cerimônias religiosas. Outro modelo alterado são os cemitérios seculares, que até então, eram administrados pela Igreja, e não católicos enfrentavam dificuldades para serem sepultados. Com a laicização, os cemitérios passaram a ser públicos e desvinculados da religião. Um exemplo adicional é o ensino público leigo, onde a

educação deixou de ter influência religiosa direta, tornando-se laica, ou seja, sem ensino confessional obrigatório. Obviamente isso reduziu a influência da Igreja Católica no cotidiano da sociedade brasileira, mas não deixou de afetar a sociedade de modo geral, como ressaltou Reis (2016) ao mencionar que a Constituição de 1891 iniciou uma mudança na relação Estado-Igreja, mas sem ruptura definitiva. O catolicismo permaneceu forte nas instituições e costumes. Isso manteve privilégios e fomentou um acordo informal entre Igreja e Estado.

Durante a Era Vargas (1930–1945), após quatro décadas de vigência do regime republicano e de separação formal entre Igreja e Estado, verificou-se uma significativa reaproximação entre o governo brasileiro e a Igreja Católica. Nesse contexto, o catolicismo recuperou espaço de influência na esfera pública e política, aproximação que se desenvolveu ao longo da década de 1930 e permaneceu durante o Estado Novo (1937–1945), período marcado pela centralização do poder e pelo caráter autoritário do governo de Getúlio Vargas.

Merece atenção a asserção feita por Oro (1996) ao destacar que até o final da década de 1950, a Igreja Católica impôs obstáculos ao crescimento de outras tradições religiosas. No caso de religiões como o espiritismo e, especialmente, afro-brasileiras, o período correspondente ao Estado Novo foi caracterizado por ações repressivas por parte das autoridades policiais, incluindo incursões aos espaços de prática religiosa de matriz africana, como os terreiros. Para Mariano (2011), o pluralismo religioso no Brasil e uma significativa competição entre as principais religiões só se consolidou a partir de 1975 com o processo de redemocratização, a expansão dos movimentos pentecostais e sua participação na televisão e na política partidária.

Nos anos 1990, setores da Igreja Católica passaram a investir pesadamente na televisão para enfrentar a supremacia pentecostal nesse meio de comunicação. Até o início da década anterior, sua incursão na tevê estava limitada a transmitir missas e a exibir um ou outro programa religioso em 28 emissoras leigas (Della Cava e Montero, 1991, p. 222). Em 1995, por exemplo, possuía apenas uma emissora de televisão. Daí em diante, deu-se o milagre da multiplicação de emissoras e redes de tevê católicas, sustentadas e dirigidas por grupos próximos ou ligados à Renovação Católica Carismática: Rede Canção Nova (fundada em 1989), Rede Vida (1995), TV Horizonte (1999), TV Século 21 (2000), TV Nazaré (2002), TV Educar (2003), TV Imaculada Conceição (2004) e TV Aparecida (2005). A concorrência entre católicos e evangélicos migrou para as esferas midiática e política (Mariano, 2011, p. 249).

Há uma interessante análise dos dados do IBGE feita por Prazeres (2016) sobre a diversidade religiosa no Brasil, onde é destacado que entre o primeiro

recenseamento nacional⁵ e a década de 1970, o Brasil apresentou um perfil religioso hegemonicamente católico. O contingente católico era 99,7% da população. Essa predominância foi resultado da colonização e do status da Igreja Católica como religião oficial até 1891. No recenseamento realizado em 1980, os números apontaram um quantitativo de 89,0% de católicos em relação à população brasileira. No censo demográfico de 1991, o declínio católico se mostrou mais acentuado, alcançando a marca de 83,0%. Entretanto, os dados do censo de 2010 indicam uma significativa mudança no contexto religioso nacional. Embora o catolicismo se mantenha hegemônico, percebe-se um aumento na diversidade dos grupos religiosos, sobretudo nas regiões mais urbanizadas e densamente povoadas do país. E quanto à comunidade católica, o percentual chegou à marca dos 64,6% e sem religião, 8,0%.

É possível que esses dados ligeiramente observados, levem o leitor a concordar com Berger (1985), quando escreveu sua primeira versão da teoria da secularização, argumentando que o pluralismo religioso enfraquece a religião ao ampliar as diferentes estruturas de plausibilidade concorrentes, relativizar o conteúdo dos diferentes conteúdos sacros, tornando-os mais privados e subjetivos, o que os expõe ao ceticismo, à descrença e à indiferença.

Por fim, Domingos (2008, p. 153) afirma que “o modelo de laicidade francês, tendo sido o primeiro, é essencial para construção de um referencial para as discussões do tema no Brasil”. Ela destaca que a laicidade do Estado não é uma característica exclusiva da França; no entanto, foi nesse país que os debates acerca da separação entre Igreja e Estado alcançaram um nível de profundidade muito significativo. A laicidade no país europeu “deu-se através de uma construção histórica de mais de um século” (Domingos 2008, p. 155) e avançou muito. No Brasil, também já se somam mais de um século, entretanto, com desafios práticos gigantes, como os apresentados por Oro (2011).

A presença do crucifixo em lugares públicos como escolas, hospitais, prisões, parlamentos, e mesmo em tribunais, aponta na mesma direção: viola o dispositivo legal de separação Igreja-Estado e franqueia um tratamento desigual entre as religiões, posto que assegura um privilégio para as religiões cristãs, o catolicismo sobretudo. Enquanto isto, ao longo de toda a história republicana, as religiões afrobrasileiras foram vistas com suspeita e preconceito e, por isso, discriminadas, e seus agentes perseguidos. Tais procedimentos resultam, em grande medida, de representações depreciativas que, ao longo do tempo, foram construídas no

⁵ O primeiro recenseamento no Brasil ocorreu em 1872, conforme apresentado pelo IBGE, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/censobrasil.shtm>.

ocidente, e no Brasil, sobre as etnias e as culturas africanas, tidas como “primitivas” e “arcaicas”, destinadas, portanto, a desaparecerem porque representavam o passado da humanidade. No Brasil, os intelectuais, a Igreja Católica e o Estado, contribuíram, cada um a seu modo, para moldar o imaginário social desqualificador do negro e das religiões afrobrasileiras (Oro, 2011, p. 227, 228).

Sobre o Brasil como Estado Laico, há uma argumentação feita por Souza (2009) que merece destaque. A laicidade brasileira assumiu características próprias, não significando o afastamento completo da religião da esfera pública. Mesmo com a separação jurídica entre Igreja e Estado, permaneceram relações entre religião, política e poder público. Nesse sentido, ele afirma.

A separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política. E, diferentemente dos casos francês, uruguaio e mexicano, nunca desencadeou um movimento anticlerical radical. Da mesma forma, a laicidade não constitui propriamente um valor ou princípio nuclear da República brasileira, que deve ser defendido e preservado a todo custo, nem a sociedade brasileira é secularizada como a francesa e a inglesa, por exemplo, o que por si só constitui séria limitação às pretensões mais ambiciosas de laicistas de todos os quadrantes. Se a laicidade não é um valor nuclear da República brasileira, ainda assim constitui um valor e uma referência importantes a que os poderes públicos e suas autoridades costumeira e necessariamente se remetem para tratar de diferentes casos envolvendo debates e conflitos opondo grupos religiosos e laicos (Souza, 2009, p. 331).

Ademais, Mariano expõe com praticidade que a separação entre Estado e Igreja, no Brasil, está longe de ser visto à margem do espaço público ou da política.

A separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política. E, diferentemente dos casos francês, uruguaio e mexicano, nunca desencadeou um movimento anticlerical radical. Da mesma forma, a laicidade não constitui propriamente um valor ou princípio nuclear da República brasileira, que deve ser defendido e preservado a todo custo, nem a sociedade brasileira é secularizada como a francesa e a inglesa, por exemplo, o que por si só constitui séria limitação às pretensões mais ambiciosas de laicistas de todos os quadrantes. Se a laicidade não é um valor nuclear da República brasileira, ainda assim constitui um valor e uma referência importantes a que os poderes públicos e suas autoridades costumeira e necessariamente se remetem para tratar de diferentes casos envolvendo debates e conflitos opondo grupos religiosos e laicos (Mariano, 2011, p. 254).

Vale concluir este capítulo, ratificando que o Estado Laico não adota uma religião oficial. Logo, usar de símbolos que promovem uma ou outra religião, foge esse princípio. Mas também não se trata de uma aversão ao que é religioso. Ele combate a intolerância religiosa e o preconceito, mas promove o respeito entre crenças. Na verdade, quando se trata da relação entre religião e esfera pública, existem múltiplas realidades existindo concomitantemente no Brasil. Grupos

religiosos estão cada vez mais influentes nas discussões e decisões públicas. Isso se revela de diversas formas incluindo a presença de símbolos religiosos em espaços institucionais, a atuação de lideranças religiosas na política ou até a formulação de leis com base em valores religiosos. Entretanto, há também um movimento contrário, que busca impedir a interferência religiosa nos assuntos públicos. Esse grupo defende a laicidade do Estado, ou seja, a separação entre religião e governo, para garantir que políticas públicas não sejam influenciadas por crenças religiosas específicas. Dada essa tensão, não é possível afirmar com segurança que o Brasil é totalmente laico, leigo ou secularizado. Embora a Constituição de 1988 estabeleça que o Brasil é um Estado laico (isto é, sem religião oficial), na prática, a religião ainda influencia muitas decisões políticas e sociais.

2 IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA (IASD)

Após a explanação conceitual no capítulo anterior baseada nos teóricos clássicos e contemporâneos sobre religião, secularização, laicidade e laicismo, este capítulo dedica-se a contar um pouco do contexto institucional e histórico da Igreja Adventista do Sétimo Dia, denominação religiosa responsável pela realização do Projeto Adote um Leitor, objeto empírico desta pesquisa. O autor deste trabalho julgou importante compreender a origem, expansão e organização da denominação, antes de analisar as motivações, depoimentos e práticas de sua atuação na escola pública.

O capítulo inicia com a história mundial do adventismo, nascente do protestantismo norte-americano do século XIX, onde diversos movimentos de reavivamento religioso e expectativas escatológicas se levantaram. Nesse contexto, o uso de literatura impressa era uma estratégia comum aos movimentos e não foi diferente com o movimento precursor da Igreja Adventista.

Na sequência, se descreve como o adventismo chegou ao Brasil, destacando a distribuição de literatura e a colportagem – uma prática religiosa, econômica e missionária – como as principais estratégias utilizadas para sua implementação no país. A circulação dos impressos adventistas precedeu a presença de pastores ordenados e a fundação dos templos. Essa estratégia revela um movimento concatenado entre religião, economia e educação, que será retomado, de forma comparativa, no capítulo seguinte, na análise do Projeto Adote um Leitor. O capítulo avança para a chegada do adventismo em Sergipe e, posteriormente, em Lagarto, que é o recorte empírico desta pesquisa. Em ambos os contextos, as mesmas estratégias são vistas: distribuição de literatura e colportagem.

Por fim, o capítulo menciona o posicionamento institucional da Igreja Adventista do Sétimo Dia em relação à liberdade religiosa, à liberdade de consciência e à laicidade do Estado, a partir de textos oficiais, documentos históricos e produções acadêmicas e teológicas. Essa menção oferece os elementos necessários para uma reflexão crítica sobre possíveis tensões entre o discurso institucional adventista e a prática concreta desenvolvida no âmbito da escola pública analisada.

2.1 A origem da Igreja Adventista do Sétimo Dia

As raízes do adventismo do sétimo dia tem origem no movimento do segundo advento, que surgiu no início do século XIX. Embora pregadores tenham, em diversas partes do mundo, incluindo a Europa, anunciado a iminente chegada de Cristo, para o historiador do adventismo Knight (2000), foi na América do Norte que essa crença teve seu impacto mais significativo, considerando que um dos principais responsáveis pelo início do adventismo nessa região foi Guilherme Miller (1782-1849), um leigo batista que desempenhou um papel essencial na propagação dessa ideia. Entre 1840 e 1844, afirma Knight (2015a), sua mensagem de que Cristo viria por volta do ano 1843 varreu os Estados Unidos e estendeu sua influência para outros países. Apesar de ser vista como uma aberração inofensiva a princípio, em 1843 o ensinamento de Miller polarizava pessoas e igrejas ao se aproximar o ano do fim do mundo. O ano chegou e Cristo não voltou.

Nascimento (2018) apresenta um outro personagem que surge no cenário: Samuel S. Snow (1806-1870), um ministro protestante milerita. Segundo ele, a vinda de Jesus ocorreria conforme o calendário judaico dos caraítas, no dia 22 de outubro de 1844, e não em 1843 como pensava Miller. Mais uma vez, o retorno de Cristo não aconteceu. O dia seguinte, 23 de outubro, trouxe uma dura realidade: Jesus não havia voltado. Esse episódio ficou conhecido como o Grande Desapontamento. Posteriormente, em 10 de novembro de 1844, os líderes do movimento, por meio de um comunicado oficial, admitiram o equívoco na interpretação profética do evento. O acontecimento de 22 de outubro de 1844 não dizia respeito ao retorno de Cristo, mas sim a eventos celestiais descritos no livro de Hebreus: a purificação do Santuário celestial realizada por Jesus no Céu.

Após o desapontamento causado pelo fato de Jesus não ter retornado conforme previsto, muitos mileritas perderam o ânimo, enquanto outros seguiram dedicados ao estudo da Bíblia. Entre os que se uniram para aprofundar essa compreensão estavam José Bates, Ellen White, Tiago White, Hiram Edson, John Andrews, John Loughborough e Urias Smith. Por meio da interação com os Batistas do Sétimo Dia, eles chegaram à conclusão de que o sábado, no sétimo dia da semana, deveria ser respeitado como um dia sagrado. Entre os personagens supracitados, destacam-se como cofundadores do adventismo José Bates, Ellen White, Tiago White.

Todo movimento ou instituição tem um centro ou uma sede. Knight (2015b) registra que a pequena cidade de Battle Creek, Michigan, EUA, se transformou na sede da Igreja Adventista do Sétimo Dia durante o século XIX. “De lá, publicações e missionários se espalharam para os confins da Terra” (Knight, 2015b, p. 137). Diversas instituições adventistas surgiram ali, como igreja, editora, sanatório, escola etc. O movimento existiu por quase duas décadas sem nome. Até que em 1º de outubro de 1860, uma assembleia dos guardadores do sábado se reuniu e tomou três votos como relata Knight (2015b).

A transformação da editora em pessoa jurídica, a "organização da propriedade da igreja", no que se refere às congregações locais, e a escolha de um nome para a denominação. Muitos desejavam que fosse "Igreja de Deus", mas a liderança destacou que já havia grupos demais com esse nome. Enfim, David Hewitt sugeriu o nome adventistas do sétimo dia. Sua proposta foi aprovada, e muitos delegados reconheceram que era um nome "expressivo de nossa fé e posição doutrinária". (Knight, 2015b, p. 155).

No ano seguinte, no mês de abril, os guardadores do sábado, já com nome estabelecido, Knight (2015b) afirma que criaram uma comissão, recomendando a formação de associações distritais e estaduais para supervisionar as atividades da igreja nas respectivas regiões e na reunião geral dos fiéis em outubro deste mesmo ano, ratificou-se a decisão recomendando que as igrejas no estado de Michigan se unissem sob o nome de Associação dos Adventistas do Sétimo Dia de Michigan. No ano seguinte mais sete associações foram estabelecidas. Embora a formação dessas associações fosse útil para a denominação nascente, essa medida não solucionou todos os problemas administrativos. Eles ainda sentiam falta de uma instância superior que pudesse coordenar os trabalhos delas e distribuir pastores pelas diferentes regiões. Foi sugerido a criação deste órgão regulador. Então, numa reunião organizada para deliberar este assunto, de 20 a 23 de maio de 1863, em Battle Creek, foi criada a Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia, órgão máximo da instituição.

Quanto à estrutura da Igreja Adventista do Sétimo Dia, é organizada de forma hierárquica e global. No nível local, há congregações individuais, conhecidas como igrejas, que são dirigidas por pastores e líderes leigos. Essas igrejas estão organizadas em associações ou missões, que agrupam várias igrejas dentro de determinada área geográfica. Acima das associações, há as “uniões”, que coordenam as associações em uma região maior, como um estado ou até país ou

uma parte dele. Depois tem as divisões que são para coordenar os trabalhos em regiões maiores ou a nível de continente. No topo da estrutura, está a Associação Geral, entidade máxima da Igreja e que representa os adventistas em nível mundial. A Associação Geral tem várias divisões regionais que supervisionam os trabalhos em continentes específicos. Além disso, a Igreja Adventista administra um extenso sistema educacional e de saúde, com escolas, universidades e hospitais espalhados pelo mundo.

Em 1863, mesmo ano da organização da Associação Geral, como já visto, Ellen White escreveu pela primeira vez sobre a mensagem de saúde, apoiando reformadores na recomendação dos remédios naturais⁶. Sobre a educação, embora se tenha registro de que a liderança tenha feito algumas tentativas de fundar instituições adventistas de ensino, todas falharam. Knight (2015b) salienta que somente em 1872, a Associação Geral estabeleceu a primeira escola primária administrada pela organização, sob a direção Goodloe Harper Bell. E em 1874 a liderança da igreja fundou a primeira faculdade da rede, o Battle Creek College com objetivos bem definidos: ensinar a Bíblia, preparar ministros e missionários para a missão da igreja e desenvolver o contato e relacionamento com Deus. Por fim, vale destacar uma expressão que Knight (2015b) chama de quadrilátero adventista.

No conceito bíblico do ser humano, Deus se interessa por sua saúde total. Ele não se preocupa apenas com a saúde espiritual das pessoas, mas também com seu bem-estar mental e físico. E por isso que encontramos as dimensões de cura e ensino no ministério de Jesus. O desdobramento missionário dessa teologia leva a um programa que não só toca a natureza espiritual dos indivíduos, como também visa atender às suas necessidades mentais e físicas. Assim, com o tempo, desenvolveu-se aquilo que gosto de chamar de quadrilátero missionário adventista.

A origem desse quadrilátero ocorreu em Battle Creek, onde a igreja fundou seu ministério de publicações no início dos anos 1850, a estrutura de Associação, em 1861, sua instituição médica inicial, em 1866, e a primeira instituição educacional, em 1872. Talvez a liderança adventista não tivesse plena consciência do que fazia, mas tais instituições proporcionavam uma abordagem à missão que atendia às necessidades de todo o ser, formando um modelo para a missão (Knight, 2015b, p. 210).

De acordo Seventh-Day Adventist Church (2025), onde consta o relatório estatístico da denominação do ano 2024, a Igreja Adventista do Sétimo Dia até dezembro daquele ano contava com 103.869 igrejas e um total de 23.684.237 membros ao redor do mundo. Outras informações, no entanto, são apresentadas,

⁶ Oito remédios naturais: ar puro, luz solar, abstinência, repouso, exercício, regime conveniente, uso da água e confiança em Deus (Knight, 2015b).

mas considerado como base estatística o mês de dezembro de 2023, conforme dados na tabela a seguir.

Tabela 1 – Dados gerais da IASD no mundo

DADOS GERAIS DA IASD NO MUNDO*	QTD
Ministros ordenados, ativos (integral e parcial)	22.224
Total de funcionários ativos (integral, parcial, eventual)	349.479
Países e áreas do mundo reconhecidos pelas Nações Unidas	235
Países e áreas do mundo nos quais a obra adventista está estabelecida	212
Idiomas usados nas publicações e obra oral adventista	420
Divisões	13
Unões	126
Total de escolas (primárias, secundárias e nível superior)	10.381
Alunos matriculados	2.330.104
Indústrias de alimentos	24
Hospitais e sanatórios	244
Asilos e casas de repouso	136
Clínicas e dispensários	1.707
Clínicas odontológicas	133
Orfanatos	15
Centros de mídia	21
Editoras e filiais	57
Colportores evangelistas (de sustento próprio)	21.163
ADRA ⁷ – países e áreas do mundo onde a ADRA está presente	Mais de 117

Fonte: <https://adventist.org/identity/statistics>

Quanto às crenças e doutrinas, o IASD (2023), manual da igreja e instrumento oficial que rege a denominação, no capítulo 15, páginas 173 a 183, afirma que os Adventistas do Sétimo Dia aceitam a Bíblia como seu único credo e mantêm certas crenças fundamentais como sendo o ensino das Escrituras Sagradas. Essas crenças, em número de 28, da maneira em que são apresentadas, constituem a compreensão e a expressão do ensino das Escrituras por parte da Igreja. Elas estão organizadas dentro de uma moldura maior, chamada de doutrina. São seis as doutrinas bíblicas apresentadas e defendidas pelos adventistas: Doutrina de Deus,

⁷ ADRA – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais é uma organização humanitária mundial da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD). É uma organização privada, não governamental e sem fins lucrativos com objetivos assistenciais, caritativos e filantrópicos, sendo certificada no Brasil como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público [OSCIP]. (Silva, 2021).

Doutrina do Homem, Doutrina da Salvação, Doutrina da Igreja, Doutrina da Vida Cristã e Doutrina dos Últimos Eventos.

2.2 A chegada do adventismo ao Brasil

Quando o protestantismo chegou ao país, no século XIX, o catolicismo era a religião oficial do império o que tornava inviável a pregação pública contrária ao credo romano. Sua força era tão expressiva que se associava a própria identidade nacional à fé católica, chegando a abranger quase toda a população até o final do século XX. Esse predomínio tem raízes na colonização, marcada pela estreita ligação entre Estado e Igreja, quando o poder português instituiu o catolicismo como religião oficial e restringiu outras manifestações religiosas. Direitos civis e oportunidades públicas estavam condicionados à adesão a essa fé. Assim, do período colonial ao imperial, não havia liberdade religiosa, sendo o catolicismo a única religião legalmente permitida.

Há uma diferenciação entre catolicismo e protestantismo, feita por Nascimento (2022) que merece destaque.

A Igreja Católica, desde a sua origem, possui uma organização administrativa vertical, na qual Deus fala com o povo através dos seus escolhidos - o clero e seu representante maior, o Papa. Já o Protestantismo caracterizou-se por uma configuração horizontal. Deus fala diretamente com o homem através da Sua Palavra - a Bíblia Sagrada. Enquanto no Catolicismo a vinculação do indivíduo é compulsória, obrigatória, nas seitas puritanas ele se une a uma delas voluntariamente. É uma decisão/adesão feita por indivíduos qualificados religiosamente. E o que significava essa qualificação? Enquanto o Catolicismo é o avalista da conduta do indivíduo, o Protestantismo obriga o indivíduo a provar suas qualidades, seu valor, através de sua conduta, demonstrando-a à sociedade. Não é suficiente o puritano provar-se perante Deus, mas, também, perante os homens, externalizando sua crença ao mundo, através de uma conduta ascética (Nascimento, 2022, p. 63).

Foi nesse contexto de hegemonia do catolicismo no país, que o protestantismo começou a se espalhar pelo mundo desde a Europa, aleatoriamente, mas a partir dos Estados Unidos de forma organizada, e chega ao Brasil. Para Nascimento (2022), um passo gigante nessa direção foi dado pela denominação congregacional, que organizou em 1810 a ABCFM (*American Board of Commissioners for Foreign Missions*) – Junta Americana de Comissionados para Missões Estrangeiras, liderada por Samuel J. Mills Jr. Essa foi a primeira e por cerca de 50 anos a maior agência norte-americana com o objetivo de preparar e enviar

missionários para outros países. Em seguida foram surgindo outras organizações missionárias: batistas, presbiterianas, metodistas. O Brasil, em 1859, ao receber o missionário Ashbel Green Simonton no Rio de Janeiro, ficou destacado como o sexto país a receber missionários daquela organização.

Embora se perceba em primeira mão, uma ação missionária norte-americana organizada para alcançar outros países, inclusive o Brasil em 1859, de acordo com Carnassale (2015, p. 81), “os imigrantes alemães estão entre os pioneiros da implantação do protestantismo no Brasil” e seu marco inicial data de 1824, com a fundação da comunidade de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, liderada pelo pastor Friedrich O. Sauerbronn, com 334 imigrantes evangélicos alemães. Esses imigrantes que chegaram ao Brasil eram compostos “de protestantes e pequenos proprietários rurais semelhantes ao perfil do adventismo do sétimo dia nos Estados Unidos, por ocasião de sua formação” (Schünemann, 2003, p. 32). Embora o adventismo tenha se difundido principalmente entre os protestantes, sua expansão ocorreu dentro de uma sociedade alemã que não era exclusivamente composta por seguidores dessa vertente religiosa. Esse mesmo autor afirma que “a associação do adventismo com os alemães foi um fator importante para o estabelecimento da Igreja Adventista no Brasil [...] e que a cultura pietista de boa parte dos imigrantes alemães forneceu o elo básico para o adventismo lançar suas raízes no Brasil” (Schünemann, 2003, p. 38). Essa informação é relevante, pois não somente as primeiras ações dos missionários alcança esse público, mas as primeiras dez revistas adventistas que chegaram ao Brasil, eram escritas em alemão, como se verá mais na frente.

Não se pode negar, diante dos relatos, que o método de espalhar literatura vastamente usado desde a Reforma Protestante foi de um impacto incomensurável para o contexto adventista. Impressos protestantes, literatura bíblica ou publicações religiosas, o nome não importa, pois o mais importante é reconhecer que essa estratégia foi a chave de promoção e propagação do protestantismo e do adventismo no Brasil.

A divulgação de impressos religiosos chegou ao Brasil nos oitocentos através do trabalho de propaganda desencadeado pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (BFBS) e pela Sociedade Bíblica Americana (ABS). A primeira foi fundada em 1804 e a segunda, em 1816. Em instituições mundiais que tinham como finalidade a divulgação integral ou parcial da Bíblia na língua vernácula de cada povo. Antes mesmo de estabelecerem agências no Brasil, iniciaram um trabalho de divulgação e propagação das ideias protestantes no país nas primeiras décadas do século XIX expedindo

Bíblias e Novos Testamentos através da embaixada inglesa, por portadores diretos, por comerciantes, pelos comandantes de navios que zarpavam dos Estados Unidos. Essas instituições prescreviam o percurso de comunicação dos seus impressos, definindo os temas, os autores, os distribuidores/agentes, e os vendedores/colportores (Nascimento; Nascimento; Souza, 2022, p. 20).

O ano que a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeria (BFBS) iniciou seu trabalho de distribuição de impressos protestantes no Brasil, de acordo com Nascimento; Nascimento e Souza (2022, p. 23), foi “em 1818, com o envio do agente⁸ John Rudge ao Rio de Janeiro”. Eram Bíblias e Novos Testamentos; mais tarde, folhetos variados. Eles ainda acrescentam que “até a década de 1850, tinha circulado entre a população aproximadamente 4.000 exemplares de Bíblias, Novos Testamentos, salmos, hinos, folhetos, estampas e sermões” (Nascimento; Nascimento; Souza, 2022, p. 30).

Sobre o adventismo, antes de pastores ordenados chegarem ao país para evangelizar, foram precedidos pelos colportores, que por sua vez, foram antecidos, em muitos casos, pelas páginas impressas. Essa é uma característica distintiva dos adventistas em relação ao protestantismo de origem missionária. Em diversos países da América do Sul⁹, mesmo antes da atuação dos primeiros colportores, o adventismo já exercia influência sobre algumas famílias por meio de suas publicações.

De acordo com Greenleaf (2011), é aceito como marco inicial do adventismo no Brasil, o ano de 1880, quando Carlos Dreefke, imigrante alemão que habitava em Brusque/SC, padrao de um fugitivo por nome Borchardt, recebeu inesperadamente na loja e bar, do Sr. Davi Hort, um pequeno pacote contendo dez exemplares da revista *Stimme der Wahrheit* (A Voz da Verdade), um periódico adventista publicado por outro alemão Louis Richard Conradi, a partir de Battle Creek, Michigan, Estados Unidos, com o objetivo óbvio de alcançar com a mensagem adventista os falantes da língua alemã. Depois de muita relutância, aceitou ceder à pressão dos que ali estavam na ocasião e abrir a encomenda. Borges (2020) conta que Dreefke pegou uma das revistas para si e distribuiu as demais. Eles levaram as revistas para casa, entretanto, à época, não havia estímulo à leitura. Quase que a totalidade da

⁸ O agente tinha nível superior e era o representante nacional da instituição (Nascimento; Nascimento; Souza, 2022, p. 31).

⁹ O Brasil não foi o primeiro país sul-americano a receber a presença de adventistas. Fatos simultâneos acontecidos na Argentina, Chile e Guiana Inglesa, dificultam o estabelecimento de uma ordem cronológica plenamente confiável (Carnassale, 2015, p. 91).

população era analfabeta. Já os imigrantes protestantes que vieram para o Brasil eram em sua maioria alfabetizados, pois costumavam ler a Bíblia por si mesmos.

Greenleaf (2011) conta que as revistas continuaram chegando e Dreefke, com medo de ser cobrado por elas depois, desistiu de receber em seu nome e delegou tal responsabilidade um concidadão por nome Chikiwidowski, que logo perdeu interesse no material. Foi então que um bêbado concordou em pegar os papéis, a fim de poder vendê-los para comprar bebida. Era o Sr. Friedrich Dressler. Borges (2020) conta um pouco sobre ele e sua participação nessa história.

Dressler era filho de um pastor luterano na Alemanha. Aproveitando as correntes migratórias para o Brasil, foi parar em Brusque. Trabalhou como professor, mas toda a sua renda era gasta com bebida alcoólica. Quando Dressler ouviu falar das revistas adventistas que eram enviadas de graça, resolveu fazer um pedido, com a intenção de vendê-las para alimentar o vício. Por sete anos, Dressler recebeu e distribuiu literatura adventista. Por causa disso, ele ficou conhecido como o "anjo da verdade"... Em certas ocasiões, enquanto Dressler caminhava pelas ruas em busca de compradores, dizem os descendentes dos pioneiros que as revistas lhe caíam das mãos trêmulas. Como não havia muito papel espalhado pelo chão naquela época, as pessoas, curiosas, apanhavam esses impressos e os liam. Dressler acabou prestando grande contribuição à causa adventista que ensaiava os primeiros passos em terras brasileiras (Borges, 2020, p. 43 e 44).

Borges (2020) relata algumas experiências curiosas em relação a leitura dos impressos adventistas. Diz ele que o casal Helmut e Hertha¹⁰, ao chegarem em casa, depois das compras na venda do Sr. David Hort, perceberam que algumas mercadorias estavam embrulhadas com páginas de revista impressas em alemão. Ao desembulharem, logo leram o conteúdo falando sobre a Segunda Vinda de Cristo e outro artigo explicando o que acontece com as pessoas quando morrem. Experiência semelhante aconteceu com Guilherme Belz¹¹. Aquela leitura deixou Belz pensativo por várias semanas. Posteriormente ele investigou mais a fundo o assunto da página da revista usando a Bíblia e um livro emprestado por nome O Comentário sobre os Livros de Daniel e Apocalipse, de Uriah Smith, também escrito em Alemão. O assunto em questão era o Sábado como dia de guarda. Belz e sua esposa, Johanna, se convenceram da santidade do sábado e aceitaram os ensinamentos adventistas do sétimo dia. "Os adventistas os consideram os primeiros conversos a guardar o sábado no Brasil" (Greenleaf, 2011, p. 25). Em 1890, com 54 anos,

¹⁰ Helmut e sua esposa Hertha, eram fiéis luteranos nascidos na Alemanha e donos de um lote de terra em Brusque. Clientes de David Hort (Borges, 2020).

¹¹ Guilherme Belz nasceu em Erndtebrück, na Pomerânia, Alemanha, em 15 de agosto de 1835. Nascido em uma família luterana, tinha por hábito ler a Bíblia (Borges, 2020, p. 47).

Guilherme e sua família (esposa e apenas três filhos) passaram a guardar o sábado como resultado da leitura do material adventista. Quando os colportores e ministros começaram a chegar ao Brasil, a crença no retorno de Cristo e no sábado havia muito os precedera.

A primeira tentativa oficial adventista de estabelecer um programa de distribuição de literatura na América do Sul é apresentado por Greenleaf (2011) quando a liderança mundial da Igreja envia um grupo de três colportores para Montevidéu, Uruguai, no dia 10 de dezembro de 1891. Eram E. W. Snyder, C.A. Nowlen e A. B. Stauffer. Em maio de 1893, afirma Borges (2020), Albert Stauffer, que falava alemão, chegou ao Brasil e se estabeleceu nas colônias alemãs do sul do país, vindo da Argentina e Uruguai. Ele, como colportor, foi o primeiro missionário adventista a trabalhar efetivamente em solo brasileiro. Chegou três anos depois da conversão da família Belz. “Distribuía impressos, dava estudos bíblicos e ajudava os doentes” (Borges, 2020, p. 57). Vale destacar que o colportor Snyder também residiu e trabalhou no Brasil.

Outro personagem que merece menção é apresentado por Greenleaf (2011), pelo nome de Albert Machmeyer, um jovem marinheiro alemão que já era cristão comprometido em terras brasileiras, fruto do contato com o colportor Snyder, também começou a vender literatura. Por volta de 1894, estava trabalhando com imigrantes alemães nos estados de São Paulo e Santa Catarina e descobriu famílias que guardavam o sábado em Brusque e Gaspar Alto, e que formariam, posteriormente, o primeiro núcleo adventista no Brasil.

Os colportores adventistas não podiam batizar, pois não eram ministros ordenados, nem recebiam salário, ou seja, eram missionários de sustento próprio, obtendo recursos para sobrevivência a partir dos lucros obtidos em suas vendas. Por serem obreiros de sustento próprio, não apresentavam risco financeiro à igreja, e tinham um alto nível de comprometimento com atividades evangelísticas. E prepararam muito bem as pessoas para serem batizadas. “Os colportores eram homens fortes e, mais tarde, muitos deles se tornaram pastores ordenados” (Greenleaf, 2011, p. 39).

Após os colportores despertarem um interesse significativo pelos ensinamentos adventistas e relatarem a presença de um grupo expressivo de pessoas que

guardava o sábado, a liderança mundial da igreja passou a enviar pastores ordenados para realizar batismos e estabelecer congregações. Entre eles, encontrava-se Frank Henry Westphal, que chegou ao Brasil em 1895. Foi o primeiro pastor adventista ordenado a pisar em território nacional. Ele era responsável por toda a obra adventista na Argentina, no Uruguai e no Brasil. Nesse mesmo ano, seu imenso desafio foi aliviado com o envio do alemão H. F. Graf transferido para trabalhar no Brasil.

O historiador Greenleaf (2011), relata que em 22 de fevereiro de 1895, Westphal partiu de Buenos Aires para o Brasil com o plano de encontrar conversos alemães, pois os colportores Abert Stauffer e Albert Bachmeyer tinham vendido literatura a essas pessoas. Um mês de trabalho resultou em mais de 20 batismos. O primeiro deles foi o de Guilherme Stein Jr, de origem luterana e filho de imigrantes de Suíça e da Alemanha.

Stein havia se preparado para o adventismo por meio da leitura de *Der Grosse Kampf* (O Grande Conflito), livro vendido para a avó de sua esposa "por dois homens que não tomavam café", conforme se recorda da história da avó Maria Krähenbühl Stein, a mulher de Guilherme. Por meio de estudo pessoal, Stein já havia reconhecido a validade do sábado bíblico e *Der Grosse Kampf* acrescentou dimensões históricas a suas crenças. Seu batismo foi um marco para o adventismo no Brasil. Além de ter sido a primeira pessoa batizada no país, desempenhou, mais tarde, uma produtiva carreira de escritor, editor e tradutor trilingue. Com o batismo de Guilherme Stein Jr. em Piracicaba, iniciou-se formalmente a história da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Estado de São Paulo (Greenleaf, 2011, p. 41).

Borges (2020, p. 78) comenta que "Guilherme desempenhou um papel importante na obra adventista no Brasil como colportor, evangelista, professor, administrador, redator e editor". Deixou de ser empresário e passou a ser colportor. Depois foi convidado a deixar a colportagem e se tornar diretor de escola, o que posteriormente também acumulava a função de professor numa instituição particular orientada pela filosofia adventista de educação, inaugurada em 1º de julho de 1896¹².

De volta ao missionário adventista Westphal, depois do exitoso trabalho em São Paulo, partiu para Brusque e Gaspar Alto, em Santa Catarina, a fim de continuar a obra designada. Greenleaf (2011), indica que a primeira Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil, foi fundada em 1895, na região de Gaspar Alto. Foi fundada a

¹² Borges (2020) relata que era a primeira escola com a filosofia adventista fundada no Paraná, mas não era uma escola ligada à organização. Portanto, se considera a primeira escola adventista do Brasil, a que foi fundada em Gaspar Alto, no dia 15 de outubro de 1897.

partir do trabalho dos colportores inicialmente e de uma série de conferências evangelísticas realizadas por Westphal, onde batizou os primeiros 23 membros, incluindo Guilherme Belz e sua esposa, os primeiros conversos a guardar o sábado no Brasil.

No dia 15 de outubro de 1897, na mesma localidade da primeira igreja, foi fundada por Guilherme Stein Jr a primeira escola paroquial adventista brasileira. De acordo com Borges (2020, p. 81), “o ensino era ministrado em alemão e o regime era agroindustrial... De manhã funcionava o nível primário; à tarde, o secundário. O edifício escolar estava dividido em dois ambientes: um para a igreja e outro para as atividades escolares”.

Quando tudo estava funcionando bem na igreja e na escola em Gaspar Alto, o casal Stein foi chamado para um novo desafio: mudar para o Rio de Janeiro. Borges (2020) descreve a razão como sendo iniciar a publicação do primeiro periódico adventista do sétimo dia em língua portuguesa – O Arauto da Verdade. Esse era o embrião da instituição que seria chamada de Casa Publicadora Brasileira. Além dos trabalhos editoriais, Guilherme Stein Jr também fazia evangelismo na cidade, motivo que levou a igreja a lhe conceder uma licença ministerial, o que fez dele o primeiro pastor adventista brasileiro licenciado.

2.3 A chegada do adventismo em Sergipe

No início da década de 1920, o estado de Sergipe era governado por Graccho Cardoso (1922-1926). De acordo com Azevedo (2015), nesse período, pode-se destacar algumas ênfases e reformas fruto da gestão deste líder político. Os sergipanos presenciaram uma expansão dos grupos escolares entre 1923 e 1925. Especialmente no ano 1924, houve uma ênfase no projeto educacional reformador que ficou marcado na história. Acrescenta Azevedo (2014) que durante o governo de Graccho Cardoso, intelectuais como Abdias Bezerra e José de Alencar Cardoso desempenharam papel fundamental no desenvolvimento e na modernização da educação sergipana. Eles foram responsáveis por implementar novas abordagens pedagógicas e fortalecer a formação científica dos professores. Também no campo econômico, investimentos na imigração alemã ocorreu como resultado do cuidado com o desenvolvimento do Estado. A partir de 1920, Sergipe passou por mudanças

sociais e econômicas significativas. Entre os destaques econômicos, registrou-se a expansão da agropecuária e a exploração das riquezas minerais. Ademais, Azevedo (2014) pontua que houve a criação do Banco do Estado de Sergipe nesse período e da fundação de instituições voltadas para pesquisa sobre produção agrícola. Graccho Cardoso, como gestor do poder executivo sergipano, era um promotor do desenvolvimento.

Neste cenário educacional, econômico e político, de forma concomitante, mais especificamente entre 1923 e 1924, a mensagem adventista chegou oficialmente à capital de Sergipe, por meio do Pastor Gustavo Storch, conforme apresentam Sena e Santos (2021). Eles ainda acrescentam que o pastor Storch foi enviado da Bahia para trabalhar em solo sergipano como obreiro bíblico e colportor¹³, conforme encontra-se em registro na revista mensal, que era o mais importante meio de comunicação da organização à época, e serve até hoje como documento oficial da denominação: “Na capital do estado de Sergipe o irmão Gustavo Storch, nosso obreiro bíblico ali, vendeu um livro ao presidente¹⁴ do estado, e um exemplar do Lar e Saúde, Nossa Época e Rei Vindouro à Biblioteca Pública da cidade.” (Casa Publicadora Brasileira, 1924, p. 16).

Nesse mesmo período, afirmam Sena e Santos (2021), foi realizada a primeira série de reuniões evangelísticas adventistas que ocorreu exatamente na Biblioteca Pública de Aracaju, liderada pelo Pastor Leo Halliwell, que pregou em inglês e foi interpretado e traduzido por Storch. Como resultado das ações evangelísticas, duas irmãs decidiram ser batizadas: Mercedes e Lieta Telles. Elas são mencionadas na história e reconhecidas nos registros internos da instituição como as primeiras pessoas a aceitarem o adventismo e serem batizadas no estado de Sergipe. O batismo ocorreu na cidade de Aracaju, no ano 1924, no rio Sergipe.

¹³ O colportor, ou mascate, ou vendedor ambulante de impressos, é uma das figuras presentes na História do livro e da leitura, agente de difusão de saberes existentes e de práticas que serão clivadas pelos leitores após os usos feitos pelo impresso... O mascate era um vendedor ambulante de impressos que, numa sacola ou cesta comprida, na maior parte do tempo, ele carregava aberta e na sua frente, pendurada no pescoço, tinha almanaques, livros e folhetos. Por causa dessa sacola portátil ao pescoço, foi que os franceses o denominaram de *colporteur* (Nascimento; Nascimento; Souza, 2022, p. 14 e 17).

A Igreja Adventista do 7º Dia designa como Colportor Evangelista o missionário de sustento próprio que, sendo membro batizado, estando em perfeita harmonia com as normas e doutrinas da Igreja e sentindo sua vocação, se dedica, mediante um voto, a propagar os princípios da fé e crenças adventistas adquirindo e vendendo ao público as publicações editadas e aprovadas pela Igreja, com o objetivo de transmitir a seus semelhantes o Evangelho eterno que traz salvação e bem-estar físico e espiritual. (Morais, 2013).

¹⁴ Considerando o contexto cultural da época, por presidente do estado entenda-se governador do estado.

Para que essa mensagem chegasse oficialmente em Sergipe por volta de 1923, alguns acontecimentos se deram bem antes dessa data. Em 1907, o escritório administrativo da Igreja Adventista sediado no Rio de Janeiro, que coordenava os trabalhos missionários no território desde o Rio até o norte do país, recebeu uma carta, conforme relatado por Spies (1907): “Há cerca de duas semanas, uma carta de um brasileiro de setenta e cinco anos, estudante da verdade, traz um convite para visitar a província de Sergipe”. Isso leva a suspeitar que possivelmente alguma literatura vendida por algum colportor anteriormente deve ter chegado nas mãos deste sergipano.

Em 1915 há um registro de uma família que teve contato com o colportor evangelista Leopoldo Nabuco, em território baiano, onde na ocasião estudaram juntos a Bíblia Sagrada. A família aceitou consagrar-se ao Senhor e decidiu-se mudar para a cidade de Estância/SE, a fim de iniciar uma nova etapa da vida, conforme descreve o colportor.

Na minha ultima viagem pelo interior, em serviço de colportagem, o Senhor guiou-me em Alagoinhas, de modo a pôr-me em contacto com uma família, com a qual, durante três noites, estudei a Bíblia e tenho o prazer de relatar que essa família resolveu consagrar-se ao Senhor. Alguns pontos que eu não pude elucidar perfeitamente, fizeram-me recorrer ao irmão Kùmpel. Este accedeu ao meu pedido e veio em auxilio daquellas almas preciosas. O chefe da família, com ella convertido ao Senhor, era fabricante de cigarros. Com o desejo de iniciar uma nova vida acha-se elle agora em Estancia, Estado de Sergipe. Em Barracão ha também um interessado com o qual porém não pude fallar, devido á minha partida que se tornava urgente. Agora me encontro no Rio. Julho de 1915.¹⁵ (Nabuco, 1915, p. 7).

Não se tem nenhum registro ou informação adicional sobre aquela família, nem o rumo religioso que seguiram, entretanto, a mensagem adventista foi transmitida aos membros daquela casa, quando ainda não existia templos da denominação e nem estrutura organizada em território sergipano.

O marco antecedente de maior relevância para o início da Igreja Adventista do Sétimo Dia no estado de Sergipe, foi uma decisão tomada durante um conselho anual da Associação Santa Catharina (que hoje leva o nome de Associação Catarinense), no dia 16 de março de 1916. Na ocasião, como registrado por Anniess (1916), a liderança da igreja naquele território, decidiu enviar recursos de ofertas da Escola Sabatina das diversas congregações locais para iniciar a pregação do evangelho aos sergipanos, e registraram essa decisão através de um voto.

¹⁵ Sobre os erros ortográficos contidos na citação, se deve ao fato deste pesquisador não alterar a grafia do documento original. Isso se repete nas demais citações dos documentos.

Em 1921, há um relatório de colportagem do mês de abril, conforme apresentado por Paes (1921a), que identifica dois colportores que atuavam no território baiano, visitando rapidamente por dois dias o território sergipano para realizar venda de impressos protestantes, bem como transmitir a mensagem adventista. Foram os colportores José Lemos e M. S. dos Santos que visitaram a Villa Buquim, como era chamada na época. Essa área geográfica, de acordo com o IBGE (2023) foi elevada à condição de cidade com a denominação de Boquim, pela Lei Estadual n.º 959, de 16 de outubro de 1926.

Ainda no ano de 1921, Sergipe já se tornou território de visitação oficial e trabalho por parte dos representantes da Igreja Adventista. A principal estratégia da denomina o para alcançar novos territórios foi através dos colportores. Existem vários registros do início do trabalho por meio da distribui o e venda da mensagem impressa na capital e no interior do estado. De acordo com Paes (1921b), José Lemos e M. S. dos Santos trabalharam como colportores em duas cidades sergipanas no mês de maio. M. S. dos Santos por 27 dias na cidade de Estância e José Lemos por 17 dias em Boquim, cidades geograficamente vizinhas. Há um outro registro feito por Paes (1921c) relatando que no mês de julho ambos os missionários trabalharam em torno de 16 dias na cidade de Laranjeiras. Avançando pelos relatórios de Paes (1921d), ele registra que ambos, novamente, venderam as publicações adventistas no município de Laranjeiras no mês de agosto por quase 20 dias. Ele também registra no mesmo documento que, no mês de setembro, atuaram separados alcançando duas cidades diferentes com a venda de literatura. José Lemos trabalhou por 12 dias em Propriá, no nordeste do estado, e M. S. dos Santos em Itabaiana, na região central, por 16 dias. Já no mês de outubro, M. S. dos Santos visitou e trabalhou por 17 dias em Japaratuba (também conhecida por Japaratubinha, um nome antigo), no lado leste do estado. Concomitantemente, José Lemos esteve na cidade de Capela (  época foi chamada de Capella Cabral) por 15 dias. Finalmente, o ano 1921 termina com o colportor M. S. dos Santos trabalhando por oito dias no mês de novembro na capital sergipana.

No apagar das luzes de 1921, Leo Blair Halliwell, americano e ministro licenciado veio ao Brasil para pastorear e presidir a igreja no território da Missão Bahia (que empreendia esforços para alcançar o estado de Sergipe) e Gustavo Schoroeder Storch, brasileiro, jovem ministro, formado em teologia e com

experiência missionária, foi seu auxiliar. Ambos moravam em Salvador e atuavam como pastores evangelistas nos estados da Bahia e Sergipe.

Posteriormente, com a presença de adventistas locais que foram batizados, bem como simpatizantes da mensagem, em 1926 foi realizada por Gustavo Storch uma outra série de reuniões evangelísticas na capital sergipana, como ele mesmo relata.

Quando o director da Missão me convidou a realizar uma série de conferencias publicas na prospera capital do estado Sergipe fiquei não pouco preocupado em como achar um salão e assentos. Como desde a Bahia supplicassemos ao bom Deus por direcção neste sentido, achamos graça em Seus olhos, pois mal acabámos de expor o nosso intento no palácio do governo, o governador nos cedeu gratuitamente, por todo o tempo que quizessemos, e com toda a liberdade, o vasto salão mobiliado (inclusive um novo piano), da Bibliotheca Publica do Estado, cuja capacidade é de 1.500 pessoas. Embora certas pessoas, destituídas de bens terrestres, receiem ir lá, por ser o salão de certa ordem, a frequência tem sido e é lisongeira. A nossa caixa de perguntas contribue especialmente para a vivacidade das reuniões. O maior jornal da cidade publica todos os dias a essência do sermão, occupando mais ou menos 10 pollegadas de columna. Irmãos coobreiros, segundo o meu ver, uma das nossas maiores necessidades na obra é mais EVANGELISTAS na linha de fogo. Aracaju, Sergipe. (Storch, 1926, p. 7).

Pelos registros, parece ter ocorrido um forte movimento de despertamento pelo estudo da Bíblia e houve intenso interesse dos habitantes da cidade de Aracaju. Em abril de 1927, encontra-se outro relato do avanço da pregação adventista no estado de Sergipe, através de outra série evangelística, que durou cerca de três meses e apresentou temas sobre Bíblia, sobre higiene e saúde. A mesma estratégia que foi usada anteriormente para despertar a atenção das pessoas, foi usada na ocasião: usar os jornais da cidade para divulgar os temas de estudo e o uso de uma caixa de perguntas para o público ali depositar dúvidas a serem respondidas. Com o passar do tempo, isso causou incômodo aos líderes de outras denominações que criaram formas de manter seus fiéis “ocupados”.

Embora as igrejas protestantes celebrem cultos de oração todas as noites para conservar ocupados os seus crentes, nossa boa lanterna magica, as noticias dos jornais e a caixa de perguntas nos garantem um bom numero de pessoas interessadas todas as noites. Já alguns se decidiram a seguir a verdade. Minha oração é que sejam enviados aos campos mais evangelistas. (Storch, 1928, p. 3).

De acordo com Halliwell (1927), antes de 1924 não se tinha registro de haver crentes adventistas no estado de Sergipe, mas pelo trabalho de Gustavo Storch, em setembro de 1927 registrava-se um grupo de 17 pessoas batizadas e outro número

significativo de interessados se preparando para o rito do batismo. Corroborando com os feitos do missionário Storch, Wilcox (1928) registra que nesse mesmo ano de 1927, foi organizada a primeira igreja adventista do sétimo em Sergipe, na cidade de Aracaju.

Em 1928 foi estabelecida a primeira escola adventista em Sergipe, na cidade de Aracaju. Além de oferecer uma educação confessional para os filhos dos membros da denominação, também era uma estratégia missionária para evangelizar os alunos e seus familiares. Essa escola iniciou proporcionando alegria e satisfação aos líderes conforme descreve Johnson (1928, p. 7) ao visitar o estabelecimento: “A ordem e o esmero manifestados eram realmente animadores. A espécie do trabalho que está sendo feito pelos estudantes testifica da elevada norma mantida pela professora”.

Ainda em 1928, os missionários Halliwell e Storch foram transferidos para atuarem em outras regiões do país. A missão através deles estava encerrada e os membros, bem como outros missionários que chegariam, assumiriam a dianteira da organização recém estabelecida. A despedida foi triste e dolorosa, conforme descreveu o próprio Storch.

Já passámos a Bahia, Ilheos já ficou atrás, os molhes já se foram e o "Itauagé" continua a nos separar cada vez mais de nossos queridos filhos na fé, de Aracaju. Quando ha sete anos partimos com relutância do Rio com destino á Missão Bahiana, chorávamos de saudades dos irmãos sulinos. Hoje, ao regressarmos, não podemos reter as lagrimas ao lembrar-nos dos queridos que aprendemos a amar no Norte. Ricas e abençoadas foram as experiências colhidas durante os sete anos da nossa estadia na Missão Bahiana... Ao findar nossa ultima serie de conferências em Aracaju, teria baptizado 15 pessoas em vez de 8, se 7 delas não tivessem deliberado, na ultima hora, dar este passo tão solene na próxima ocasião. Sagrada foi a hora do baptismo, comovente a celebração da Santa Ceia e solene o momento da consagração do ancião da Igreja na pessoa de nosso irmão, o deputado Octavio E. Santo. A fervorosa e unida igreja de Aracaju, com quase 40 membros, soube amar e estimar seu pastor. (Storch, 1929, p. 13).

No dia 4 de outubro de 1929, às 20h, relata Santo (1929), a Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Aracaju foi inaugurada, com a presença do presidente regional da organização – presidente da Missão Bahiana à época – o missionário L. G. Jorgensen e sua esposa Augusta Jorgensen, do casal de missionários argentinos Juan e Felisa Meier, o destacado político e proprietário do jornal “O Correio de Aracaju” – o Dr. M. Xavier de Oliveira, bem como numeroso auditório. A cerimônia foi apreciada e noticiada na coluna do jornal como cortesia do Dr. Oliveira, nos dias 05, 07 e 08 de outubro, que descreveu o templo como “um dos mais belos prédios que

servem de igreja evangélica nesta capital” (O correio de Aracaju, 1929, p. 2). A seguir, lê-se parte do que foi publicado na edição do dia 07.

Realizou-se, no dia 5¹⁶, às 20 horas, a festa da dedicação do novo templo adventista, um dos mais bellos predios que servem de igreja evangelica nesta Capital, à rua de Itaporanga com Simão Dias.

O programma foi abrilhantado por uma esplendida orchestra, organizada pelo maestro Vicente Ferreira, e composta da Senhora Augusta Jorgensen... O predio estava repleto de assistentes de todas as classes, que escutavam, attentos, os harmeniosos hymnos que foram cantados pelo côro.

O Dr. Octavio E. Santo disse, poucas palavras, do trabalho adventista em Sergipe, chamando a attenção do grande auditorio para o facto de que, em 1923, como resultado de literatura adventista espalhada, appareceram os dois primeiros adventistas que ainda continuam firmes membros da igreja. Hoje, a Igreja mantem um collegio com 45 alumnes matriculados, sob a direcção da professora Cordelia Brandão, e conta, em seu seio, com 32 membros activos que contribuem com cerca de 300\$ mensalmente, para a Missão. ...Os membros da Igreja muito têm contribuido, tanto em trabalho como em dinheiro. (O Correio de Aracaju, 1929, p. 2).

Como apresentado no texto do jornal e confirmado por Santo (1929), no ano da inauguração do primeiro templo da Igreja Adventista do Sétimo Dia em Aracaju, a instituição contava com 32 membros ativos e um colégio confessional com 45 alunos.

Pelos documentos e pela história apresentados até aqui, fica evidente que a Igreja Adventista do Sétimo Dia chegou à Sergipe inicialmente por meio de impressos protestantes através dos colportores evangelistas da denominação. Posteriormente chegou missionários e pastores.

2.4 A chegada do adventismo na cidade de Lagarto

Embora a literatura tenha chegado em algumas cidades do estado como Estância, Boquim, Laranjeiras, Propriá, Itabaiana, Japaratuba e Capela, mesmo antes de existir uma igreja física e organizada, a história registra que foi na década de 1930, que a mensagem adventista expandiu para o interior sergipano de maneira mais sólida e oficialmente acompanhada, bem como impulsionada pela instituição. Isso ocorreu na cidade de Lagarto, como descrito por Passos (1933a).

Ha mais ou menos dois mezes, o colportor Generoso de Oliveira communicou-nos que descobrira no interior do Estado de Sergipe um grupo de pessoas guardando o sabbado, as quaes pediam que um pastor lá chegasse para as instruir melhor.

¹⁶ Não foi no dia 5. Esse foi um erro de digitação. A cerimônia ocorreu no dia 4. No jornal do dia 5, relata a data correta (Inauguração solene do templo adventista. **Correio de Aracaju**, V. XXII, Num. 1.195, 05 outubro 1929, disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/7451>. Acesso em: 01 junho 2025).

Tive o grato prazer de visita-las na semana passada. Encontrei um grupo de vinte e cinco pessoas guardando o sabbado e esperando o baptismo... (Passos, 1933a, p. 13).

Além do relato de ter encontrado as 25 pessoas guardando o sábado e preparadas para o batismo como fruto da leitura das publicações adventistas, é curioso observar a percepção e a descrição de Passos a respeito do que aconteceu anteriormente até chegar àquele desfecho.

Um irmão da igreja presbyteriana, chamado Severo F. dos Santos, estando certa noite a orar com lagrimas, supplicando o auxilio de Deus a seu favor, por causa de certos problemas que se levantaram na igreja contra elle, de repente ouviu uma voz, que lhe disse: "Se não nasceres da agua e do Espirito, não poderás entrar no reino de Deus". Compreendeu, lendo também o texto que fala a mesma coisa, que Deus exige o baptismo por immersão... Este irmão Severo, tendo espirito missionário, começou uma serie de estudos bíblicos com uma vizinha sua, que era catholica e se chama Josepha. Quando ella já estava quasi convencida de tudo, chegaram ás suas mãos os livros Nossa Época e Rei Vindouro, emprestados também por um presbyteriano. Desde logo encontrou a verdade do sabbado, e começou a doutrinar seu doutrinador. Discutiram muito, a ponto de ella lhe dizer: "Fique com o seu domingo, que eu ficarei com o meu sabbado". (Passos, 1933a, p. 13).

Depois desse acontecimento relatado, eles ainda mantiveram contato, até que surgiu outra personagem em cena. Severo foi até a cidade de Lagarto para fazer umas compras. Na despedida, na loja onde efetuara suas aquisições, o filho do negociante lhe deu alguns folhetos de presente. Qual não foi a surpresa de Severo ao perceber que o conteúdo era a respeito do sábado. Lendo-os foi convencido e passou a guardar aquele dia como dia de descanso. Procurou imediatamente a dona Josefa para compartilhar a novidade.

Desde logo o irmão Severo, d. Josepha e o moço—Antônio Dias— se uniram no trabalho para o Mestre e organizaram o primeiro grupo de adventistas naquelles dois logares. O irmão Severo apresentou a questão do sabbado em sua igreja de Urubutinga e muitos presbyterianos acceitaram a verdade, abandonando sua igreja para se unirem com este pugillo de fieis... Em resultado de tudo isto, foi-nos possível organizar duas escolas sabbatinas, sendo a primeira em Genipapo, com dezenove membros, entre os quaes o próprio delegado do lugar, da qual escola é dirigente o irmão Severo; e a segunda em Lagarto, com dez membros, sendo dirigente o joven Antônio Dias... Estão planejando, desde já, construir um templo adventista na cidade de Lagarto, para o qual já há algumas boas promessas. (Passos, 1933a, p. 13).

De acordo com Souza (2014), o jovem mencionado na citação acima, era o Sr. Antônio Silveira Dias, antigo comerciante de Lagarto, também conhecido como "Seu

Antônio de Berilo (1912-1998). Ele foi proprietário de uma extinta loja chamada 'A Primordial', que ficava localizada no centro da cidade, na Praça Filomeno Hora."

Em junho de 1933, o Pr. José Rodrigues dos Passos, acompanhado de uma dúzia de irmãos de Aracaju, realizou uma série de reuniões evangelísticas de 15 dias na cidade de Lagarto. De acordo com o próprio Passos (1933b), o objetivo era compartilhar o evangelho, batizar os interessados e organizar o primeiro grupo de adventistas naquela cidade. Foram noites agitadas na cidade, com uma destacada frequência, chagando a noites com 400 pessoas ouvindo a mensagem. Teve até autoridades presentes, como o prefeito Sr. Rosendo Barreto Machado. Isso chamou a atenção popular, causando até ciúmes no padre da paróquia local que proibiu, a princípio, qualquer pessoa de alugar uma casa ou espaço para as reuniões e posteriormente, ameaçou de excomunhão os fiéis que assistissem a série de conferências. Mas sem êxito. As próprias autoridades que ali estavam se colocaram do lado dos organizadores, ao ponto de proibirem que as pessoas soltassem foguetes ou fogos de artifício em pleno São João e São Pedro, prática comum até hoje na cidade.

Relata Passos (1933b) ainda, que no final da série, no sábado pela manhã, 1º de julho, às 11h, à beira do grande tanque, quatro pessoas foram batizadas. Aquele ato está registrado como o primeiro batismo adventista na cidade de Lagarto. Outras pessoas gostariam de ser batizadas na ocasião, mas tinham pendências relacionadas ao casamento civil e tiveram que se preparar para outra data posterior. Naquele mesmo dia, a parte da tarde, realizou-se uma Santa Ceia e a organização do grupo. Também fizeram mais planos para construção do primeiro templo adventista no município, uma vez que já tinham o doador do terreno e outros doadores de alguns materiais para a obra, como telhas, cal e madeira. Daí em diante o movimento que cresceu expressivamente.

De acordo com Brown (1942), em 1939, o Pr. Daniel Féder, batizou doze pessoas. Um ano mais tarde o Pr. Germano Paulo Streithorst batizou mais quatro, e por ocasião da visita do próprio Pr. John Lewis Brown à cidade, outras quatro pessoas foram batizadas. Ele acrescenta que os crentes encontraram dificuldade de alugar espaço para realizar os cultos e decidiram construir a igreja. Por esta situação, entre 1933 e 1941 os cultos eram realizados nas casas dos crentes recém-convertidos. Em janeiro de 1941 foi lançada a pedra fundamental e ao cabo de nove meses, concluíram a obra. Foi uma união de esforços dos membros locais que

fizeram uma campanha de arrecadação para construção, além dos serviços prestados com mão de obra. A Missão Baiana também ajudou com duzentos contos de réis. No sábado, 18 de outubro de 1941, diante de um expressivo público e o edifício belamente decorado, foi inaugurado o primeiro templo da Igreja Adventista do Sétimo Dia em Lagarto/SE, situado à Avenida Zacarias Júnior, 447, no centro da cidade. Na ocasião da cerimônia de inauguração, três pessoas foram batizadas. O primeiro pastor dessa igreja foi Paulo Seidl, então secretário departamental da Missão Baiana, que permaneceu após a festa para conversar o interesse do povo. Ele era o pastor de todo o estado de Sergipe, que até então só existia presença oficial de um templo da igreja, em Aracaju e Lagarto. Foi substituído posteriormente por Ciro Passos Cunha.

Para Souza (2014), foi por volta de 1944, que os adventistas estabeleceram a Escola Adventista de Lagarto, que inicialmente funcionava em salões alugados. Há um relato de uma testemunha que comprova a existência dessa unidade escolar nesse ano: “no dia 22 de maio assisti a um ótimo programa dedicado às mães, na escola de Lagarto, que deixou excelente impressão no espírito da grande assistência, principalmente pela sua simplicidade e o espírito religioso que o caracterizou” (Seidl, 1944, p. 24). Posteriormente, fora instalada ao lado da Igreja, onde funcionou até dezembro de 2003, quando encerrou suas atividades por falta de estrutura física e financeira adequada. No ano de 2015, reabriu as portas, em novo prédio construído à Avenida Francisco Antônio de Figueiredo, 438, bairro São José.

No corrente ano, 2025, a Igreja Adventista do Sétimo Dia em Sergipe conta com 29.934 membros que estão distribuídas em 340 congregações, organizados em 36 distritos pastorais¹⁷, conforme dados do sistema da própria igreja (ACMS, 2025). Considerando que a população do estado de Sergipe é de 2.210.004 habitantes, de acordo com o IBGE (2022a), a proporção é de um adventista para cada 73 habitantes. No estado, há duas unidades da Rede Adventista de Educação em funcionamento que, juntas, atendem um total de 1047 alunos. São elas: o Colégio Adventista de Aracaju (CAAJU), na capital, com 686 alunos; e a Escola Adventista de Lagarto, no município de Lagarto, com 361 alunos. Sobre a Igreja Adventista do

¹⁷ Distrito pastoral na Igreja Adventista é uma área geográfica específica composta por uma ou mais congregações que são supervisionadas por um pastor. Essa estrutura ajuda a organizar e administrar as atividades da igreja de forma eficiente. O pastor distrital é responsável por oferecer suporte espiritual, liderar serviços religiosos e coordenar atividades comunitárias nas igrejas do seu distrito (ou da sua geografia).

Sétimo Dia na cidade de Lagarto, existem 5.237 membros, distribuídos em 49 congregações, com 6 pastores locais, registrados no mesmo sistema de secretaria da instituição (ACMS, 2025).

O Projeto Adote um Leitor é desenvolvido na cidade de Lagarto, região centro sul do estado de Sergipe. De acordo com o IBGE (2022b), a cidade tem uma população de 101.579 pessoas, com uma área territorial de 968,921 km² e um PIB *per capita* de R\$ 16.962,87.

O referido Projeto foi realizado na Escola Municipal José Antônio dos Santos. Esta Escola atende 358 crianças de 4 a 10 anos de idade, das comunidades do Jardim Campo Novo, Conjunto Albano Franco, Loiola, Loiola 2, Itaperinha e Santo Antônio, na cidade de Lagarto/SE. O próximo capítulo tratará com minudências o Projeto Adote um Leitor.

2.5 A IASD, a liberdade religiosa e de consciência e a laicidade do Estado

A liberdade é um assunto de relevância vital ao ser humano, embora não seja tão simples defini-la no presente, haja vista que seu conceito foi construído e está presente em várias áreas do conhecimento como a metafísica, moral, jurídica, política etc. O desafio de defini-la seja no âmbito epistemológico ou fenomenológico, torna claro que o conceito “foi influenciado e continua sendo determinado por inúmeros pensamentos filosóficos ou ideológicos predominantes em cada tempo histórico e lugar sociogeográfico nos quais o homem social constrói sua história” (Teixeira, 2012, p. 410).

Como já foi apresentado anteriormente, Ellen White foi cofundadora do adventismo e figura um protagonismo na instituição em todos os tempos, desde sua origem e organização até os dias de hoje, mesmo depois de sua morte, por causa do seu legado literário e sua posição de profetisa, como a igreja a considera. Isso pode ser visto pela crença fundamental número 18 (ver subtópico 1.2.18), supracitada neste capítulo. Para o adventismo, depois da Bíblia, Ellen White é a voz de maior autoridade no âmbito religioso e teológico. Considerando este pano de fundo, é importante destacar o pensamento whiteano sobre liberdade.

Segundo Teixeira (2012), Ellen White desenvolveu suas ideias a partir de uma base fortemente ancorada nas epístolas paulinas do Novo Testamento. Ela não trata a liberdade como um constructo filosófico ou mesmo como um tema

sistematicamente teológico, pois, para White, a noção de liberdade possui um caráter essencialmente religioso. Apesar disso, seu enfoque contribui significativamente para o campo da teologia. Seu interesse central reside em evidenciar o modo como a liberdade é oferecida ou instaurada por Deus no desfecho da trajetória humana. Assim, mais do que definir o conceito de liberdade, sua intenção é explorar o percurso necessário para experimentá-la, isto é, o processo de libertação vivido no tempo presente da história. Afinal de contas, no cristianismo, existe a crença do livre-arbítrio, segundo o qual Deus criou o ser humano para ser livre em suas ações e pensamentos.

Para conhecer mais a fundo o pensamento whiteano sobre liberdade, é imprescindível visitar a cosmovisão da autora sobre o tema. Quando ela escreve sobre liberdade, suas muitas referências estão associadas ao conflito entre Deus e Satanás. Há um livro que leva o título e aborda amplamente a cosmovisão: O Grande Conflito. O conflito iniciado no céu trouxe a questão da liberdade para o centro da discussão. Na perspectiva da autora, Deus concedeu aos seres criados liberdade moral, permitindo-lhes fazer escolhas. Essa liberdade, contudo, não deve ser compreendida como independência ou autossuficiência em relação ao Criador, mas como uma condição exercida por meio do amor a Deus e aos semelhantes. Enquanto essa relação de lealdade permaneceu fundamentada no amor, prevaleceu plena harmonia no Universo. Entretanto, esse cenário de equilíbrio foi posteriormente alterado, como apresenta Santos (2016) analisando o pensamento da autora.

Houve um ser que perverteu a liberdade que Deus concedera a Suas criaturas. Lúcifer, um querubim criado por Deus, um dos mais honrados abaixo de Cristo, veio aos poucos a condescender com o desejo de exaltação própria. Aliado à sua soberba, Lúcifer começou a insinuar dúvidas com respeito às leis que governavam os seres celestiais, dando a entender que, conquanto pudessem as leis ser necessárias [...] não necessitavam de tais restrições os anjos, mais elevados por natureza... Passou então a convencer os outros anjos que seu objetivo era conseguir liberdade para todos. Pretendendo manter fidelidade perfeita a Deus, aos poucos insistia que modificações na ordem e leis do Céu eram necessárias para a estabilidade do governo divino. Dessa maneira, começou-se a difundir a disposição de descontentamento entre os habitantes do céu, dividindo a lealdade dos anjos. (Santos, 2016, p. 110).

Segundo White (2021, 210), diante da rebelião de Lúcifer, os anjos que permaneceram fiéis procuraram adverti-lo sobre a necessidade de reconhecer a autoridade divina e abandonar sua postura de insubordinação, uma vez que nenhuma criatura poderia se colocar contra a lei de Deus sem enfrentar as

consequências dessa escolha. A autora ressalta ainda o caráter sagrado dessa lei e afirma que Deus não interrompeu imediatamente a atuação de Lúcifer, permitindo que sua atitude de oposição se desenvolvesse até que os reais efeitos e a natureza de sua rebelião se tornassem plenamente evidentes. Santos (2016) ainda acrescenta mais um detalhe destacando a visão da autora, que complementa esse pensamento.

Caso Ele o tivesse destruído no princípio de sua rebelião, os seres criados que permanecessem leais, poderiam obedecê-lo por medo e não por amor. Os habitantes do céu não estavam preparados para compreender a natureza ou consequências do pecado, não poderiam ter visto a justiça de Deus na destruição de Satanás. Assim, Satanás foi expulso do céu juntamente com todos os anjos que permaneceram leais a ele. Posteriormente, as mesmas questões envolvidas no início da rebelião no céu, encontraram ecos nas palavras da serpente, e induziram o ser humano a transgressão da ordem divina. (Santos, 2016, p. 110-111).

A última parte desta citação, faz referência à cosmovisão cristã da queda do homem do seu estado natural, sem pecado. Esse tema é muito destacado e ensinado no adventismo. Sobre esse ponto, a própria Ellen White faz menção de algo relacionado à liberdade na criação.

Deus poderia ter criado o homem sem a faculdade de transgredir a Sua lei [...] neste caso, porém, o homem teria sido, não uma entidade moral, livre, mas um simples autômato. Sem liberdade de opção, sua obediência não teria sido voluntária, mas forçada. Não poderia haver desenvolvimento de caráter [...] Seria indigna do homem como um ser inteligente (White, 2010, p. 48-49).

Fica evidente que para Ellen White, a liberdade era necessária ao ser humano para desenvolver o caráter e a obediência voluntária. Outro ponto que merece destaque é que na visão dela, tanto Satanás quanto a humanidade, ao recusarem submeter-se à soberania divina, insurgiram-se abertamente contra o domínio de Deus. Suas ações refletiram a convicção de que os mandamentos divinos representavam um obstáculo à liberdade individual, e que o Criador talvez ocultasse razões particulares ao impor tais normas às criaturas dotadas de inteligência.

Como disse Santos (2016), o pecado surrupiou do ser humano a liberdade, e este, nada pode fazer, por si mesmo, para tê-la de volta. A luta para ser livre dos limites que o amor de Deus estabeleceu gerou uma escravidão dos desejos. É nesse contexto que o autor discorre uma alternativa para solucionar o problema à vista de Ellen White. Ela apresenta o plano da salvação como solução para devolver a liberdade ao ser humano, onde Jesus é o único Salvador. Perceba que apenas por

meio de Cristo, na visão whiteana, libertação e liberdade se tornam possíveis e alcançáveis novamente ao ser humano.

Em resumo, para os Adventistas do Sétimo Dia, liberdade é um direito sagrado, um dom de Deus entregue ao ser humano na criação, mas perdido por causa do pecado. Entretanto, em Jesus Cristo, qualquer pessoa pode receber novamente esse direito e desfrutar de uma vida livre.

Avançando um pouco mais no assunto, Ellen White não era defensora apenas da liberdade de consciência, mas também defendia a liberdade religiosa. Para ela, a liberdade religiosa é preservada quando há separação entre Igreja e Estado. Em seus dias, ela protestou com retumbância contra a intolerância religiosa ao escrever que a liberdade religiosa “é um direito inalienável de todos, seja qual for o credo professado” (White, 2021, p. 250).

Algo curioso que vale à pena destacar é que existe um departamento na Igreja Adventista do Sétimo Dia, chamado Departamento de Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa. O Objetivo é promover e manter a liberdade religiosa, com ênfase especial na liberdade individual de consciência. O estabelecimento de um setor dentro da organização que dedica tempo e esforço a estudar, ensinar e agir em defesa da liberdade de expressar a religião, é no mínimo curioso e ao mesmo tempo honroso. Com essa informação fica claro que a liberdade de consciência e religiosa são importantes para a denominação, conforme destacado por Santos (2016).

..Os debates sobre a legislação dominical, deram aos adventistas a oportunidade de aparecer nas salas de reuniões legislativas como defensores da liberdade de consciência e religiosa. Esse envolvimento propiciou a criação de um departamento na Associação Geral dos Adventistas para lidar com questões de liberdade religiosa e auxiliar os adventistas que haviam sido processados ou presos. Em 1886, os adventistas iniciaram a publicação de uma revista sobre liberdade religiosa chamada *The American Sentinel* que posteriormente passou a se chamar *Liberty*. Em 1893 foi criada a *International Religious Liberty Association* (IRLA) que a partir de 1948, ano da Declaração Universal dos Direitos Humanos, abriu sua filiação para qualquer pessoa que quisesse promover a defesa da liberdade religiosa. Este é o órgão de maior expressividade dentro da Igreja Adventista atualmente (Santos, 2016, p. 127).

A Igreja Adventista do Sétimo Dia demonstra, ao organizar e patrocinar a IRLA com propósito universal e não sectário, bem como dedicada à causa da liberdade religiosa, que não está preocupada apenas com a liberdade de seus fiéis e instituições próprias, mas também de apoiar o direito irrestrito à liberdade de

consciência e de expressar a religião para todas as pessoas independente de sua crença religiosa.

A IRLA tem representação permanente nas Nações Unidas e organiza conferências, congressos e festivais de liberdade religiosa, além de ter vasta literatura publicada. Fazem parte da direção da IRLA, em seu Conselho Administrativo, diversos segmentos religiosos. É uma organização sem fins lucrativos e está ativa por meio de seus afiliados em mais de 200 países (Nascimento, 2018, p. 104-105).

O ex-presidente mundial da denominação afirmou: “servimos a um Deus maravilhoso e poderoso que preza a liberdade religiosa e concede a cada indivíduo o direito de crer ou não crer em harmonia com os ditames de sua própria consciência” (Wilson, 2025).

A IASD reconhece que os poderes político e religioso estão presentes na sociedade e que suas instituições são as mais importantes do mundo. Entretanto, defende de maneira retumbante a separação entre Estado e Igreja. Essa é uma das funções do Departamento de Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa, promover e incentivar laicidade do Estado. Bittencourt (2016, p. 93) ao escrever numa literatura científica publicada por uma editora adventista, confirma essa linha de pensamento ao dizer que “o equilíbrio da relação entre religião e Estado perpassa, obrigatoriamente, pelo livre exercício da liberdade religiosa e da tolerância, sob a pena da perpetuação de conflitos e prejuízos físicos e psíquicos entre os povos”. Para ele, é de extrema importância que as normas jurídicas em âmbito nacional e internacional contemplem e promovam todos os fundamentos da laicidade. Quando o assunto é religião e sua relação com o Estado, Ellen White também deixou sua posição.

Proteger a liberdade de consciência é dever do Estado, e esse é o limite de sua autoridade no que se refere à religião. Todo governo secular que tente legislar sobre observâncias religiosas, ou impô-las pela autoridade civil, está sacrificando o próprio princípio pelo qual os cristãos evangélicos tão nobremente lutaram (White, 2021, p. 170).

Pelos seus escritos, fica claro que a união entre Igreja e Estado resulta em consequências danosas e uma delas é a corrupção da igreja. Esse risco para ela e para o adventismo não vale à pena. Como afirmou Bittencourt (2016, p. 99), “a força e o poder da religião podem ser maior ou menor, dependendo da relação existente entre religião e Estado”. Isso não significa excluir ou rechaçar um ou outro, pois ambos são importantes para o indivíduo e para a vida social.

As crenças religiosas, como as cristãs, mulçumanas ou judaicas; e as ideias políticas, como socialistas, ditatoriais, democráticas ou liberais; parecem constituir e compor, com outras organizações sociais de menor influência, a grande bússola dos valores ético-morais que orientam a vida do ser humano (Bittencourt, 2016, p. 98).

Outro posicionamento que merece destaque nesse assunto, é o fato de Ellen White chamar de “grandioso documento” a Declaração de Independência dos Estados Unidos, enfatizando o princípio da laicidade do Estado.

No grandioso e antigo documento que aqueles homens estabeleceram como a carta de seus direitos - a Declaração de Independência - afirmavam: “Consideramos como verdade evidente que todas as pessoas foram criadas iguais; que foram dotadas por seu Criador de certos direitos inalienáveis, encontrando-se entre esses a vida, a liberdade e a busca da felicidade.” E a Constituição garante, nos termos mais explícitos, a inviolabilidade de consciência: “Nenhum requisito religioso jamais se exigirá como qualificação para qualquer cargo de confiança pública nos Estados Unidos. O Congresso não fará nenhuma lei que estabeleça uma religião ou proíba seu livre exercício” (White, 2021, p. 251-252).

A Igreja Adventista compartilha da mesma visão expressa por Ellen White ao defender que a neutralidade do Estado representa o caminho mais eficaz para assegurar a liberdade religiosa. Como instituição que valoriza profundamente a liberdade de consciência e de culto, inclusive mantendo um departamento específico dedicado a esse tema, a Igreja Adventista promove o direito à fé para todos, independentemente da religião. Essa mesma postura fundamenta seu compromisso com o princípio do Estado laico. Embora seja reconhecido que uma neutralidade absoluta do Estado é inalcançável, a maneira mais justa de conduzir a relação entre Estado e religião é garantindo respeito igualitário a todas as crenças, sem estabelecer vínculos privilegiados com nenhuma delas. Do mesmo modo, a atuação das organizações religiosas deve respeitar esse equilíbrio, colaborando com o Estado dentro do marco da laicidade.

3 PROJETO ADOTE UM LEITOR

A parte final deste trabalho é dedicada a apresentar e analisar o Projeto Adote um Leitor, uma ação social desenvolvida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia na Escola Municipal José Antônio dos Santos, em Lagarto/SE, nos anos 2021 a 2022. Inicialmente o capítulo descreve o projeto e seus aspectos pedagógicos e organizacionais, bem como examina seus recursos, documentos e depoimentos.

Em seguida, à luz da abordagem hermenêutica, o projeto é analisado como uma prática social, cujos sentidos se constroem na combinação entre materiais pedagógicos e as experiências das pessoas envolvidas. Ao mesmo tempo, a análise destaca que a inserção de um projeto de origem religiosa no espaço escolar público requer cuidado e vigilância permanentes, a fim de evitar que uma naturalização da instituição religiosa se torne real no ambiente escolar e assegurar a observância do princípio da laicidade. Para fins de organização, o capítulo está estruturado em duas subseções, conforme apresentado a seguir.

3.1 O projeto social, seus objetivos e funcionamento

Em dezembro de 2019, surgiram os primeiros registros de casos de pneumonia de etiologia desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a ser alertada em 31 de dezembro de 2019, sobre um possível novo agente patogênico. No dia 7 de janeiro de 2020, conforme registrado pela OPAS¹⁸ [s.d.], as autoridades chinesas identificaram uma nova cepa de coronavírus, posteriormente denominada SARS-CoV-2, causadora da doença COVID-19. À medida que os casos se espalhavam por todo o mundo, a OMS elevou o alerta para Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em 30 de janeiro de 2020. Pouco depois, em 11 de março de 2020, reconhecendo o rápido aumento de casos (118 mil casos em 114 países), a OMS (WHO, 2020) proclamou oficialmente COVID-19 como pandemia, ressaltando que esse foi o primeiro coronavírus classificado como tal e destacando o caráter global da crise sanitária.

Durante a pandemia de COVID-19, observou-se uma crise de proporções multifacetadas, abarcando esferas da saúde física, psicológica, social, familiar,

¹⁸ OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE.

política, educacional, econômica e espiritual, que provocou elevação substancial de transtornos mentais, tais como prevalência média de ansiedade e depressão em torno de 33 % e 28 %, respectivamente, segundo meta-análise envolvendo mais de 160 mil participantes de diversas nacionalidades (Pubmed, 2020).

Uma pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas (2020) em parceria com a Unesco entrevistou mais de 14 mil professoras e professores de todo o país entre abril e maio de 2020 (início da pandemia). Os resultados apontaram que, para 49% dos profissionais, a suspensão das aulas presenciais diminuiu a aprendizagem dos alunos. Ao mesmo tempo, 53% dos entrevistados perceberam um aumento de depressão e ansiedade nos alunos.

Foi com esse pano de fundo que um projeto da Igreja Adventista do Sétimo Dia apareceu em cena como proposta social para amenizar os impactos da pandemia na educação de crianças da rede pública, bem como nos relacionamentos familiares. O Projeto Adote um Leitor apresenta-se, nos discursos oficiais da igreja, como uma iniciativa educativa voltada ao incentivo da leitura e ao fortalecimento de vínculos afetivos entre crianças, seus pais e a literatura. Não existe um manual escrito e publicado pela igreja sobre o projeto, o que dificultou a coleta das informações. Também o autor desta pesquisa não teve acesso direto aos envolvidos para entrevistá-los. Uma parte foi obtida por meio de documentos (atas, E-book promocional, redes sociais) e a outra parte, ouvindo depoimentos já existentes em materiais promocionais ou vídeos institucionais e de reportagens das ações realizadas.

O projeto surgiu no oeste da Bahia no ano 2020, em plena pandemia da COVID 19, com um colportor adventista chamado Suesley Moreira da Silva, de 42 anos, com os objetivos de promover o interesse das crianças pela leitura e pela aprendizagem por meio de materiais lúdicos, bem como oferecer suporte educacional complementar que auxiliasse na superação das lacunas geradas pela interrupção das aulas presenciais e fornecesse atividades alinhadas à BNCC¹⁹. A iniciativa buscou igualmente fortalecer o engajamento familiar no processo educativo, estimulando a participação conjunta de pais e filhos nas atividades propostas e favorecendo a criação de um ambiente doméstico propício à

¹⁹ BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Trata-se de um documento oficial do Brasil elaborado pelo Ministério da Educação que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica.

aprendizagem. Ademais, o projeto procurou resgatar a motivação das crianças para o estudo, incentivando seu envolvimento com os conteúdos escolares e contribuindo para a retomada do prazer em aprender. Por fim, suas ações visaram apoiar o bem-estar emocional infantil mediante propostas que articularam ludicidade, interação e rotinas pedagógicas capazes de colaborar para a saúde mental das crianças (Instituto Vida E Consultores Associados, [s.d.]).

Existe um embasamento teórico e sociológico destacado pela igreja, baseado em Bourdieu (1989) que serviu como força motriz para o início do projeto, e foi citado por Amaral, [2023?] no E-book *Adote um Leitor*, material promocional para prospecção de patrocinadores. A compreensão do papel da escola pública em sociedades contemporâneas exige articular diferentes tradições teóricas que iluminam, simultaneamente, a dimensão social da educação e as transformações culturais decorrentes da modernidade. Pierre Bourdieu oferece uma análise profunda acerca das desigualdades escolares ao demonstrar que a instituição educacional, longe de funcionar como espaço neutro e meritocrático, reproduz diferenças sociais previamente existentes por meio da legitimação desigual do capital cultural. Em sua análise clássica, Bourdieu afirma que “crianças oriundas das classes privilegiadas chegam à escola com uma familiaridade com a cultura que lhes concede vantagens simbólicas e cognitivas desde o início da vida escolar” (Bourdieu, 1989, p. 5). Esse capital cultural incorporado, estruturado por hábitos de leitura, repertórios linguísticos e códigos simbólicos alinhados aos modelos culturais valorizados pela escola, faz com que estudantes de diferentes origens sociais não iniciem a trajetória escolar em igualdade de condições. Assim, embora a escola se apresente como promotora de igualdade, ela “exige de todos aquilo que só alguns tiveram oportunidade de adquirir” (Bourdieu, 1989, p. 7), transformando desigualdades culturais de origem em desigualdades escolares sancionadas como se fossem méritos ou insuficiências individuais.

Essa lógica reprodutora é essencial para compreender que qualquer prática ou intervenção no ambiente escolar, inclusive aquelas promovidas por instituições religiosas, incide sobre um campo marcado por desigualdades sistêmicas ou estruturais. Bourdieu observa que “a escola sanciona desigualdades culturais transformando-as em desigualdades escolares” (Bourdieu, 1989, p. 10), evidenciando que mesmo ações bem-intencionadas podem reforçar mecanismos de distinção caso se alinhem inadvertidamente aos padrões simbólicos das classes

dominantes. A escola pública, portanto, não opera sobre um terreno homogêneo, mas sobre um espaço atravessado por diferenças de capital cultural, o que exige do pesquisador atenção aos modos pelos quais discursos, materiais didáticos e práticas pedagógicas interagem com esses capitais numa dinâmica que pode reforçar ou atenuar desigualdades.

A decisão de não executar o projeto em uma escola confessional da própria denominação está diretamente ligada a essa vulnerabilidade social ou desequilíbrio no capital cultural. Uma iniciativa desenvolvida em instituição adventista teria caráter esperado e restrito a um público já vinculado à tradição religiosa. Ao optar pela escola pública, a IASD ampliou o alcance social da ação e reforçou sua legitimidade como projeto educacional de interesse coletivo, e não como atividade voltada prioritariamente à formação religiosa de seus próprios membros. Tal escolha desloca o projeto do campo estritamente confessional para o espaço público, onde sua justificativa se constrói a partir de necessidades educacionais concretas. Assim, a vulnerabilidade não constitui apenas um pano de fundo contextual, mas um elemento central na construção do sentido atribuído ao projeto, que passa a ser compreendido como resposta a uma demanda social concreta.

Quanto à avaliação crítica da atuação da IASD à luz de seu próprio entendimento sobre liberdade religiosa (já apresentado no capítulo anterior), observou-se uma coerência geral entre discurso institucional e prática observada no caso analisado. A ausência de exigência de adesão religiosa, de imposição confessional explícita e de condicionamento do acesso aos benefícios do projeto indica preocupação em respeitar a liberdade de consciência dos participantes. Ao mesmo tempo, a realização do projeto em uma escola pública exige atenção contínua para que a colaboração entre instituição religiosa e poder público não ultrapasse os limites da neutralidade exigida pelo Estado laico.

Em território sergipano, o município de Lagarto que sediou a iniciativa, está localizado na região centro sul do estado. De acordo com o IBGE (2022b), a cidade tem uma população de 101.579 pessoas, com uma área territorial de 968,921 km² e um PIB²⁰ *per capita* de R\$ 16.962,87. Na comparação do PIB com outros municípios do estado, ficava na posição 27 de 75. Em 2022, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,8%. Na comparação com outros municípios do estado,

ficava na posição 53 de 75. Em relação ao IDEB²¹, no ano de 2023, para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,9 e para os anos finais, de 4,3. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 17 e 10 de 75. A respeito da escolarização, na faixa etária de 6 a 14 anos, era de 98,8% em 2022. Sobre a Igreja Adventista do Sétimo Dia na cidade de Lagarto, existiam na ocasião 5.237 membros, distribuídos em 49 congregações, com 6 pastores locais e uma unidade escolar registrados no sistema de secretaria da instituição (ACMS, 2025).

O referido projeto foi realizado em uma das 80 escolas do Ensino Fundamental anos iniciais do município (IBGE, 2024), por nome Escola Municipal José Antônio dos Santos, no biênio 2021-2022. Esta unidade escolar contava na ocasião com 358 crianças de 4 a 10 anos de idade, das comunidades do Jardim Campo Novo, Conjunto Albano Franco, Loiola, Loiola 2, Itaperinha e Santo Antônio (Instituto Vida E Consultores Associados, [s.d.]). Esses bairros citados, fazem parte de uma região de baixa renda ou com elevado índice de vulnerabilidade social, logo é perceptível, nas palavras de Bourdieu (1989) a falta de capital cultural objetivado (livros, diplomas, acesso a instituições), o que impacta a vida dos moradores, incluindo as crianças que estudam na escola mencionada.

Então é possível concluir que uma parte das crianças desta escola se encaixa neste contexto, pois chegam para estudar deficitárias de um capital cultural o que dificulta ter os mesmos rendimentos de outros estudantes. Esse quadro foi potencializado pela pandemia da COVID-19. Os discursos analisados e que serão mencionados a seguir, indicam que a escola foi percebida como espaço estratégico para uma intervenção voltada à leitura e à aprendizagem, sobretudo em um cenário de vulnerabilidade educacional intensificada no período pós-pandemia. Nesse sentido, a escola pública aparece como lugar privilegiado de alcance coletivo, onde os resultados do projeto poderiam extrapolar o âmbito individual e alcançar a comunidade de forma mais ampla.

Embora tenha como data oficial de início em Lagarto, dia 11 de agosto de 2021, as primeiras tratativas sobre o projeto chegaram em Sergipe no segundo semestre de 2020, com o colportor adventista Uelinton Conceição Gonçalves, apoiado por outro colportor chamado Marcos Felipe da Silva. A primeira reunião de

²¹ IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

apresentação ocorreu no dia 25 de setembro, entre Uelinton e o diretor da escola, professor Jorge de Araújo Santos (conhecido na cidade como Jorge Pardal). Na ocasião foi firmada a parceria e emitido um parecer da escola (Figura 1) autorizando o uso do nome da instituição municipal para prospecção de apoiadores e patrocinadores (empresários, professores, profissionais liberais, entre outros) para doarem um kit de leitura (material impresso) para crianças da escola pública supracitada. Com isso, diante de uma literatura pedagogicamente estruturada, a igreja e a escola previam o fomento da formação do pensamento crítico e o aumento do capital cultural, o que tornaria possível ampliar o desenvolvimento das crianças que chegasse à escola sem esse conjunto de competências básicas.

Figura 1 - Gestor escolar e parecer da escola autorizando o uso do nome e confirmando a parceria



Fonte: Instituto Vida E Consultores Associados, [s.d.].

Os registros da igreja indicam que no dia 01 de outubro de 2020, foi preparado um termo de adesão e participação (Figura 2) para ser assinado pelo patrocinador, bem como realizada a seleção do material pedagógico para ser usado no projeto, a saber: Kit Vencedores e a Revista Nosso Amiguinho, ambos produzidos pela Casa Publicadora Brasileira, editora da igreja.

Figura 2 - Termo de participação do patrocinador



Fonte: Instituto Vida E Consultores Associados, [s.d.].

No site oficial de notícias da denominação, encontra-se a seguinte descrição do material.

O programa Vencedores – filhos preparados para a vida é um material que fornece aos pais recursos e orientações para auxiliar na formação de valores socioemocionais na vida dos filhos. Cooperação, empatia, honestidade, respeito, autocontrole e obediência são alguns dos temas abordados neste programa. O principal objetivo é aproximar pais e filhos por meio de dicas práticas, atividades, histórias e brincadeiras, que buscam ajudar a estreitar e a fortalecer os vínculos afetivos, de confiança e de respeito entre eles. O programa foi elaborado por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da área da psicologia e da pedagogia. (Baracho, 2020).

Além das informações do site, o autor desta pesquisa teve acesso ao material impresso. Ele é composto por uma maleta e dentro dela duas pastas com 12 fascículos impressos em cada pasta e um caderno de atividades (Figura 3). Cada fascículo é para ser usado durante uma semana com um tema específico e tópicos de leitura cada dia da semana. Uma pasta com 12 fascículos é destinada aos pais com linguagem própria para adultos. A outra pasta com 12 fascículos impressos destinada às crianças com linguagem própria para elas. Ambos com a mesma sequência de temas. Cada Fascículo deverá ser lido pelos envolvidos durante uma semana contendo os seguintes temas: amor, honestidade, respeito, empatia,

obediência, escolhas, persistência, espiritualidade, equilíbrio, cooperação, autocontrole, criatividade. Já o caderno de atividades foi elaborado para a criança realizar as atividades lúdicas na companhia dos pais em casa, ou professores em sala de aula. O material deveria ser usado durante um período de 3 meses iniciais ou 12 semanas, o equivalente aos 12 temas abordados. Não foi encontrado nada de cunho proselitista ou doutrinário, entretanto, no tema espiritualidade, o assunto é tratado sob a ótica cristã.

Figura 3 - Material impresso usado: Kit Vencedores (maleta + fascículos)



Fonte: Instituto Vida E Consultores Associados, [s.d.].

Já a Revista Nosso Amiguinho (Figura 4) é uma revista educacional para crianças, comercializada em forma de assinatura anual e periodicidade mensal, também produzida pela Casa Publicadora Brasileira. Sua história, conforme apresentada por Oliveira (2020), se iniciou há mais de setenta anos e durante todo esse tempo, tem colaborado com pais e professores na desafiadora tarefa de educar as crianças, sobretudo, fazendo-as se apaixonar pela leitura e estudos de forma lúdica. Ao longo de sua história, ela se propõe a contribuir para a formação do caráter e para o desenvolvimento cultural, físico e social das crianças no Brasil. A revista possui histórias, entretenimento, curiosidades, passatempos, idiomas, incentivo à leitura, ciências, brinquedos para recortar e montar, entre outras

atividades. Vale considerar o que Oliveira (2020) apresenta sobre o surgimento desse periódico.

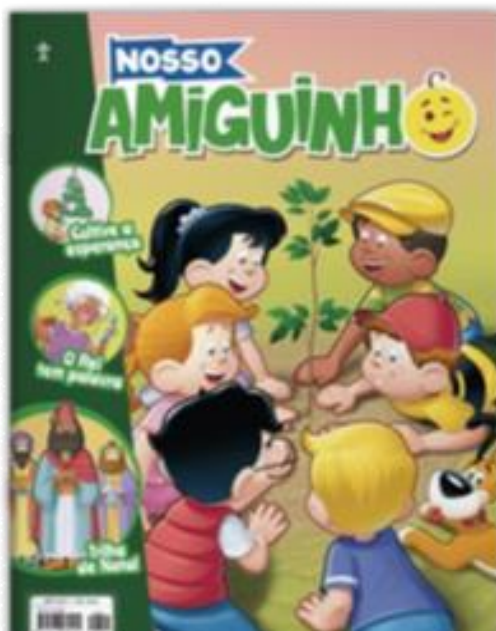
O primeiro número oficial da revista publicado por volta de julho de 1953, o editor, Miguel J. Maltz, buscou dar uma cara mais brasileira ao conteúdo e evitar o uso de artigos traduzidos de revistas estrangeiras similares. Outra medida que Maltz buscou foi garantir que a revista tivesse uma natureza cristã, mas “não proselitista”. Embora a *Nosso Amiguinho* tenha sido originalmente projetada para leitores adventistas, não se destinava a apresentar conteúdo doutrinário (Oliveira, 2020).

Com o passar do tempo, acrescenta Oliveira (2020), o foco da editora deixou de ser no público adventista, sendo ampliada ao público em geral, com ou sem religião. A inserção da Revista *Nosso Amiguinho* nas escolas surgiu com o objetivo de ser um auxílio aos profissionais da educação e de forma lúdica, encantar os alunos no processo de aprendizagem. A primeira edição, impressa em quatro páginas no ano 1953, tinha o tamanho de 26,5 cm × 19 cm e em tinta vermelha (cor única). A partir do ano 2000, a revista ganhou um novo formato: 20,6 cm × 27 cm e é impressa em papel LWC²². Atualmente, a revista conta com mais de 20 seções distribuídas em 38 páginas coloridas.

Na percepção deste pesquisador, a revista oferece conteúdo educacional estruturado e norteado pela BNCC. Não obstante, uma das 38 páginas traz uma história da Bíblia em quadrinhos. Nenhuma das histórias apresentou um viés proselitista, entretanto, isso pode gerar uma tensão com o princípio da laicidade, caso não haja nenhum outro projeto em andamento partindo de outras religiões.

²² A sigla LWC significa *Lightweight Coated* (em português, revestido de baixa gramatura). Trata-se de um tipo de papel couché (revestido) com acabamento brilhante ou fosco, caracterizado por ser fino, leve e econômico, desenvolvido especialmente para impressões de grande tiragem.

Figura 4 - Material impresso usado: Revista Nosso Amiguinho



Fonte: Instituto Vida E Consultores Associados, [s.d.].

Após a seleção dos materiais, iniciou-se no dia 06 de outubro de 2020 a visita a empresas e professores da cidade de Lagarto para serem apoiadores e patrocinadores do projeto. Ao todo, 44 voluntários (Figura 5) assumiram o compromisso de patrocinar o projeto (doando o material impresso, sendo um kit vencedores e uma assinatura anual da revista Nosso Amiguinho) e beneficiar 66 crianças.

Figura 5 - Mosaico com imagens de alguns patrocinadores



Fonte: Instituto Vida E Consultores Associados, [s.d.].

De acordo com os organizadores, o evento oficial de culminância do projeto, ocorreria em fevereiro de 2021, mas devido às restrições por causa da COVID-19 ao longo do mês e uma definição do Governo do Estado por distanciamento social e suspensão de eventos e de reuniões de qualquer natureza, públicos ou privados, que favorecessem aglomerações, a data foi alterada para o segundo semestre.

O chamado “evento de culminância” correspondeu a um momento formal de lançamento do projeto, organizado pela igreja em parceria com a escola, no qual as crianças, acompanhadas de seus pais ou responsáveis, receberam o material impresso que seria utilizado ao longo das atividades. A ocasião também possibilitou a apresentação dos patrocinadores às famílias e da comunidade escolar aos patrocinadores, reforçando a dimensão colaborativa da iniciativa. A designação “culminância” decorreu do fato de que o evento marcou a conclusão de uma etapa importante do projeto – a prospecção e mobilização dos apoiadores/patrocinadores – e iniciou a fase de efetiva entrega e uso dos materiais pelas crianças. Além disso, o encontro incluiu uma palestra de sensibilização dirigida aos pais, com orientações específicas sobre a finalidade e o uso adequado do material distribuído.

Foi no dia 11 de agosto de 2021, diante da comunidade docente e gestora da escola, alunos beneficiados e seus respectivos familiares, voluntários e algumas autoridades políticas, que ocorreu o evento. No pátio da própria instituição

educacional, com uma decoração específica contratada, como se vê em uma das atas da denominação contendo a planilha orçamentária (Figura 6) do evento e outra dos custos efetuados (Figura 7) na realização do evento, aconteceu a programação (Figura 8).

Figura 6 - Cópia do voto da IASD autorizando um orçamento para realização do evento

2021 - 004 ORÇAMENTO EVENTO PROJETO ADOTE UM LEITOR - APROVAR

VOTADO aprovar a concessão de um orçamento no valor de R\$ 4.000,00, para realização do evento de culminância da primeira etapa do Projeto Adote um Leitor na cidade de Lagarto, que ocorrerá na escola municipal Zezé Rocha, no dia 24/02/2021, às 19h.

DESCRIÇÃO	VALOR	RESPONSÁVEL
Auditório	R\$ 1.000,00	Escola Municipal
Cadeiras	R\$ 400,00	Escola Municipal
Lanche	R\$ 1.500,00	Escola Municipal
Transporte para os alunos	R\$ 400,00	Escola Municipal
Camisas do Projeto	R\$ 1.000,00	Colportor
Capas cadeiras	R\$ 300,00	MSe – Fundo 69
Decoração	R\$ 3.000,00	MSe – Fundo 69
Som	R\$ 300,00	MSe – Fundo 69
Gastos Turma NA	R\$ 400,00	MSe – Fundo 69

Fonte: Instituto Vida E Consultores Associados, [s.d.].

Figura 7 - Cópia da planilha de gastos do evento

Evento Adote um Leitor - Lagarto - 11/08/2021	
Descrição	Valor
Pilhas	R\$ 22,85
Pilhas	R\$ 21,29
Agua mineral	R\$ 42,48
Decoração Gleidson	R\$ 2.200,00
Saxofonista	R\$ 200,00
Impressão convites	R\$ 90,00
Total	R\$ 2.576,62

Fonte: Instituto Vida E Consultores Associados, [s.d.].

O Projeto teve duração de um ano e 3 meses. Nos primeiros três meses usaram o Kit Vencedores (maleta) em casa e nos 12 meses seguintes as revistas foram entregues mensalmente aos alunos na escola. Quando estavam sem aula, foram usadas em casa, com a família. Quando passou o período das restrições e isolamento, os professores usaram inicialmente em sala de aula e depois as crianças levaram para casa e continuaram usando com os pais. O projeto encerrou em novembro de 2022 com a entrega da última remessa de revistas.

Figura 8 - Mosaico com algumas imagens do evento de culminância



Fonte: Instituto Vida E Consultores Associados, [s.d.].

3.2 Análise hermenêutica do Projeto Adote um Leitor à luz da secularização e da laicidade

O autor desta pesquisa teve acesso aos vídeos, depoimentos e áudios que foram produzidos e compartilhados publicamente pelos responsáveis pelo projeto. O conteúdo esboça as impressões, sentimentos, avaliação e reações de pessoas envolvidas. Esses materiais não foram produzidos com foco na pesquisa. Trata-se de um conteúdo originalmente utilizado internamente pela instituição, como conteúdo testemunhal, como recurso de divulgação ou como mobilização de patrocinadores. Foram realizadas transcrições dos trechos mais relevantes dos

depoimentos, garantindo a preservação da integridade e do significado dos depoimentos.

Como esta pesquisa adotou uma abordagem hermenêutica, os materiais audiovisuais não são considerados apenas como registros informativos, mas como conteúdo rico em significado, valores e intenções. Dessa forma, ao serem tratados como expressões simbólicas da experiência de cada pessoa, possibilitaram acessar de maneira representativa outros valores sobre educação, infância, participação familiar, muito além do superficial. Desse modo, a análise não se limitou ao conteúdo literal das falas, mas buscou expandir os significados subjetivos. A ideia foi analisar as entrelinhas dos depoimentos para perceber o que eles realmente diziam sobre aquele fenômeno. Foi usada a lógica da hermenêutica para ligar os pontos, analisando cada fala individual, mas também conectando-as no contexto coletivo. Assim, construiu-se uma leitura que não fosse apenas descritiva, mas que compreendesse criticamente os sentidos criados pelas atividades na escola.

A ideia de observar as entrelinhas de cada depoente, trouxe um sentido mais amplo ao projeto, pois os depoimentos carregam sentimentos, agradecimentos e esperanças futuras que acabam legitimando o projeto como algo benéfico para todos. Com isso, a ação social recebe um forte significado e é justificada. No entanto, será feito um alerta mais à frente, pois existe uma linha tênue aqui: ao mesmo tempo em que a ação educa, ela pode abrir espaço para privilégios religiosos no ambiente escolar, gerando um conflito direto com a laicidade.

No âmbito familiar, os depoimentos enfatizam mudanças atribuídas ao projeto sobretudo em leitura, socialização, bem-estar e participação escolar. Uma mãe relata.

A minha filha tinha muita dificuldade de socializar. Era mais fechada, ficava muito em casa e não tinha muita amizade. Com o projeto, ela melhorou bastante nesse aspecto. Também era muito acanhada na leitura, mas depois que conheceu o projeto desenvolveu bastante. Além disso, eu vejo que o projeto é bom até para a saúde, porque traz benefícios não só para a aprendizagem, mas também para o bem-estar. O sonho dela é ser veterinária. (mãe de aluna participante 1, depoimento em vídeo Transformando vidas, [s.d.]).

Outra mãe reforça a mesma direção, destacando a leitura e o cotidiano escolar, além de valorizar o material pedagógico.

O projeto ajudou significativamente minha filha no processo de leitura e no desenvolvimento de seu cotidiano. Antes, ela não conseguia ler, e atualmente passou a demonstrar avanços nesse aspecto. Além disso, percebi melhorias em sua participação escolar e em comportamentos relacionados ao dia a dia, como organização e alimentação. A revista

utilizada no projeto mostrou-se um recurso pedagógico importante, e a experiência de ter participado foi muito positiva (mãe de aluna participante 2, depoimento em vídeo Depoimento mãe 2, [s. d.]).

O depoimento de outra mãe acrescenta um aspecto novo, o das expectativas futuras, realização de sonhos e projetos de vida, vinculando desenvolvimento escolar com aspirações profissionais: “O projeto foi muito positivo para nossa família. Minha filha está bem mais desenvolvida, e hoje demonstra o desejo de seguir a profissão de médica pediatra. Fico muito feliz com os resultados alcançados por meio dessa experiência” (mãe aluna participante 3, depoimento em vídeo Depoimento mãe 3, [s. d.]).

Sob o olhar da hermenêutica, percebeu-se a repetição de temas como leitura, desenvolvimento escolar e planos para o futuro, criando uma espécie de entendimento comum entre as famílias. Para elas, o valor do projeto está nos resultados práticos. Essa visão é fortalecida quando se junta às falas dos profissionais da escola, que usam a autoridade da própria instituição para validar o que está sendo feito.

No âmbito da gestão, o diretor da escola Jorge de Araújo Santos, em retumbante satisfação, fala do projeto como algo excepcional e de uma relevância social abissal, legitimando seu discurso ao revelar o ineditismo da ação em sua longa trajetória profissional, de mais de 30 anos: “Vivenciar esse momento é a realização de um sonho, de ver que a minha comunidade está tendo a oportunidade de aprender” (Jorge Santos, depoimento extraído de vídeo Reportagem 4, [s. d.]).

Em seguida, atribui à leitura o fruto da transformação social e cita o testemunho de algumas conquistas como prova de eficácia.

Através da leitura, o projeto tem conseguido grandes transformações sociais dentro de nossa comunidade escolar. Temos testemunhos de crianças que se tornaram adeptas da leitura; se tornaram leitores. Temos relatos de grandes conquistas e grandes transformações (Jorge Santos - diretor escolar, depoimento extraído de vídeo Institucional 5, [s. d.]).

Uma das professoras observa que a chegada mensal de materiais novos é o que mantém os alunos interessados e motivados pela leitura. Ao descrever essa dinâmica, ela deixa claro que os benefícios do projeto não são apenas intelectuais; eles tocam no modo como o aluno se sente e se percebe dentro da escola.

Desde o dia em que os alunos receberam a maleta [*kit vencedores*] e começaram a levar, todo mês, a revista para casa, eu percebi um melhor desenvolvimento na leitura e no amor pelos livros. Porque eles têm a oportunidade de todo mês, ter uma revista nova. Sabemos que a novidade traz esse desejo dos alunos em sempre estar em busca da leitura. Os livros

didáticos são bons, mas eles querem a novidade (professora, em vídeo Depoimento professora 7, [s. d.] – *grifo nosso*).

Falando sobre um aluno específico, ela afirmou: “eu estou vendo a autoestima melhorando, assim como o desenvolvimento da leitura e da escrita dele” (professora, em vídeo Depoimento professora 8, [s. d.]).

Os depoimentos dos patrocinadores reforçam os benefícios do projeto e destacam a leitura como um conduto para a transformação coletiva.

Decidi adotar um leitor porque acredito que a leitura transforma o homem e o mundo. Está sendo uma satisfação e um imenso privilégio participar do projeto, como patrocinador de um leitor. Hoje sou professor porque, no passado, tive a oportunidade de ser um leitor. Quero dar essa oportunidade às crianças no presente (patrocinador do projeto, em vídeo Depoimento 9, [s. d.]).

Outra patrocinadora amplia a mesma lógica, deslocando o efeito do aluno para o entorno familiar e social: “Esse trabalho muda a vida dos pais, muda também a vida dos alunos e de todas as pessoas que o cercam, porque quando um aluno é preparado, quando um aluno é vencedor, a família também se torna vencedora” (patrocinadora do projeto, em vídeo Institucional 6, [s. d.]).

Um ponto em comum a todos os depoimentos, são os benefícios sociais do projeto, como a melhoria na leitura, na autoestima, na organização da vida e planos para o futuro. Isso provoca uma percepção a partir das considerações de Peter Berger (1985), que há um fenômeno típico de sociedades secularizadas. Nelas, a religião não é mais aceita como uma verdade óbvia para todos; por isso, é necessário que as religiões se adaptem para ocupar o espaço público e transmitam como fruto dessa adaptação benefícios concretos que todos valorizam. É exatamente o que se vê aqui: o lado religioso do projeto fica em segundo plano nas apresentações, enquanto o desenvolvimento da leitura, o sucesso pedagógico e o bem-estar social ganham o protagonismo para garantir a aceitação de todos.

Todavia, diante da análise desses depoimentos à luz da laicidade escolar como descrita por Domingos (2009), conclui-se não se esgotam a avaliação por não haver estratégias proselitistas explícitas ou por haver uma aceitação positiva. Para a autora, o Estado laico não é sinônimo de expulsão da religião do espaço público, mas de neutralidade em relação às igrejas e de garantia de que nenhuma crença seja imposta, privilegiada em detrimento de outras ou naturalizada nas escolas. Nesse sentido, pensar a laicidade é também exercitar a tolerância. Isso exige que a escola pública se mantenha como um lugar de todos, um terreno comum e

equilibrado, respeitando a diversidade de ideias sem se inclinar para nenhuma visão específica. Sob esse olhar, o conjunto de depoimentos sugere que o projeto foi percebido como apoio educacional e social, o que consequentemente minimiza a percepção de afronta imediata à laicidade.

Domingos (2009) ainda faz um alerta importante: apenas ouvir que os beneficiados gostaram ou saber se os participantes estão satisfeitos ou ainda se o projeto é eficaz sob um ponto de vista, não é tudo; é preciso olhar para a sua origem e para o peso simbólico que ele carrega. Nesse ponto, são apropriadas as ideias de Junqueira e Reis (2020) destacando o cuidado constante com os limites entre o que é público e o que é religioso no ambiente escolar. Mesmo que esses autores foquem no ensino religioso, suas reflexões sobre neutralidade e o risco de misturar essas esferas caem como uma luva para analisar projetos que, embora tragam ações sociais valorizadas, têm raízes religiosas. Afinal, precisa-se investigar se não há uma doutrinação silenciosa sendo tratada como natural dentro da escola pública por trás de um discurso pedagógico e humanitário.

Baseado nesses quatro autores, a análise dos depoimentos revela uma estrutura dúbia: narram ganhos educacionais e sociais concretos e afirmam a eficácia do projeto, mas também correm o risco de normalizar a presença de uma denominação religiosa dentro de uma escola pública. Assim, embora os discursos aqui analisados não indiquem de forma direta imposição religiosa, eles reforçam a necessidade de fazer um exame minucioso das condições do Projeto Adote um Leitor, de modo a avaliar se sua atuação se manteve compatível com o Estado laico.

O Projeto Adote um Leitor pode ser compreendido como versão contemporânea de uma lógica institucional presente na Igreja Adventista do Sétimo Dia: a centralidade da literatura impressa como mediação estratégica entre a igreja e a sociedade, conforme explanação no segundo capítulo. Historicamente, a colportagem adventista no passado, estruturada na venda direta de impressos de conteúdo religioso, equilibrava o sustento do colportor e a expansão missionária, mas isso num cenário social menos pluralizado e mais receptivo à circulação de literatura confessional. No cenário atual, marcado pelo elevado grau de pluralização religiosa, pela expansão das tecnologias digitais e pela retração do mercado de literatura religiosa, especialmente infantil, observa-se uma reconfiguração estratégica da colportagem. O produto impresso permanece ocupando posição central, assim como a lógica de sustento do colportor, porém sua circulação passa a

ocorrer através de projetos sociais e educacionais, com ênfase na leitura, na pedagogia e no desenvolvimento educacional e pessoal, e não na doutrina religiosa.

Essa ressignificação percebida, não implica no abandono da religião formal, mas antes, sua adaptação às condições impostas pela pós-modernidade. Tal movimento confirma a análise proposta por Peter Berger (1985) acerca do funcionamento do mercado religioso em sociedades pluralizadas. Segundo o autor, em contextos nos quais as religiões deixam de ocupar o único padrão de sentido, as instituições religiosas são levadas a competir por legitimidade, visibilidade e aceitação social, reinterpretando práticas tradicionais à luz de novas práticas culturais e sociais.

Do ponto de vista da laicidade, essa adaptação não configura, por si só, proselitismo ou violação direta do princípio do Estado laico; a análise empírica e documental realizada nesta pesquisa não identificou práticas explícitas de proselitismo ou doutrinação religiosa no âmbito do projeto. Entretanto, a presença de uma organização religiosa no interior da escola pública exige atenção permanente aos efeitos produzidos por essa inserção. Mesmo quando o conteúdo doutrinário não estiver diretamente presente, essas ações carregam significados e formas de aceitação entre as pessoas e isso pode, se tratados como naturais, tensionar o princípio de neutralidade do espaço público escolar.

Sobre a análise histórica da colportagem adventista, combinada com a investigação empírica do Projeto Adote um Lector, permite-se concluir que a atuação da Igreja Adventista do Sétimo Dia, tanto no passado quanto no presente, revela uma notável capacidade de reinvenção diante dos processos de secularização. Ao mesmo tempo, essa capacidade impõe desafios contínuos à preservação do caráter comum da escola pública, exigindo vigilância institucional, clareza normativa e reflexão crítica constantes. A hermenêutica adotada nesta pesquisa possibilita compreender que não se trata de negar a legitimidade das ações sociais promovidas por organizações religiosas, mas de reconhecer a complexidade dos sentidos que emergem quando tais ações se inserem em espaços públicos laicos, especialmente no campo da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu do conceito de que a relação entre religião e educação, no contexto de um Estado laico, constitui um campo de tensões permanentes, especialmente quando denominações cristãs desenvolvem projetos em escolas públicas. Tendo isso em mente, o estudo analisou como a atuação do Projeto Adote um Leitor, desenvolvido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia na Escola Municipal José Antônio dos Santos, no município de Lagarto/SE, entre os anos de 2021 e 2022, dialoga, impacta ou tensiona o princípio da laicidade escolar, considerando seus aspectos organizacionais, pedagógicos, institucionais e simbólicos.

À luz das perguntas expostas na introdução, constatou-se que o Projeto Adote um Leitor apresentou características predominantemente pedagógicas e educacionais no contexto empírico analisado. Os materiais utilizados e os depoimentos de familiares, profissionais da educação e patrocinadores enfatizaram, de forma clara, a promoção da leitura, o estímulo ao desenvolvimento educacional e o fortalecimento do vínculo entre escola e família. Não foram identificados, no corpus analisado, conteúdos doutrinários explícitos, exigências de adesão religiosa ou práticas que configurassem proselitismo direto junto às crianças ou às famílias atendidas.

Do ponto de vista organizacional, o projeto foi executado devido a parcerias, patrocínios e distribuição do material impresso, o que era compatível com a laicidade escolar. Essa configuração contribuiu para sua aceitação social, dentro e fora da escola. Assim, uma das hipóteses inicialmente levantadas – a de que o projeto poderia se configurar apenas como uma ação de cunho social, sem pretensões proselitistas – mostrou-se empiricamente plausível, ainda que não esgote a complexidade da análise como já citado no terceiro capítulo.

No que se refere às motivações institucionais da Igreja Adventista do Sétimo Dia, a pesquisa evidenciou que a escolha pela realização do Projeto Adote um Leitor em uma escola pública e não em uma confessional da própria denominação, está relacionado ao aspecto social e ao contexto de vulnerabilidade educacional e cultural da localidade. A Escola Municipal José Antônio dos Santos atende majoritariamente alunos oriundos de famílias com baixo capital cultural e limitações diversas que impactam diretamente os processos de escolarização, especialmente no que se refere ao hábito da leitura. Nesse cenário, o projeto passou a operar como

uma resposta a demandas sociais reais. Tal escolha dialoga com a tradição histórica adventista da circulação de literatura, marcada pela atuação dos colportores em contextos periféricos e socialmente fragilizados, nos quais a distribuição e venda de impressos cumpriam simultaneamente funções econômicas, educativas e simbólicas. Se, no passado, essa estratégia esteve fortemente associada à difusão de conteúdos explicitamente religiosos, no presente observa-se uma reconfiguração dessa lógica, na qual a literatura assume ênfase educacional e pedagógica, possibilitando sua inserção em espaços públicos laicos. Assim, a motivação institucional não se reduz a uma intencionalidade estritamente religiosa, mas articula elementos históricos e sociais, nos quais a vulnerabilidade educacional e a promoção da leitura desempenham papel central.

Essa reconfiguração tende a se traduzir em linguagens socialmente aceitáveis, capazes de dialogar com demandas amplas da sociedade. O Projeto Adote um Leitor, nesse sentido, pode ser interpretado como uma forma contemporânea de inserção institucional que responde às exigências de uma sociedade secularizada, sem recorrer aos formatos missionários clássicos.

Por causa da análise hermenêutica adotada, se permitiu compreender que a ausência de proselitismo explícito não elimina, por si só, as tensões com o princípio da laicidade. A laicidade escolar não se limita à proibição de conteúdos religiosos diretos, mas envolve também a vigilância sobre processos mais sutis, como a naturalização da presença institucional religiosa no interior da escola pública.

A hipótese de que o projeto poderia funcionar como estratégia missional não foi confirmada de maneira objetiva no material empírico analisado, mas tampouco pode ser completamente descartada enquanto possibilidade estrutural. A hermenêutica indica que projetos dessa natureza demandam critérios claros, transparência institucional e acompanhamento contínuo, a fim de evitar que ações sociais legítimas sejam gradualmente reconfiguradas como instrumentos de influência religiosa em espaços que devem preservar sua neutralidade.

. Tais resultados foram amplamente reconhecidos pelos sujeitos envolvidos, o que reforça a importância de políticas e iniciativas voltadas à promoção da educação básica, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais. Esses efeitos, contudo, não podem ser analisados de forma isolada, dissociados das implicações institucionais e simbólicas que acompanham a presença de organizações religiosas em escolas públicas.

Ficou evidente na análise dos depoimentos que o projeto gerou impactos positivos, pois as crianças estão lendo mais, ampliaram seu repertório e se sentem mais confiantes. Esse reconhecimento por parte das famílias e da escola confirma a importância de iniciativas desse tipo em contextos vulneráveis. Mas há um ponto que não pode ser ignorado: por mais que os resultados pedagógicos sejam bons, eles vêm acompanhados de outras implicações. Não dá para avaliar um projeto desse sem questionar os efeitos da presença religiosa nesse espaço que deveria ser laico.

Metodologicamente, foi acertada a escolha da abordagem hermenêutica para a compreensão do fenômeno investigado, na medida em que possibilitou interpretar discursos, documentos e materiais pedagógicos. Tal escolha metodológica permitiu uma leitura crítica e ampla sem reduzir os riscos da atuação da Igreja Adventista do Sétimo Dia no contexto analisado.

Por fim, esta dissertação contribui para o campo das Ciências da Religião ao oferecer um estudo inédito no contexto sergipano, analisando empiricamente a atuação de uma igreja evangélica em uma escola pública no contexto da laicidade. Ao evitar tanto uma abordagem acusatória quanto uma leitura apologética, o trabalho buscou compreender o fenômeno em sua complexidade, reconhecendo seus benefícios educacionais, seus limites institucionais e as tensões inerentes à relação entre religião e espaço público. Espera-se que esta pesquisa possa abrir caminho para futuras investigações, bem como contribuir para o aprimoramento de critérios e políticas públicas que assegurem a liberdade de consciência e o caráter laico da educação pública brasileira.

REFERÊNCIAS

ACMS. 2025. Disponível em: <https://www.acmsnet.org/Dashboard>. Acesso em: 04 jun. 2025.

A FESTA DA DEDICAÇÃO DO TEMPLO ADVENTISTA. **O correio de Aracaju**. Aracaju, 7 out. 1929, Ano XXII, Num. 1.196, p. 2. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/7451>. Acesso em: 01 jun. 2025.

AMARAL, Jeferson Nunes do. **Adote um Leitor**. [S. l.]: Instituto Vida, [2023?]. 20 p. E-book (PDF). Arquivo recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Acesso em: 8 fev. 2023.

ANNIESS, A. Duodécima conferencia annual do Estado de Santa Catharina. **Revista Mensal**. V. 11, N° 05, p. 3-4, maio, 1916. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 21 abr. 2025.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Reforma da instrução pública na década de 1920: o caso de Sergipe no governo Graccho Cardoso (1922-26). **História** (São Paulo), v.34, n.1, p. 323-352, jan.-jun. 2015, ISSN 1980-4369. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/TbthNdmkXddGHPQSZCT5Zkj/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2025.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Graccho Cardoso, Abdias Bezerra, José de Alencar Cardoso e o movimento renovador na educação escolar sergipana na década de 1920. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 53, p. 92–114, 2014. DOI: 10.20396/rho.v13i53.8640195. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640195>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BARACHO, Priscila. **Vencedores orienta pais sobre educação e relacionamento com os filhos**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://noticias.adventistas.org/pt/vencedores-orienta-pais-sobre-educacao-e-relacionamento-com-os-filhos/>. Acesso em: 01 out. 2025.

BECKFORD, James A. **Social theory and religion**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 5. Disponível em: https://openlibrary.org/books/OL7753095M/Social_Theory_and_Religion. Acesso em: 26 fev. 2025.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. Trad. José C. Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.

_____. **Una gloria remota**: avere fede nell'epoca del pluralismo. Bologna: Il Mulino, 1994.

_____. **Os múltiplos altares da modernidade:** rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BEYER, Peter. Socially engaged religion in a post-Westphalian global context: remodeling the secular/religion distinction. **Sociology of Religion**, v. 73, n. 2, p. 109–129, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/41679690.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BITTENCOURT, Josias Jacintho. Separação entre religião e estado: utopias e realidades. In: LELLIS, Lélío Maximino; HEES, Carlos Alexandre (org.). **Fundamentos jurídicos da liberdade religiosa**. 1. ed. Engenheiro Coelho, SP: UNASPRESS, 2016. p. 93-136.

BORGES, Michelson. **A chegada do adventismo ao Brasil:** histórias de fé, cotagem e dedicação. 3. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. **Educação e Revista**, Belo Horizonte, n. 10, p. 3-15, dez. 1989.

BROWN, John. L. Dedicação do Edifício da Igreja de Lagarto. **Revista Adventista**. Ano 37, N° 1, janeiro 1942, p. 13. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 04 jun. 2025.

CALVINO, João. **As Institutas da Religião Cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

CARNASSALE, Helio. **O papel das publicações e dos colportores na inserção do adventismo no Brasil**. 2015. Dissertação (mestrado em Ciências da Religião). Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo: São Bernardo do Campo, 2015. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?lookup=0&q=O+papel+das+publica%C3%A7%C3%B5es+e+dos+colportores+na+inser%C3%A7%C3%A3o+do+adventismo+no+Brasil,+helio+carnassale&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 25 set. 2022.

CASA PUBLICADORA BRASILEIRA, **Revista Mensal**, V. 19, N° 7, julho, 1924.
CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césaes:** secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEPOIMENTO mãe 2. [S. l.: s. n., s. d.]. 1 vídeo (53s). Arquivo .mp4 recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Relato coletado para fins de pesquisa em: 13 nov. 2023.

DEPOIMENTO mãe 3. [S. l.: s. n., s. d.]. 1 vídeo (47s). Arquivo .mp4 recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Relato coletado para fins de pesquisa em: 13 nov. 2023.

DEPOIMENTO patrocinador 9. [S. l.: s. n., s. d.]. 1 vídeo (1 min 22 s). Arquivo .mp4 recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Relato coletado para fins de pesquisa em: 13 nov. 2023.

DEPOIMENTO professora 7. [S. l.: s. n., s. d.]. 1 vídeo (43s). Arquivo .mp4 recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Relato coletado para fins de pesquisa em: 26 dez. 2025.

DEPOIMENTO professora 8. [S. l.: s. n., s. d.]. 1 vídeo (1 min 04 s). Arquivo .mp4 recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Relato coletado para fins de pesquisa em: 26 dez. 2025.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**, ISSN 1677-1222, setembro, 2009. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf . Acesso em: 20 mar. 2023.

ESCOLA JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS. Parecer de autorização e parceria. [S. l.: s. n., s. d.]. E-book (PDF). Arquivo recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Acesso em: 5 ago. 2023.

FILHO, João Dornas. O padroado e a igreja brasileira. **Brasiliana**. Vol. 125. Série 5ª. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. **Relações e privilégios:** Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil. Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2011.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Pesquisa: educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da educação básica. 2020. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1/>. Acesso em: 12 set. 2023.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GEERTZ, Clifford. A religião como sistema cultural. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 67–90.

GIUMBELLI, E. **O Fim da Religião**: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar/PRONEX, 2002.

GREENLEAF, Floyd. **Terra de esperança**: o crescimento da Igreja Adventista na América do Sul. Tradução: Cecília Eller Nascimento. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é ciência da religião?** Trad. Frank Usarski. São Paulo: Paulinas, 2005.

GUERRIERO, Silas. Antropologia da religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Org.). **Compêndio de ciência da religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013. p. 243-256.

HALLIWELL, Leo B. Progresso da Obra na Missão Bahiana. **Revista Mensal**, V. 22. N° 09. p. 11. setembro 1927. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 29 maio 2025.

HEINSFELD, Adelar. A missão do barão de penedo à Roma em 1873 no contexto das relações diplomáticas do Império do Brasil com a Santa Sé. **Estudios históricos**. Ano XII, nº 24, dezembro de 2020, ISSN: 1688-5317. Uruguai: CDHRPyB. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/24/eh2413.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOORNAERT, Eduardo. O padroado português. In: **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979. Tomo II.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Boquim**: história e fatos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/boquim/historico>. 2023. Acesso em: 29 abr. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**: Sergipe. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/>. 2022a. Acesso em: 04 jun. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**: Sergipe. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/lagarto.html>. 2022b. Acesso em: 04 jun. 2025.

Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD). Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Trad. Raniere Sales. 23. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2023.

INSTITUCIONAL 6. [S. l.: s. n., s. d.]. 1 vídeo (1 min 39 s). Arquivo .mp4 recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Relato coletado para fins de pesquisa em: 11 nov. 2024.

INSTITUCIONAL 5. [S. l.: s. n., s. d.]. 1 vídeo (1 min 39 s). Arquivo .mp4 recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Relato coletado para fins de pesquisa em: 11 nov. 2024.

INSTITUTO VIDA E CONSULTORES ASSOCIADOS. Proposta adote um leitor – patrocinador. [S. l.: s. n., s. d.]. E-book (PDF). Arquivo recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Acesso em: 5 ago. 2023.

JOHNSON, J. B. Reuniões e Convenções Annuaes em Pernambuco e Bahia.

Revista Mensal, V. 23. N° 10. p. 7. Outubro 1928. Disponível em:

<https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 31 maio 2025.

JÚNIOR, César Alberto Ranquetat. Laicidade, Laicismo e Secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2008. Disponível em: https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=RANQUETAT+JR%2C+C%3%A9sar+A.+Laicidade%2C+Laicismo+e+Seculariza%C3%A7%C3%A3o%3A+definindo+e+esclarecendo+conceito s.+Revista+Sociais+e+Humanas&btnG= . Acesso em: 02 jun. 2024.

_____. Reflexões antropológicas sobre a religião na modernidade: declínio ou reconfiguração do religioso? **Interações: Cultura e Comunidade**. Vol. 4, núm. 5, 2009, pp. 99-110. ISSN: 1809-8479. Uberlândia: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3130/313027312008.pdf?>. Acesso em: 04 mar. 2025.

JUNQUEIRA, Sergio R. A.; REIS, Marcos V. de Freitas. Diversidade religiosa, laicidade aplicado ao ensino religioso. **Revista Labirinto**. Ano XX, vol. 32, n. 1, jan-jun 2020, p. 25-41, ISSN 1519-6674, Porto Velho. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/5195/3493> . Acesso em: 15 ago. 2024.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; TEÓFILO, Debora Nascimento. Secularização e sua relação com o ensino religioso. **Teocomunicação**. V. 42, n. 1, jan.-jun. 2012, p. 82-97. Porto Alegre. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/article/view/11296/7705>. Acesso em: 15 ago. 2024.

JUNQUEIRA, Sergio R. **História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso**. Curitiba: IBPeX, 2008.

KNIGHT, George R. **Uma igreja mundial**: breve história dos adventistas do sétimo dia. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2000.

_____. **Adventismo**: origem e impacto do movimento milerita. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015a.

_____. **Para não esquecer**: meditações diárias. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015b.

MACHADO, Maria das Dores Campos. História das ciências sociais da religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Org.). **Compêndio de ciência da religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013. p. 205-216.

MANZONI, Alexandre. As faces do sentido na sociologia de Peter Berger e Thomas Luckmann. **Revista Homem, Espaço e Tempo**. Revista do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Rio Grande do Sul. ISSN: 1982-3800. Setembro 2020. Disponível em: <https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/456>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MARIANO, Ricardo. Sociologia da religião e seu foco na secularização. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Org.). **Compêndio de ciência da religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013. p. 231-242.

_____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**. Porto Alegre. V11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://pucrs.emnuvens.com.br/civitas/article/view/9647>. Acesso em: 29 jan. 2025.

_____. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas**. Porto Alegre. V16, n. 4, p. 710-728, out-dez. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/25765>. Acesso em: 26 fev. 2025.

MORAIS, Adilson. **Colportagem**. Igreja Adventista do Sétimo Dia – Divisão Sul-Americana. 2013. Disponível em: <https://www.adventistas.org/pt/publicacoes/colportagem/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

NABUCO, Leopoldo. Bahia. **Revista Mensal**, V. 10, N° 08, agosto de 1915, p. 7. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 02 abr. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo 18. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/81831-artigo-18-liberdade-de-religi%C3%A3o-e-cren%C3%A7a?>. Acesso em: 5 mar. 2025.

NASCIMENTO, Ester Fraga V. B. C. do. **Educar, curar e salvar**: uma ilha de civilização no Brasil tropical. 2. ed. Aracaju: Criação Editora, 2022.

NASCIMENTO, Ester Fraga V. B. C. do; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; SOUZA, José Roberto. O vendedor ambulante e a circulação de impressos protestantes. In: MOURA, Carlos A. S.; SOUZA, José Roberto; CARVALHO, Leon A. G (org.).

Estudos sobre a história das religiões: identidades, práticas e representações socioculturais. Recife: EDUPE, 2022.

NASCIMENTO, Marjorie Maria da Silva. **A liberdade religiosa e o sábado como dia sagrado para os adventistas do sétimo dia**. 2018. Dissertação (mestrado em Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21167>. Acesso em: 02 abr. 2025.

OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima. Padroado régio e regalismo nos primórdios do Estado nacional brasileiro (1820-1824). **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, vol. 9, no.1, janeiro-abril, 2017, p. 76-96. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/45941/26275>. Acesso em: 02 mar. 2025.

OLIVEIRA, Sueli Nunes Ferreira de. **Nosso Amiguinho**. Encyclopedia of Seventh-Day Adventists, 2020. Disponível em: <https://encyclopedia.adventist.org/article?id=CI5P&lang=pt>. Acesso em 26 abr. 2023.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Histórico da emergência internacional de COVID-19. [s.d.]. Disponível em: https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 09 set. 2025.

ORO, Ari Pedro. **Avanço Pentecostal e Reação Católica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, vol. 11, núm. 2, maio-agosto, 2011, pp. 221-237, ISSN: 1519-6089, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/742/74220016004.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

PAES, Ayres Ferreira. Relatórios da colportagem. **Revista Mensal**. V. 16, N° 06, junho de 1921a, p. 15. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. Relatórios da colportagem. **Revista Mensal**. V. 16, N° 07, julho de 1921b, p. 16. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. Relatórios da colportagem. **Revista Mensal**. V. 16, N° 09, setembro de 1921c, p. 14. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 01 maio 2025.

_____. Relatórios da colportagem. **Revista Mensal**. V. 16, N° 11, novembro de 1921d, p. 15. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 21 abr. 2025.

PASSOS, José R. Outra maravilha na seara. **Revista Adventista**. V. 28, N° 6, junho 1933a, p. 13. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 02 jun. 2025.

_____. A seara está madura. **Revista Adventista**. V. 28, N° 9, setembro 1933b, p. 15. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PETERS, Gabriel. Como se Deus não existisse: da secularização ao pluralismo na sociologia da religião de Peter Berger. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 21, n. 50, jan-abr de 2019, p. 296-311. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/nZVVy3vbn3MhvC6LYXrqQvx/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em sociologia da religião. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 49, p. 99-117, nov. 1997. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000973817>. Acesso em: 03 fev. 2025.

PLENC, Daniel Oscar. *Halliwell, Leo Blair (1891–1967) e Jessie Rowley (1894–1962)*. In: **ENCICLOPÉDIA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA**. Silver Spring, MD: General Conference of Seventh-day Adventists, 2021. Disponível em: <https://encyclopedia.adventist.org/article?id=7GIS&lang=pt#fn1>. Acesso em: 28 maio 2025.

PORTELLA, Rodrigo. Antropologia e Pesquisa Etnográfica em Religião: uma contribuição teórica ao método. **Sacrilegus**, v. 3, n. 1, 2006.

PRAZERES, Alexandre de Jesus dos. Educação e laicidade: ensino religioso nas escolas públicas do estado de Sergipe. **Paralellus**, v. 7, n. 15, ISSN: 2178-8162, mai./ago. 2016, Recife, p. 289-308. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/572/833>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PUBMED – NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE. The psychological and mental impact of coronavirus disease 2019 (COVID-19) on medical staff and general public: a systematic review and meta-analysis. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32563745/>. Acesso em: 09 set. 2025.

QUEM são os adventistas do sétimo dia? In: **ESDA: Encyclopedia of Seventh-Day Adventists**. Silver Spring, MD, 2020. Disponível em: <https://encyclopedia.adventist.org/faq>. Acesso em: 29 maio 2023.

REIS, Marcos Vinícius de Freitas; SILVEIRA, Diego Omar da. Sobre a Laicidade e o Ensino Religioso no Brasil: um diálogo com Sérgio Junqueira. **Observatório da religião**. E-ISSN 2358-6087. Volume 2, no. 03, jul-dez 2016, p. 08-19. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/Religiao/article/view/1803>. Acesso em: 15 maio 2024.

REIS, Marcos Vinícius de Freitas. **Política e Religião**: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira. 2016. Tese (doutorado em sociologia). Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9111/TeseMVFR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 set. 2023.

_____. Participação no vídeo: **Fé e democracia - aula inaugural - escola de fé e política**. Canal Diocese de Guaxupé MG, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/ssQ1SBa9Fac>. Acesso em: 26 fev. 2025.

REPORTAGEM 4. [S. l.: s. n., s. d.]. 1 vídeo (3 min 34 s). Arquivo .mp4 recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Relato coletado para fins de pesquisa em: 09 ago. 2023.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Padroado e regalismo no Brasil independente**. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-010/266.pdf?form=MG0AV3&form=MG0AV3>. Acesso em: 03 mar. 2025.

SANTO, Octavio E. A dedicação do templo adventista de Aracaju. **Revista Mensal**, v. 24. N° 12. p. 11. dezembro 1929. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 29 maio 2025.

SANTOS, Tiago Cesar. **Liberdade de consciência na obra o grande conflito de Ellen G. White**. 2016. Dissertação (mestrado em Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://cdn.centrowhite.org.br/home/uploads/2023/02/Liberdade-de-consciencia-na-obra-O-Grande-Conflito-de-Ellen-G-White.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SCHARS, Richard W. e GREENLEAF, Floyd. **Portadores de luz**: A história da Igreja Adventista do Sétimo Dia. UNASPRESS, Engenheiro Coelho, SP, 2016.

SCHÜNEMANN, Haller Elinar Stach. A inserção do adventismo no Brasil através da comunidade alemã. **REVER - Revista de Estudos da Religião**. São Paulo, n. 1, p. 27-40, 2003. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv1_2003/p_schune.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

SENA, Lucas Vítor Alves Rodrigues; SANTOS, Nesias Joaquim dos. Associação Bahá. **ESDA**: Encyclopedia of Seventh-Day Adventist. ISSN 2690-8514. 2021. Disponível em: <https://encyclopedia.adventist.org/article?id=9IG2&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SEIDL, Paulo S. Da Missão Baiana. **Revista Adventista**. Ano 39, setembro 1944, p. 23 e 24. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 05 jun. 2025.

Seventh-day Adventist Church. Seventh-day Adventist World Church Statistics 2024. 2025. Disponível em: <https://adventist.org/identity/statistics>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Laicidade do Estado: dimensões analítico conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 21, n. 51, maio-ago 2019, p. 278-304. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/QtwrnMqFf6SWYrkpdGx3Bdv/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2024.

SILVA, Renato Ferreira. ADRA Brasil. **ESDA**. Encyclopedia of Seventh-Day Adventist. ISSN 2690-8514. 2021. Disponível em: <https://encyclopedia.adventist.org/article?id=AIFF&lang=pt&utm>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SOUZA, Josias Jacintho de. **Separação entre religião e estado no Brasil: Utopia constitucional?** 2009. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/8541/1/Josias%20Jacintho%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SOUZA, Ricardo André de. Breve histórico da Igreja Adventista do Sétimo Dia central de Lagarto. **A verdade como é em Jesus**. Lagarto, 04 janeiro 2014. Disponível em: https://averdade-emjesus.blogspot.com/2014/01/breve-historico-da-igreja-adventista-do_4.html?m=0. Acesso em: 04 jun. 2025.

SPIES, F. W. North Brazil Mission. **Review and Herald**. V. 84, N° 45, Washington, D. C. 07 de novembro de 1907, p. 16. Disponível em: <https://documents.adventistarchives.org/Periodicals/RH/RH19071107-V84-45.pdf#search=1907%20path%3A%22http%3A%2F%2Fdocuments%2Eadventistarchives%2Eorg%2FPeriodicals%2FRH%22>. Acesso em: 29 abr. 2025.

STARK, Rodney; BAINBRIDGE, William Sims. **Uma teoria da religião**. Tradução de Rodrigo Inácio Ribeiro Sá Menezes. São Paulo: PUC-SP, 2004.

STORCH, Gustavo. Na capital de Sergipe. **Revista Mensal**, V. 21, N° 09, p. 7, setembro 1926. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. Na capital de Sergipe. **Revista Mensal**, V. 23, N° 04, p. 3, abril 1928. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. Despedida. **Revista Mensal**, V. 24. N° 02. p. 13. fevereiro 1929.
Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 25 abr. 2025.

TEIXEIRA, Carlos Flávio. **A teologia do compromisso no pensamento de Ellen G. White**: uma perspectiva da Liberdade cristã. Tese (doutorado em Ciências da Religião). Universidade Metodista, 2012.

TEIXEIRA, Faustino. Peter Berger e a religião. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/569380-peter-berger-e-a-religiao>. Acesso em: 02 mar. 2025.

_____. Peter Berger e o pluralismo religioso. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, 2017. Edição 509. 21 de ago. 2017. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6973-peter-berger-e-o-pluralismo-religioso?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 03 mar. 2025.

TRANSFORMANDO vidas. [S. l.: s. n., s. d.]. 1 vídeo (2 min 12 s). Arquivo .mp4 recebido via comunicação pessoal (WhatsApp). Relato coletado para fins de pesquisa em: 26 jul. 2024.

UNASP. Storch, Gustavo Schroeder (1896–1993). In: **Enciclopédia Adventista do Sétimo Dia**. Silver Spring, MD: General Conference of Seventh-day Adventists, 2021. Disponível em: <https://encyclopedia.adventist.org/article?id=CGPZ&lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

USARSKI, Frank. História da ciência da religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Org.). **Compêndio de ciência da religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013. p. 51-61.

VIEIRA, Dilermando Ramos. Padre Diogo Antônio Feijó: as controvérsias de um sacerdote regalista e anticelibatário. **Revista Pistis e Praxis: Teologia e Pastoral**. Vol. 2, núm. 1, Jan-jun, 2010, p. 193-210. ISSN: 1984-3755. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/13763/13193>. Acesso em: 04 mar. 2025.

_____. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida, SP: Santuário, 2007.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Coleção obra prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2005.

WHITE, Ellen Gould. **Patriarcas e profetas**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2010.

_____. **O grande conflito**. Trad. Guilherme Stein Jr. 44. ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2021.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 09 set. 2025.

WILCOX, E. H. Notícias da união este-brasileira. **Revista Mensal**. V. 24, N° 10, outubro de 1929, p. 8. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 30 maio 2025.

_____. Notícias da união este-brasileira. **Revista Mensal**. V. 24, N° 11, novembro de 1929, p. 12. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 21 abr. 2025.

_____. Notas da união este-brasileira. **Revista Mensal**. v. 23. n° 06. junho 1928, p. 10. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 29 maio 2025.

_____. Notas de interesse da União Éste-Brasileira. **Revista Mensal**, v. 23. N° 06. p. 10. Novembro 1928. Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>. Acesso em: 29 maio 2025.

WILSON, Ted. N. C. **Dia da liberdade religiosa** – Divisão Sul-Americana. 2025. Disponível em: <https://www.adventistas.org/pt/liberdadereligiosa/projeto/dia-da-liberdade-religiosa/>. Acesso em: 29 jun. 2025.